



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

THÁISA CRISTOFOLETI DE VASCONCELOS

**LITERATURA E POLÍTICAS LITERÁRIAS:
UMA LEITURA CRÍTICA DO PLANO NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA
(PNBE)**

Salvador
2019

THÁISA CRISTOFOLETI DE VASCONCELOS

**LITERATURA E POLÍTICAS LITERÁRIAS:
UMA LEITURA CRÍTICA DO PLANO NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA
(PNBE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLitCult/UFBA), como requisito para obtenção do título de Mestra em Literatura e Cultura. Área de concentração: Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura. Linha de pesquisa: Documentos da Memória Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzane Lima Costa

Salvador
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cristofoleti de Vasconcelos, Thaisa
Literatura e políticas literárias: uma leitura crítica do Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) / Thaisa Cristofoleti de Vasconcelos. -- Salvador, 2019.
145 f.

Orientadora: Suzane Lima Costa.
Dissertação (Mestrado - Literatura e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2019.

1. PNBE. 2. Formação de Leitores. 3. Políticas Públicas. 4. Cânones Literários. 5. Literatura e Memória. I. Lima Costa, Suzane. II. Título.

THAÍSA CRISTOFOLETI DE VASCONCELOS

**LITERATURA E POLÍTICAS LITERÁRIAS:
UMA LEITURA CRÍTICA DO PLANO NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLitCult-UFBA), como requisito para obtenção do título de Mestra em Literatura e Cultura.

Aprovada em 10 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Suzane Lima Costa – Orientadora
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Maria Amelia Dalvi Salgueiro
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof^a. Dr^a. Luciene Almeida de Azevedo
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Aos pares, oriundos das escolas públicas e da classe trabalhadora, que um dia sonharam em acessar a universidade pública e, construídas as oportunidades para que assim o pudessem, não lhes tenham esse direito tomado.

À Clara e Juan.

AGRADECIMENTOS

Às forças sagradas do mar.

Agradeço aos meus pais, Maria Emília e Jaime, pelo amor, escuta e olhar sempre afetuosos e pacientes. Pelo apoio aos sonhos. Pelos valores éticos de seus ensinamentos.

À Clara e Juan, pela espera amorosa e abraços sempre acolhedores.

À minha orientadora, Suzane Lima Costa, por suas orientações, referências, conhecimentos e confiança que possibilitaram a realização deste trabalho. Por seu entusiasmo, sorriso e inteligência inspiradores, que tanto me encorajaram neste processo.

À amiga Rosilma, que fez de minha passagem pela pós-graduação e pelos caminhos soteropolitanos dias mais aconchegantes e alegres. Pelas traduções linguísticas e dos dias cinzas paulistanos em mar, azul e brisa. Obrigada pela parceria nos territórios acadêmicos e na vida.

Aos amigos e amigas que, cada um ao seu tempo e maneira, incentivaram e tornaram a caminhada mais leve, sendo ponte de afeto e aprendizado entre o Nordeste e o Sudeste. À Mirela, parceira de estudos, histórias e coragem. Ao Pedro, pela cumplicidade cotidiana, em Salvador, e pelas orientações acadêmicas. Ao Gilson, pelo incentivo e presença ao longo da trajetória. À Fernanda pela parceria nas narrativas da vida. À Cris, pela disponibilidade e apoio afetuoso.

Às amigas e companheiras, Ana Carolina, Heloísa, Pauline, Rosana e Gabriela, que estiveram por todo tempo próximas e presentes, impulsionando e caminhando de mãos dadas a toda descoberta e conquista, nesse mergulho.

Ao Projeto de Leitura Livres Livros, pela experiência do trabalho literário e por possibilitar outras veredas soteropolitanas.

Ao CEU EMEF Vila Atlântica, pela confiança em meu projeto de trabalho, em especial, a Sala de Leitura e o Clube de Leitura, e pela licença concedida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, aos professores e equipe técnica, pelo conhecimento e seriedade oferecidos durante a realização do curso.

Aos tantos encontros, em prosa e poesia em Salvador, que estão nas entrelinhas deste texto.

A única experiência ética é ser uma potência. O único mal consiste em decidir permanecer em débito de existir ou apropriar-se da potência de não ser.

Giorgio Agamben (1993, p. 39)

VASCONCELOS, Thaísa Cristofoleti de. Literatura e políticas literárias: uma leitura crítica do Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). 143 p. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

As políticas literárias de Estado são um dos agentes fundamentais de promoção e legitimação do campo literário, ao lado de políticas de mercado, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A partir da compreensão de que o valor do literário acolhe definições transitórias, construídas por agenciamentos discursivos que se deslocam em um campo simbólico e político, o objetivo dessa pesquisa é compreender quais constructos literários foram engendrados pelo PNBE, ao longo de seus dezoito anos de existência. A leitura e a análise de quais representações literárias e culturais articularam-se como projeto nacional, por meio de documentos oficiais e acervos, fazem emergir os processos de seleção e de exclusão que contribuíram para a produção dos cânones, o fortalecimento e, por vezes, a tentativa de dissolução dos padrões literários hegemonicamente estabelecidos. Após o mapeamento dos editais de seleção do PNBE, a pesquisa demonstrou que o programa esteve dividido em três fases, com concepções literárias e políticas específicas, e em constante progressão para ampliação do campo de legitimação do panorama literário. Desde a seleção de obras sem a disseminação dos critérios de avaliação, contemplando uma historicidade da tradição literária brasileira, passando para as duas fases seguintes com a ampliação das discussões acerca do literário e do repertório escolhido, incluindo novas temáticas, gêneros discursivos, autorias e representatividade das obras. Recortado o PNBE 2013, última ação desenvolvida pelo programa para formação de leitores dos anos finais do Ensino Fundamental, os dados da pesquisa demonstraram um esforço em superar uma visão panorâmica restrita. Contudo, ao passo que fica evidente a porosidade das fronteiras do literário, com a inclusão de obras que entrecruzam linguagens, formatos e lugares diversos; sobressaem, ainda, narrativas, territórios, personagens, autores, etnias marcados por um suposto padrão, produzidos pelo próprio campo de legitimação do processo de seleção. A pesquisa concluiu que essa disputa do território literário, em um projeto nacional, pode contribuir potencialmente para construção de um imaginário discursivo e de memória cultural coletiva ao longo das gerações de leitores em todo território nacional. Os estudos foram sustentados pelos aportes de Bourdieu (1996), Souza (2002), Lajolo e Zilberman (2004), Maciel (2009), Petit (2009), Dalcastagnè (2012), Ludmer (2013).

Palavras-chave: PNBE. Formação de Leitores. Políticas Públicas. Cânones Literários. Literatura e Memória.

VASCONCELOS, Thaísa Cristofoleti de. Literature and politics of literary: critical reading of the National School Library Program (Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE). 143 p. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

The government politics of literary are the main promoting and legitimating agents of the literary field as, with editorial market policies, for instance, the National School Library Program (Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE). Bearing in mind that the literary value is affected by transitory definitions constructed by discursive agencies shifting in a symbolic and political field, the objective of this research is to understand which literary constructs have been reinforced within the program. The reading and the review of which literary and cultural representations articulated as a national project by means of official documents and literary collections, bring to surface the selection, and exclusion processes that contributed to the production of the canons, the strengthening and, sometimes, the attempt of dissolution of the hegemonically established literary standards. After the selection public notices mapping for the PNBE, the research showed that the program has been split into three phases with distinct literary and political concepts and in constant progress in order to enlarge the field of legitimation of the literary view. From the selection of works without the dissemination of the evaluation criteria, contemplating the Brazilian literary tradition historicity, passing to the next two phases with the enlargement of the discussions about the literary repertoire chosen, including new themes, discursive genres, authorship and representativeness of works. Having selected the works out of the PNBE Literary 2013, as the last action developed by the program for readers formation of the last years of Elementary School, the research data showed an effort to overcome the limitations of a restricted panoramic view. However, while the porosity of the literary boundaries is evident, with the inclusion of works that intersect a variety of languages, formats and places; narratives, territories, characters, authors, ethnicities marked by a supposed pattern, produced by the very field of legitimation of the selection process stand out. The research concluded that this dispute of the literary territory, in a national project, can potentially contribute to the construction of a discursive imaginary field as well as a collective cultural memory throughout the generations of readers all over the national territory. The studies were supported by the contributions of Reis (1992), Souza (2002), Lajolo and Zilberman (2004), Maciel (2009), Petit (2009), Dalcastagnè (2012) and Ludmer (2013).

Keywords: PNBE. Readers Formation. Public policy. Literary Canons. Literature and Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quantidade total de autores – origem	60
Figura 2 - Quantidade de autores por região brasileira.....	61
Figura 3 - Quantidade de autores por gênero.....	63
Figura 4 - Palavras-chave protagonistas masculinos/femininos.....	64
Figura 5 - Perfil das obras sobre temática étnico-racial.....	68
Figura 6 - Relação de obras de poesia.....	72
Figura 7 - Campo de legitimação da obra pelo PNBE Literário 2013.....	86
Quadro 1 - Cronologia das ações do PNBE.....	26
Quadro 2 - Processo de convocação e seleção das obras do PBNE 2013 Literário – Etapas.....	50
Quadro 3 - Classificação das obras que podem ou não ser inscritas no PNBE Literário 2013 – Etapas.....	53
Quadro 4 - Obras/Autores com elementos e/ou temática étnico-racial.....	67
Quadro 5 - Formação dos coordenadores dos grupos de trabalho do PNBE Literário 2013.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGLITCULT	Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Geras
SEALF	Secretaria de Alfabetização
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

SUMÁRIO

1 LITERATURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PNBE	13
1.1 CONCEPÇÕES DE LITERATURA NO PNBE LITERÁRIO.....	28
1.2 LITERATURA, CULTURA E IDENTIDADE NO PNBE LITERÁRIO.....	40
2 AS REGRAS DA LITERATURA PARA O PNBE LITERÁRIO	48
2.1 PERFIL DAS OBRAS.....	58
2.2 A PRODUÇÃO DO CÂNONE PELO PNBE.....	73
3 UM PROJETO DE REPRESENTAÇÃO E DE RELAÇÕES DE PODER	89
3.1 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DO IMAGINÁRIO PELO PNBE LITERÁRIO.....	101
4 ENTRE RESULTADOS E PERSPECTIVAS	109
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – Referências das obras citadas dos acervos	124
ANEXO A – Edital de Convocação para inscrição e seleção de obras	129
ANEXO B – Critérios de avaliação e seleção do edital de convoc. 08/2011	141
ANEXO C – Banca de Avaliadores PNBE 2013	143

1 LITERATURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PNBE

Discutida por diferentes estudiosos, a perspectiva de que a literatura, em cada sociedade e por meio de diferentes criações, é um dos meios de pensar e construir, contestar ou legitimar, de diversos modos, crenças, princípios, sentimentos, pode traduzir, portanto, uma consciência sobre a existência ou resistência de ser e estar no mundo. Dessa forma, o conceito do que é ou não literatura passa a ter um valor historicamente variável, não apenas estético e muito menos estático, produzido em estreita relação com juízos e filtros ideológicos individuais e coletivos de uma sociedade. Compreendendo o espaço literário como esse sistema simbólico e potente de significados, a literatura agrega a possibilidade de reflexão dos problemas e dos tensionamentos sociais e culturais, enfim, de a reconhecermos como um elemento que pode confirmar o homem na sua humanidade, desde que diferentes culturas e identidades estejam nela representadas. Nesse espaço simbólico da literatura, partimos do pressuposto de que a literatura extrapola o corpo literário e torna-se um campo disputado por diferentes concepções e relações de poder.

Sendo assim, podemos dizer que as interpretações do plano literário atravessam construções sociais e culturais com determinados critérios de valor, estabelecidos de acordo com os interesses de cada grupo que realiza os julgamentos. É um constante processo, no qual os elementos que são associados para definir normas estéticas acabam por criar um imaginário, ainda que passageiro, sobre o literário. José Luis Jobim reitera que “cada época tem suas convenções valores, visões de mundo, formando certo universo, cujos elementos interdependentes mantêm entre si relações associativas e funcionais em constante processo” (JOBIM, 1992, p. 129).

Fica evidente que o imaginário literário é engendrado pela forma na qual as pessoas ou as instituições se relacionam com o texto literário. A literatura, “ao invés de ser definida por uma substância, possa ser caracterizada por seu valor” (DURÃO, 2016, p. 107), isto é, não há como defender uma universalidade literária, visto que cada época, cada sociedade e a própria crítica literária são agentes transformadores do conceito de literário. Dessa forma, se o literário é uma maneira de ler as obras, é válido destacar que algumas instituições produzem uma perspectiva de literário ao legitimarem determinadas obras, critérios, valores.

Quando pensamos nas esferas públicas e nos programas nacionais de promoção da literatura e de formação de leitores, essa leitura toma uma dimensão muito maior, ao definir o cânone literário que influencia inúmeras gerações de leitores e define concepções de literatura numa perspectiva política. Sobre esse conjunto de forças e intencionalidades, Terry Eagleton (2006, p. 13) afirma que “alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante que seu nascimento.” Nesse sentido, compreender a organização de produção dos acervos literários é explorar as interseções entre literatura, cultura, história e política.

Ao partirmos, portanto, da premissa de que literatura é a escrita que recebe algum julgamento de valor e que seu próprio significado acolhe definições transitórias, pois “[...] a noção de valor é construída por regras sociais e por critérios de julgamento que não se limitam a um só discurso” (SOUZA, 2002, p. 11), entendemos que esse valor pode ser engendrado por políticas públicas de promoção da literatura. Logo, o objetivo dessa pesquisa é entender qual ideia de literário tem sido produzida por uma das mais recentes políticas literárias brasileiras, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Se considerarmos a dimensão de que o valor e a semantização do espaço do texto como literário são constituídos numa teia de relações históricas, culturais e interpretativas, essa pesquisa tem o intuito de realizar uma leitura crítica do acervo do PNBE, identificando qual escrita tem sido valorizada como literária e qual não tem, na perspectiva de um plano de Estado.

Segundo os estudos de Eagleton (2006, p. 16), “[...] a sugestão de que a ‘literatura’ é um tipo de escrita altamente valorizada é esclarecedora”, desde que produzida no campo literário, e não inerente a uma suposta essência literária, por determinados discursos e condições históricas e ideológicas. Sendo assim, essa pesquisa nos leva a questionar quais leituras e discursos estão inscritos e legitimados nos acervos literários escolares nacionais e que influenciam a construção do imaginário e da memória coletiva acerca da literatura. Refletindo, também, como as relações de poder estão implicadas nas diferentes concepções promovidas pelo Estado e que movimentam o campo literário por meio de noções de linguagem, cultura, escrita e das representações.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi desenvolvido em 1997¹, pela Portaria 584, do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover a cultura e a leitura aos alunos e professores das redes públicas de educação básica, por meio da oferta de acervos de obras de literatura, pesquisa e referência, para compor as bibliotecas e salas de leitura das unidades escolares. Coordenado pelo MEC, em cooperação com outras secretarias e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa atendeu escolas públicas em todo território nacional, distribuindo acervos, anualmente e de forma alternada para cada etapa da educação básica² – compreendendo a Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

Os acervos foram divididos em três principais grupos ou eixos iniciais de distinção entre o literário e o não literário. São eles: 1. PNBE Literário (composto por textos em prosa, em verso, livros de imagens e de histórias em quadrinhos); 2. PNBE Periódicos (formado por revistas e jornais de apoio didático a todos os ciclos da educação básica); 3. PNBE do Professor (com material de referência à práxis pedagógica). É importante ressaltar que a composição dos acervos é a mesma para todas as regiões do país, distribuída para todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar, mudando apenas a quantidade de acervos distribuídos de acordo com os critérios de atendimento determinado em cada edital e ano de programa.

Ao longo dos quase vinte anos de existência³, o PNBE esteve ativo e foi protagonizado pelas tendências políticas de três governos. Embora desenvolvido sob o eixo principal e contínuo de selecionar, avaliar e distribuir obras de literatura com o objetivo, segundo o MEC, de “fornecer aos estudantes e seus professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade”⁴, evidentemente, cada programa político delineou e articulou outras ações, de acordo com seus interesses, para movimentar esse projeto literário nacional.

¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

² A inclusão e a organização de obras destinadas às etapas da educação básica aconteceram de forma progressiva ao longo do programa, como será visto no decorrer desse estudo.

³ O PNBE foi executado e distribuído até o ano de 2014. Entre 2015 e 2018, em meio às intempéries políticas, o programa foi suspenso com um edital em aberto, o PNBE Indígena. Nesse período, nenhum comunicado oficial justificou a suspensão ou retomada do programa.

⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Se uma das leituras que podemos fazer das políticas públicas, segundo Rodrigues (2013), é que compreendem um conjunto de práticas geridas por determinado poder para resolução de determinadas questões que se referem ao interesse público, ou ainda, de que políticas públicas são ações ou um conjunto de atividades que o Estado promove pensando no interesse comum e de uma sociedade mais justa, o PNBE pode ser entendido como uma política pública tanto de formação de leitores como uma política pública do literário, pois procura, por meio de diferentes ações de seleção e distribuição de acervos, dar acesso à população ao bem cultural que é o livro e a literatura.

Ainda segundo Rodrigues (2013, p. 25), política pública pode ser definida como um processo pelo qual “diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Parece-nos, então, imperativo refletir de que forma esses diversos grupos que compõem a sociedade tomam parte coletivamente desse processo do PNBE ou estão nele representados, já que a pretensão do programa é promover a cultura, a literatura e a reflexão sobre a realidade em uma perspectiva plural.

Acompanhando o itinerário do PNBE e realizando um mapeamento das intencionalidades dessa política literária, percebemos diferentes ações empregadas para compor essa memória de literatura nacional. Essas ações são norteadas, a priori, por uma separação entre quais obras serão interpretadas pelo programa como literárias e quais não serão. Essa distinção nos direciona a um primeiro questionamento: quais seriam os critérios estabelecidos pelo PNBE para definir o que é ou não literário? É preciso considerar que, anterior às definições apresentadas pelo programa e embasando suas concepções, são os estudos literários que, ao longo dos anos, buscam discutir possibilidades de definição sobre o literário. Segundo Jonathan Culler:

O que diferencia as obras literárias dos outros textos de demonstração narrativa é que eles passaram por um processo de seleção: foram publicados, resenhados e reimpressos, para que os leitores se aproximassem deles com a certeza de que outros os haviam considerados bem construídos e ‘de valor’. (CULLER, 1999, p.33).

Essa explicação dada pelo crítico apresenta o contexto das implicações de

cooperação e proteção entre os campos institucionais e o objeto. Mas para além dessa perspectiva de pensar a literatura com uma convenção, os estudos literários, ao longo da história, tentaram distinguir as obras literárias por meio de propriedades ou características específicas que as diferenciassem de outros discursos, ou seja, numa perspectiva mais essencialista da natureza da literatura.

Uma das primeiras tentativas de conceituar o literário foi distinguir a escrita que chamamos de ficcional da escrita e que representaria um fato verídico. Entretanto essa tentativa logo apontou para uma frustração, pois “O discurso não-ficcional geralmente está inserido num contexto que diz a você como considerá-lo [...]. O contexto de ficção deixa aberta a questão do trata realmente a ficção.” (CULLER, 1999, p. 38), isto é, não há limites que definam essa escrita, pois uma carta, por exemplo, poderá ser lida em dado contexto e época como ficção e, em outro momento, apenas como fato verídico. Novamente, é o contexto de interpretação que acaba por definir o literário e não o objeto literário por si só. Nos próprios editais do PNBE, o critério ficcional não é mencionado como fator de escolha, mas é perceptível que há um trânsito de obras que foram incluídas no PNBE em dado momento como literárias (como no PBNE 1997⁵, que constavam enciclopédias e atlas) e, com o passar dos anos, foram distinguidas para as coleções de referência e não mais fizeram parte dos acervos chamados literários.

Uma segunda tentativa para definir as características propriamente literárias estreita e limita a relação com a linguagem. Interessada e disseminada principalmente pelos formalistas russos, essa conceituação defende que o literário poderia ser entendido quanto ao uso linguagem de maneira peculiar, isto é, seria literatura o texto que empregasse a linguagem fora do seu uso comum. A aplicação linguística e as formas literárias sobressaem à margem da análise de outros conteúdos imbricados no texto, como cita Durão (2016), nessa perspectiva formalista. “Seria necessário descobrir o que seria o literário na literatura, a sua *literariedade*. Para Viktor Shlovsky (1893-1984), ela residiria na diferença em relação à linguagem cotidiana.” (DURÃO, 2016, p. 99). Entretanto, “[...] assim que determinado traço ‘estranhador’ da literatura fosse absorvido pela linguagem do dia a dia, esta manifestação literária deixaria de sê-lo” (DURÃO, 2016, p. 99). Nesse

⁵ Acervo PNBE 1997 (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 652**. Estabelece sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Distrito Federal, n. 94, 20 mai. 1997. Seção I pp. 10350-10351).

sentido, o estudo da literatura estaria centrado no texto, descartando contextos de produção, efeitos gerados no leitor, as intencionalidades do autor. Ao refletirmos sobre esse conceito na construção dos critérios do PNBE, notamos que os editais não apresentam o termo *literariedade* como um eixo de seleção, mas a expressão *qualidade do texto* surge recentemente como um dos critérios básicos, referindo-se às “[...] qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem” (BRASIL, 2008, p. 15).

Sobre o caráter estético, podemos afirmar que tanto a tentativa da distinção entre ficção/não-ficção como a sobreposição do trabalho com a linguagem para definir literatura fazem parte de uma visão que entende a literatura como uma função estética. Culler (1999), apontando a teoria de Kant para exemplificar o conceito de estética ocidental moderna, afirma que nessa perspectiva “[...] estética é o nome da tentativa de transpor a distância entre o mundo material e espiritual, entre um mundo de forças e magnitudes e um mundo de conceitos” (CULLER, 1999, p. 39). Uma obra literária por esse olhar é a combinação de formas (sensoriais) e conteúdos (ideias), uma relação entre o belo, a verdade e o bem. Contudo, como aponta o teórico, isso significa que se considera o texto literário sem compreender a contribuição das partes para o efeito do todo, desconsiderando a obra como um todo destinado para determinado fim.

No caso do PNBE, os textos literários avaliados por seu trabalho estético com a linguagem são entendidos como coerência e consistência da narrativa, ambientação, caracterização dos personagens, adequação dos personagens e variáveis de natureza situacional e dialetal - para os textos em prosa; adequação da linguagem ao público que se destina, a função estética também precisa ir ao encontro da função ética, não admitindo preconceitos, moralismos ou estereótipos - para textos em verso (BRASIL, 2010). Ainda na concepção de qualidade do texto, os editais do PNBE Literário, recorrentemente, mencionam que é preciso observar as obras e os princípios que historicamente orientam a produção e a recepção literária. Dessa forma, literatura, para o PNBE, também funciona como construção autorreferencial e intertextual da obra literária, isto é, a literatura é vista como uma prática “na qual os autores tentam fazer avançar ou renovar a literatura e, desse modo, é sempre uma reflexão sobre a própria literatura.” (CULLER, 1999, p. 41).

Retomando as propostas de seleção de acervos do PNBE e das suas ações definidas nesse esboço de definições literárias, o programa desenvolveu uma base

ao longo dos anos: o PNBE Literário, PNBE do Professor e PNBE Periódicos. Essa base de ações demonstra que o primeiro critério norteador para construção do campo literário, segundo a política do PNBE, é a distinção entre obras que serão lidas como literárias e as que não são consideradas literatura, nesse caso, as denominadas publicações periódicas e as destinadas à práxis pedagógica. Culler (1999, p. 33) afirma que “a ‘Literatura’ é uma etiqueta institucional”, ou seja, que para além dos esforços e das incertezas de procurarmos traços característicos de uma linguagem altamente organizada, padronizada e caracterizada como literatura, é preciso compreender que “às vezes o objeto tem traços que o tornam literário, mas às vezes é o contexto literário que nos faz tratá-lo como literatura” (CULLER, 1999, p. 34). Dessa forma, explica-se porque uma obra pode ora estar no PNBE do professor e não ser lida como literatura, ora estar no PNBE Literário e ser compreendida como objeto literário.

Ainda na esfera das diferentes ações desenvolvidas pelo programa, a primeira proposta que surgiu, após os PNBE Literário e do Professor, foi a chamada *Literatura em Minha Casa*, entre os anos 2001 e 2002. O objetivo dessa ação era “incentivar a leitura e a troca dos livros entre os alunos, além de permitir à família do estudante opção de leitura em casa”⁶, ou seja, o foco deixou de ser a formação dos acervos nos espaços coletivos e distribuir individualmente diversificadas coleções literárias para os estudantes das escolas públicas cadastradas levarem para suas casas. Nos dois primeiros anos desse programa (período que corresponde ao final do mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso), o PNBE encarregou-se apenas da ação *Literatura em Minha Casa*, suspendendo, provisoriamente, as outras ações do programa.

No primeiro ano, em 2001, foram compostos seis acervos diferentes, cada um com cinco títulos dos seguintes gêneros: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral. As bibliotecas escolares receberam apenas quatro acervos. No segundo ano da proposta, em 2002, o foco continuou sendo a distribuição das coleções para uso particular, e o número de obras distribuídas aumentou para uma seleção de oito coleções de diferentes editoras, cada uma também com cinco títulos cada, seguindo os mesmos critérios dos

⁶ Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

gêneros do ano anterior⁷. Embora o número de acervos tenha aumentado, é interessante perceber, pelo histórico, uma preocupação em fomentar a literatura a partir do recorte de determinados gêneros textuais e das obras consideradas clássicos da literatura universal pela tradição e crítica literárias.

Sobre a constituição desse conjunto de obras que aspiram à uma suposta universalidade, Roberto Reis (1992) é bastante elucidativo ao afirmar que há um recorte pretensioso de humanidade e universalidade que são atribuídas a essas obras. *Kanon*, do grego, designa uma espécie de vara de medir, isto é, está muito mais associado a um padrão estabelecido do que a algo essencialmente composto. Segundo o dicionário *Houaiss*, cânone é um “conjunto de livros considerados de inspiração divina, modelo, padrão” (HOUAISS, 2009). Nas palavras de Reis (1992, p. 4): “cânon significa um perene e exemplar conjunto de obras – os clássicos, as obras-primas dos grandes mestres – um patrimônio da humanidade (e, hoje, percebemos com mais clareza, que esta ‘humanidade’ é muito fechada e restrita)”. Esse pretense valor de universalidade atribuído aos clássicos literários impulsiona uma comunidade imaginada, na qual todas as outras diferentes das representadas nessas obras deveriam aspirar. Esta produção canônica – inquestionável, atemporal, universal, a-histórica, explicita Reis, está submetida:

por uma redoma a-historicidade de ordem cronológica, como se houvesse sido estipulado por uma supracomissão de cúpula e de alto nível (infensa a condicionamentos de ordem cronológica ou de classe), que por uma espécie de mandato divino, houvesse traçado os contornos no cânon, elegendo tais obras e varrendo do mapa outros autores e obras (e a escrita e a imprensa tornaram isto possível), uma aristocracia de textos acima de qualquer suspeita. (REIS, 1992, p. 4)

A legitimação, nesse caso, está pautada no valor intrínseco atribuído à obra, valendo-se da sua suposta “literariedade”, considerando a tirania e a supremacia do texto e da linguagem e desconsiderando todos os elementos externos, as circunstâncias de produção e recepção históricas. Sendo assim, o próprio conceito de cânone implica um princípio de seleção, bem como de exclusão, intermediada pela questão de poder, reproduzindo determinadas estruturas sociais. Ainda sobre a construção histórica do cânone, Reis aponta que a criação dessa noção serviu para autenticação da burguesia, para enaltecer um tipo de escrita característico das

⁷ Nesse ano, as escolas receberam uma coleção de cada.

elites, e que, portanto, não seriam aceitas outras formas, principalmente, as mais populares, de cultura (REIS, 1992, p. 5).

Exemplo dessa construção é a seleção dos títulos que representam os clássicos da literatura universal, os quais incluem, para o PNBE indispensavelmente, contos europeus, mas nem sempre inclui contos de outras culturas. Nessa dinâmica, o próprio MEC acaba atuando como um agenciador dos cânones literários escolares. Ou seja, o livro de contos dos Irmãos Grimm, por exemplo, parece sempre ter espaço não apenas nas seleções dos acervos, como nas prateleiras escolares como o lugar do clássico, ao passo que contos de outras regiões, quando há, estão submetidos a outra série de requisitos que possam comprovar sua suposta “qualidade literária”. Ao lermos os editais do PNBE entre os anos de 1998 e 2002⁸, percebemos que os termos *obras da literatura universal*, *clássicos da literatura universal*, *obras clássicas e modernas da literatura brasileira* estabeleceram um dos eixos norteadores para essa política pública literária.

Seguindo adiante no panorama de ações PNBE, nos dois anos seguintes, entre 2003 e 2004, e início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve uma expansão significativa do PNBE, tanto em termos quantitativos, quanto como marco inicial dos termos qualitativos das obras. O projeto literário do PNBE, nesse momento do governo, indicou uma preocupação em ramificar suas esferas de atuação, levando o acesso ao livro e à literatura, desde a proposição de acervos individuais, até os acervos coletivos. Executou, portanto, cinco diferentes ações simultâneas: 1. *Literatura em Minha Casa* (de uso pessoal e propriedade do aluno), distribuindo uma coleção composta por cinco volumes de obras de literatura e informação para alunos matriculados nas 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental, além de dez coleções para cada escola; 2. *Palavras da Gente* (também de uso pessoal e propriedade do aluno), com acervos literários distribuídos para alunos da Educação de Jovens e Adultos; 3. *Casa da Leitura* (para uso de toda comunidade e do município) com títulos selecionados nas duas ações citadas acima, para que fossem organizadas bibliotecas itinerantes, disponibilizando o acesso à literatura inclusive à população que não estivesse matriculada em nenhuma unidade escolar; 4. *Biblioteca do Professor* (de uso pessoal e propriedade do professor), que distribuiu dois livros para cada professor, de ficção e de não ficção, que poderiam ser

⁸ Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

escolhidos pelos próprios profissionais a partir de uma lista de 144 títulos, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil; e por fim, 5. *Biblioteca Escolar* (para compor as bibliotecas escolares), com a distribuição com 144 títulos de obras literárias e não literárias selecionadas em acervos anteriores.

Nos anos seguintes, entre 2005 e 2010, ainda no governo do presidente Lula, o PNBE voltou a convergir suas ações para os PNBE Literário, do Professor e Periódicos, com a preocupação novamente da composição dos acervos nas unidades escolares. Foi a partir desse momento, no histórico do PNBE, que foram publicados os primeiros editais de seleção e composição das obras que seriam escolhidas com o discurso e as categorias de valores que formariam uma rede de ideal literário adotado pela política do Estado. É um divisor no contexto institucional literário para o PNBE, pois explicita a concepção de literatura adotada pelo programa e suas transformações ao longo dos anos. Foi durante esse período, também, que o programa ampliou sua abrangência para outros leitores, compondo acervos literários destinados às etapas da Educação Infantil e do Ensino Médio. Passaram a fazer parte das coleções obras de outros gêneros textuais: em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava línguas e adivinhas), em prosa (pequenas narrativas, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e histórias em quadrinhos.

Além disso, o critério *clássico da literatura universal* não surge mais com tanta relevância nos editais. Nesse processo de democratização da literatura, no final de 2010, houve a distribuição de obras de literatura infantil e juvenil em formato acessível aos alunos com necessidades especiais sensoriais. Esse intervalo de tempo apresenta o quanto o PNBE voltou-se à expansão tanto em relação à distribuição de acervos, considerando as especificidades de outros leitores, quanto em relação à abrangência de outros gêneros como literários.

Próximo ao final desse panorama de ações do PNBE, encontramos no governo da presidenta Dilma Rousseff, entre os anos 2011 e 2015⁹. As atividades do

⁹ A presidenta Dilma Rousseff foi reeleita democraticamente, em outubro de 2014, para cumprir seu segundo mandato (2015-2018), pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, no final de 2015, a Câmara dos Deputados deu início ao processo de impeachment da presidenta, motivado por ardilosos interesses políticos e manobras no Congresso Nacional, sob a suposta alegação de improbidade administrativa. As acusações não configurariam desrespeito às leis orçamentárias ou administrativas, contudo, acordos e pactos de interesses políticos contrários ao governo tornaram evidente a articulação de um golpe de Estado, para que a presidenta fosse impedida de exercer seu cargo e o vice-presidente pudesse assumi-lo interinamente. O desfecho dessa ação, com o impedimento da presidenta Dilma, ocorreu em 31 de agosto de 2016.

PNBE Literário, do Professor e Periódicos permaneceram ativos, bem como a distinção entre o literário e o pedagógico – e todas as ações convergiam para retomar a composição dos acervos de uso coletivo nas escolas públicas. Entretanto, os editais do PNBE, articulados entre o MEC, o FNDE e a Secretaria da Educação Básica, surgem pela primeira vez com uma nova parceria, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que trabalhou na implementação de políticas públicas integradas aos programas e ações da educação, em todos os níveis, com o objetivo de enfrentar as desigualdades e considerar os diferentes públicos e temáticas.¹⁰ Nesse período, houve duas grandes iniciativas do PNBE considerando a necessidade de incorporar a discussão e a seleção de obras que representassem a cultura e a diversidade brasileira: o lançamento dos editais PNBE Temático e PNBE Indígena. Ainda que pareça tardia essa inclusão, visto que desde início do programa o objetivo era promover a cultura, essas duas iniciativas demonstram os esforços do programa em reconhecer suas lacunas e a promover seus contornos, de fato, aos contextos mais plurais que formam o país.

O PNBE Temático, em 2013, representa, por um lado, uma abertura às questões indígenas, quilombolas, do campo, da educação de jovens e adultos, dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, da educação especial, das relações étnico-raciais e da juventude (BRASIL, 2013b); por outro lado, define que as seleções, destinadas aos anos finais do ensino fundamental e médio, deveriam ser apenas obras de referência, entendidas como:

Entende-se por obras de referência aquelas que tratam dos temas referidos no subitem 1.2, abordados sob seus aspectos conceituais, históricos, políticos, sociais, econômicos, culturais, linguísticos, afetivos, pedagógicos e metodológicos, por meio de narrativas de experiências, almanaques, dicionários, atlas e enciclopédias temáticas, dentre outros. (BRASIL, 2013b, p. 3)

A caracterização dessa alcunha *referência* logo é explicitada pelo edital, ao detalhar que não poderão ser inscritas obras “preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de literatura” (BRASIL, 2013b, p. 3). Ou seja, a pluralidade temática ainda está muito restrita a determinados gêneros e não é lida como parte de um projeto de literário. Nessa lógica, o conceito de literatura ou da

¹⁰ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-aco-es>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

não-literatura encontra-se no interior de uma ordem do discurso, “ao invés de enfrentá-lo desde uma ótica ontológica – ou seja, como se fosse possuidor de uma inerente especificidade – passaríamos a enfocá-lo desde um ângulo funcional” (REIS, 1992, p. 5). Assim, uma narrativa de experiência, nesse caso do PNBE Temático, será lida como uma obra de referência e não como propriamente literária, enfim, será a práxis discursiva do programa que vai atribuir funções literárias ou extraliterárias aos objetos.

Se é de interesse da política pública a representação dos diferentes grupos que compõem a sociedade, e a dimensão do texto literário pode ser uma escolha para essa ponte entre o mundo real e a narrativa escolhida para representá-lo, os editais dos PNBE anteriores apontam não terem dado conta dos diferentes contextos culturais e da diversidade brasileiras, pelo menos, enquanto projeto literário.

Inaugurando uma concepção inovadora, foi publicado em 2014 o edital do PNBE Indígena, que seria distribuído em 2015¹¹. Podemos considerar que a ação seria inédita e de grande valor, pois, pela primeira vez, tinha por objetivo selecionar obras de literatura sobre a temática indígena, atendendo estudantes e professores da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e ensino médio, sem a segregação entre obras didáticas e literárias. O PNBE Indígena seria distribuído em um cenário bastante delicado em relação aos direitos dos povos indígenas¹². Enquanto o contexto político indicava um possível retrocesso acerca da demarcação das terras indígenas, encaminhava-se pela primeira vez a pretensão de um projeto literário oficial que daria ênfase à produção literária relacionada aos direitos culturais dos povos tradicionais brasileiros, “fomentando a ruptura de estereótipos sobre as suas histórias, culturas e identidades, em uma abordagem positiva da pluralidade cultural indígena e da afirmação de direitos culturais” (BRASIL, 2015, p. 1). Até então, poucos títulos haviam sido contemplados nos acervos anteriores e sem um posicionamento político claro a respeito da cultura e da produção literária indígena. A

¹¹ A ação do PNBE Indígena foi suspensa em andamento, pois a seleção de livros não foi publicada, e evidentemente, também não distribuída. Até o momento, nenhuma nota oficial justificou a suspensão do edital.

¹² Em 2015, tramitou na Câmara a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215). Aprovada por uma Comissão Especial e aguardando votação, dispõe sobre a demarcação das terras indígenas. Vista por várias etnias como uma possível ameaça, pois proibiria a expansão das terras existentes e delegaria exclusivamente ao Congresso a demarcação dos territórios. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1456>>. Acesso em 21 abr. 2018.

seleção das obras de literatura do programa previa contemplar a produção de autores indígenas e não indígenas, que:

por meio das artes verbais, divulguem e valorizem a diversidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros, bem como suas diversas e amplas contribuições no processo histórico de formação da sociedade nacional. (BRASIL, 2015, p.1)

A proposta de compor um acervo, exclusivamente, para a produção literária indígena aponta para as lacunas históricas nesse campo literário enquanto projeto nacional. Ainda no século XIX, o projeto do romantismo buscava a representação da figura de um ideal índio, à semelhança dos heróis europeus, como nos romances de *O Guarani*, ou *Iracema*, de José de Alencar. A partir do século XX, envolver a cultura como um projeto de Estado mostrava-se aparente na proposta modernista de Mário de Andrade, a partir dos anos 1930, que “ao vincular o conceito de nacional ao programa do Estado, irá passar pelo conflito entre a construção de uma memória nativa, local e os imperativos de uma cultura global, universal, trazida pela modernização (SOUZA, 2002, p. 57). Enfim, a política do PNBE Indígena apresentou uma proposta inovadora, por meio de uma política pública literária interessada na diversidade dos povos, em uma abordagem não estereotipada de suas identidades e realidades. Essa política literária tinha a pretensão de promover outras reflexões acerca da relação entre as culturas, de construção de outros imaginários literários e de memória cultural dos povos indígenas, para além de estereótipos.

Segundo Stuart Hall (2016), a estereotipagem é uma forma de fechamento e exclusão, porque fixa limites e fronteiras, nas quais tende a ocorrer as desigualdades de poder (HALL, 2016, p. 192). Percebendo uma força simbólica da ordem social, Hall descreve a estereotipagem como uma fronteira entre “[...] o ‘aceitável’ e o inaceitável, o ‘pertencente’ e o que não pertence ou é o ‘Outro’, entre ‘pessoas de dentro’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders), entre nós e eles” (HALL, 2016, p. 192). Podemos afirmar que anos de exclusão da literatura indígena em uma política pública de literatura atua na reiteração desse estereótipo de que não há produção literária de temática indígena, reforçando as *pessoas que pertencem* e as *que não pertencem* ao conceito de literário.

O PNBE manifesta uma progressão no decorrer dos anos, com o intuito de contemplar a diversidade cultural brasileira, partindo, em 1997 - período em que por cultura estava implícito o ideal, arbitrário - das obras clássicas, chegando, em 2014 e

2015, com a necessidade de editais que ampliassem o repertório cultural presente nas obras, com a publicação de editais e seleções temáticas e indígenas. Nessas práticas do PNBE, percebemos como as palavras *cultura* e *literatura* são oscilantes, isto é, recebem concepções e significados de acordo com os discursos de cada momento do programa. Entretanto, nessa flutuação de significados, literatura e cultura ora se aproximam, ora se distanciam, diferenciando obras literárias das obras de referência pedagógica. Ao considerarmos que uma das leituras que podemos fazer de cultura é que ela seja uma espécie de cultivo e, segundo Eagleton (2011, p. 16), “[...] cultivo, entretanto, pode não ser apenas algo que fazemos a nós mesmos. Também pode ser algo feito a nós, em especial pelo Estado.”, isto é, uma relação entre o que fazemos e cultivamos no mundo e o que o mundo, as instituições, nos inspira a cultivar, o PNBE atua como essa prática, que afirma diferentes representações literárias e culturais, ao mesmo tempo, que as limita. Em outras palavras, se um programa literário nacional retarda por mais de dez anos a publicação de um edital sobre literatura indígena, por exemplo, contribui, por anos, para o cultivo do imaginário do não lugar dessa temática e desse contexto cultural na literatura.

As práticas de seleção do PNBE exercem uma potência política, pois constroem juízos de valores, considerando que a cultura também pode ser entendida como um conjunto complexo “de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2011, p. 54), e ao Estado compete a tentativa utópica de corporificar uma humanidade comum. A política de leitura do PNBE cumpre essa função de representar, por meio da literatura, os diferentes grupos que compõem a sociedade em acervos nacionais. Ainda que alguns editais mencionem como um dos critérios de escolha a adequação temática, vozes de grupos não hegemônicos permaneciam, até então, sussurrantes ou silenciadas na ausência de coleções literárias que abordassem as questões étnico-raciais, de gênero, indígenas, da diversidade sexual. A seguir, um quadro com todas as ações do PNBE ao longo do programa.

Quadro 1 - Cronologia das ações do PNBE

Ano	Ação do PNBE
1997	PNBE Literário ¹³ e obras de referência.

¹³ Em destaque apenas as ações com o objetivo de compor acervos literários coletivos e que serão o foco de estudo da próxima seção.

1998	PNBE Literário e obras de referência.
1999	PNBE Literário.
2000	PNBE Professor.
2001	PNBE Literatura em Minha Casa.
2002	PNBE Literatura em Minha Casa.
2003	PNBE Literatura em Minha Casa, Casa da Leitura, Biblioteca do Professor, Biblioteca Escolar (Literário) , Palavras da Gente.
2004	PNBE Literatura em Minha Casa, Casa da Leitura, Biblioteca do Professor, Biblioteca Escolar (Literário) , Palavras da Gente.
2005	PNBE Literário.
2006	PNBE Literário.
2007	Não houve PNBE.
2008	PNBE Literário.
2009	PNBE Literário.
2010	PNBE Literário , PNBE do Professor e PNBE para leitores com necessidades educacionais especiais.
2011	PNBE Literário e PNBE Periódicos.
2012	PNBE Literário e PNBE Periódicos.
2013	PNBE Literário , PNBE do Professor e PNBE Temático, PNBE Periódicos.
2014	PNBE Literário , PNBE Periódicos.
2015	PNBE Indígena (proposto em 2014, porém não executado).

Fonte: Autora (2019), com base nos Editais do PNBE de 1997 a 2014.

Nessa geografia de ações do PNBE, percebemos as diferentes vertentes e a evolução do programa em momentos políticos distintos, definindo quais dessas ações fariam parte do projeto propriamente literário e quais estariam fora desse valor. Deparamo-nos com o itinerário das seguintes ações: *PNBE Literário*, *PNBE do Professor*, *PNBE Periódico*, *Literatura em Minha Casa*, *Casa da Palavra*, *Palavras da Gente*, *Biblioteca do Professor*, *Biblioteca Escolar*, *PNBE Especial*, *PNBE Temático* e *PNBE Indígena*. Nesse total de onze ações de promoção da leitura e do livro, e em movimento ziguezagueante de distinção entre obras de referência, pedagógicas e literárias, movimentando diferentes objetivos interesses políticos-educacionais, podemos afirmar que o PNBE é, sobretudo, um programa de promoção de literatura, pois a grande maioria das ações promovidas teve por objetivo a avaliação, seleção e distribuição de livros de literatura para a composição de acervos coletivos e nacionais.

O eixo principal do programa tem sido o PNBE Literário, pois a essa ação coube a designação de promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade, como eixo norteador para a composição de acervos, a partir do primeiro critério para definir literatura, que diz respeito aos gêneros textuais que são lidos literários e à qual função destinam-se, relacionados a um campo

temático ou não.

Ao final desse mapeamento inicial do PNBE, percebemos que não seria possível ter delimitado um recorte de pesquisa antes mesmo de compreender quais as lógicas dos discursos dos programas intitulados literários e quais não. Diante disso, e considerando a dimensão do PNBE, esse estudo seguirá pela vereda, especificamente, do PNBE Literário, pois a proposição é analisar como a construção desse conceito, ao longo dos anos, movimenta o campo do imaginário literário nacional. Nessa delimitação, portanto, as ações sem nenhuma proposta de literário, como apontam os próprios documentos oficiais, não serão consideradas. Tampouco a ação *Literatura em Minha Casa*, que embora envolva um projeto literário, está voltada para os acervos de uso particular dos leitores. Sendo assim, após essa introdução, essa pesquisa adentrará os editais do PNBE Literário, compreendendo e analisando os contornos no interior deste conceito, para essa política pública.

1.1 CONCEPÇÕES DE LITERATURA NO PNBE LITERÁRIO

As linhas e os avessos que buscam costurar um ideal literário produzem contornos distintos. Compreender tanto as linhas teóricas, quanto esses avessos, que ora emaranham-se em crise, ora seguem contínuos, é importante para compreender como o PNBE Literário articula esses campos teóricos e analisar quais concepções de literatura são movimentadas no programa. A partir de um contexto histórico, a construção de um conceito nacional para literatura percorreu diferentes ideais, desde a semana modernista de 22 até a contemporaneidade.

Eneida Souza (2002) cita o mal-estar no discurso crítico brasileiro, que oscilou entre as vanguardas europeias e americanas e as tentativas de redefini-las para uma concepção nacional – sempre com critérios ditos universais, isto é, uma crise epistemológica enraizada entre as abordagens produzidas entre países hegemônicos e países periféricos (SOUZA, 2002). Somam-se a essa crise a diluição das fronteiras das disciplinas, as transformações culturais e políticas e a presença dos estudos culturais como uma ameaça à fragmentação do objeto de análise e da teoria literária.

Segundo Souza, foi a partir de 1930 que a vinculação entre o conceito de nacional ao programa de Estado gerou impasses “tanto pela apropriação das vanguardas europeias, através da atitude crítica e desconstrutora, como pelo

compromisso com o projeto estatal, centrado na preservação de princípios nacionalistas e universalizantes” (SOUZA, 2002, p. 57), ou seja, desde então há um conflito entre uma memória nativa, local e os imperativos de uma cultura global, universal.

Essas vertentes discursivas da crítica reverberam nas concepções do PNBE Literário, pois as propostas dos editais carregaram consigo as influências dos estudos teóricos e críticos que os sustentaram. Retrocedendo no panorama da teoria literária moderna, apoiado nos estudos produzidos na Rússia, nas décadas de 20 e 30, instaurava-se o formalismo Russo, que tinha por objetivo “a produção científica do objeto de estudo, abolindo-se a visão historicista, psicológica e biográfica do literário e instaurando o princípio da literariedade como valor” (SOUZA, 2002, p. 69).

No prefácio da *Teoria da Literatura dos Formalistas Russos*, Schnaiderman anuncia que “desde o início a nova corrente se caracteriza por uma recusa categórica às interpretações extraliterárias do texto” (EIKHENBAUM et al., 1973, p. 9). Nesse processo, o ponto de partida é a organização da obra como produto estético. Essa corrente voltava-se contra a submissão da estética à ética, com a necessidade de atribuir valor aos elementos formais da arte literária. Nas palavras de Jakobson (1921 apud EIKHENBAUM et al., 1973, p. 10), “a poesia é linguagem em sua função estética. Deste modo, o objeto de estudo literário não é a literatura, mas a literariedade, isto é, aquilo que torna determinada obra literária”.

Outra escola teórica que gerou forte influência nas comunidades de críticos e reverberou nos discursos das instituições e políticas literárias foi a corrente estruturalista. Desenvolvida nas décadas de 50 e 60 por um grupo de pensadores franceses, o estruturalismo “buscava analisar as estruturas que operam inconscientemente (as estruturas da linguagem, da psique, da sociedade)” (CULLER, 1999, p. 120) na produção de sentido do texto, sobretudo, com a aplicação de conceitos da linguística estrutural ao estudo dos fenômenos sociais e culturais. (CULLER, 1999, p. 120). Nesse sentido, o paradigma linguístico é o articulador do texto literário com outros discursos, como a psicanálise, a descrição semiológica e própria abertura do texto literário em uma rede de intertextualidade, em substituição à análise estilística e filológica do formalismo Russo (SOUZA, 2002). Estudos da comunicação de massa também firmaram parcerias discursivas para abertura do objeto de estudo da literatura por meio da abordagem semiológica.

Essa abertura dos campos disciplinares promovida pelo estruturalismo

produziu um terreno fértil para os estudos teóricos do pós-estruturalismo e das teorias da desconstrução. Enquanto o pós-estruturalismo reconhece a “impossibilidade de descrever um sistema significativo coerente e completo, já que os sistemas estão sempre mudando” (CULLER, 1999, p. 121), que era o foco do estruturalismo, essa corrente posterior enfatiza uma crítica do conhecimento considerando os sujeitos, isto é, segundo Culler (1999, p. 122), “as estruturas dos sistemas de significação não existem independente dos sujeitos”. Dessa forma, podemos considerar que os discursos contemporâneos, tais como os estudos culturais, os feminismos, as teorias pós-coloniais, os estudos das minorias, as teorias psicanalíticas, os marxismos são operados pelo viés de pensamento pós-estruturalista. Nesse novo paradigma, os estudos da desconstrução, disseminados pelas propostas de Deleuze e Guatarri, Derrida e Foucault, propõem desconstruir as “oposições hierárquicas que estruturam o pensamento ocidental” (CULLER, 1999, p. 122), ou seja, pela ótica de como essas oposições não são naturais, mas sim construídas por discursos, estruturas e funcionamentos que lhes são conferidos.

No Brasil, segundo Souza (2002), em meio à década de 70, foi aberto um debate com os encontros nacionais de professores de literatura, nos quais diferentes pensamentos críticos brasileiros apresentaram seus trabalhos e suas abordagens. A reação contemporânea frente aos estudos culturais foi sentir-se amedrontada com uma possível e perigosa diluição do objeto de análise, a redução de rigor teórico e metodológico, propostos pelos estudos da desconstrução e releitura das questões culturais americanas. A crítica apontava para a falta de limites da interdisciplinaridade para os estudos literários. Por um lado, uma crítica literária mais conservadora, vinculada a uma linguagem mais hermética, elitista, estruturalista aos moldes europeus; por outro lado, críticos e professores que defendiam uma relação menos hierárquica e mais democrática. Segundo Souza:

A conceituação do estético como experiência radical de transgressão começa, a partir dessa época, a perder terreno no interior dos estudos literários, à medida que os textos do cotidiano passam a incorporar as manifestações de vanguarda, e a mídia, a se alimentar dos procedimentos artísticos. (SOUZA, 2002, p. 19)

Ainda que o PNBE Literário tenha surgido em meados da década de 90, após esse contexto das discussões teóricas sobre o objeto literário, é por meio da leitura dos editais de seleção dos acervos que se torna possível entender e analisar como

cada ano do programa literário aproximou, distanciou ou interseccionou debates anteriores sobre o literário. Ao todo foram catorze edições do PNBE Literário, ou seja, catorze anos de programa efetivamente para promoção da literatura, o que representa, no mínimo, uma geração inteira de formação de leitores. Na prática, podemos entender, por exemplo, que a escolha de um acervo literário pautado no critério das obras clássicas x obras não clássicas não é um processo natural intrínseco, isto é, podemos desconstruir esse eixo binário, entendendo que a seleção é pautada mais pelas forças institucionais e de significados que envolvem a perpetuação dos mesmos escritores, de determinada região, de determinadas editoras.

Logo no início do PNBE Literário, no período compreendido entre os anos 1997, 1998 e 1999, embora tenham sido localizados apenas os extratos de publicação dos editais, é possível fazer uma leitura descritiva e crítica dos acervos selecionados para entender a concepção literária inscrita nessas escolhas. Em 1997 e 1998 – anos em que o PNBE destinou os livros para escolas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental –, foram selecionados 125 títulos, no primeiro ano, e 215 no segundo. Pela descrição do histórico no portal do FNDE, fica evidente que a escolha foi pautada pela inclusão das *obras clássicas e modernas*¹⁴ da literatura brasileira. Ou seja, há mais uma preocupação com um projeto literário que represente a identidade nacional entre a tradição e a corrente modernista.

Embora os livros fossem destinados a um público em processo de transição entre a infância e a juventude, a maior parte dos títulos (com exceção das mais de vinte obras de Monteiro Lobato e explicitamente indicadas ao público infantil), as demais obras atenderiam a um leitor e público adulto e ficam a cargo de escritores de períodos literários diversos, tais como: Graciliano Ramos, Jorge Amado, José de Alencar, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa. Em meio a tantos autores, apenas três autoras ocupam esse lugar de *clássico da literatura brasileira*, com algumas obras de Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Cecília Meireles. A concepção de literatura, nesse momento, traduz um projeto modernista, escrito por autores de uma classe média, e o Brasil, urbano ou rural, segundo suas visões.

Ainda nesse momento inicial do PNBE Literário, no ano de 1999, a Fundação

¹⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em 17 abr. 2018.

Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) foi contratada para selecionar 106 títulos que seriam distribuídos para escolas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Embora também sem a publicação de edital da concepção de literatura adotado, o acervo deveria atender aos critérios de seleção solicitados pelo FNDE, publicados, posteriormente, em um relatório pela FNLIJ: “a seleção deverá ser feita entre as Obras Altamente Recomendadas e Premiadas, sendo que o principal critério de escolha será a qualidade do livro, observando-se, em iguais condições, texto, imagem e projeto gráfico.”¹⁵. As obras escolhidas deveriam contemplar os gêneros narrativa clássica, narrativa contemporânea, poesia e teatro, e livros para alfabetização. É interessante perceber que no relatório da FNLIJ o critério da qualidade foi determinante para a escolha das obras, além das expressões *qualidade* e *estética* serem citadas reiteradamente. Entretanto, a discussão que esquadriharia o conceito de qualidade não é apresentada. Importante destacar, nesse ponto, que os mantenedores da FNLIJ são os próprios grupos editoriais, o que levanta uma dúvida: em que medida os critérios literários perpassam discussões de campos ou interesses mercadológicos? O relatório não distingue maiores especificidades sobre o conceito de literatura, apenas parte dos gêneros escolhidos e, sobretudo, da qualidade estética que não é conceituada.

Essa percepção de literatura presente no relatório do FNLIJ nos remete a um constructo mais formalista da teoria da literatura, atribuindo ao texto à qualidade do literário ou, talvez, uma forma para justificar que seriam escolhidas apenas obras de qualidade e premiadas, ainda que a própria fundação fosse responsável por esse título.

Há uma abertura em relação a autores e autoras brasileiros e estrangeiros, contudo, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394¹⁶ já tivesse sido instituída dois anos antes, estabelecendo orientações acerca do ensino sobre a diversidade étnico-racial brasileira, o acervo de 1999 não seleciona nenhum título representativo que trate das relações étnico-raciais. Em contrapartida, foram selecionadas três obras dos contos maravilhosos europeus, com traduções de Irmãos Grimm, La Fontaine e Charles Perrault. Não à toa, diferentes gerações de leitores construíram sua memória cultural literária e escolar na ausência de

¹⁵ Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/site/pnbe-1999.html>>. Acesso em 27 mar. 2018.

¹⁶ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9634, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 20 abr. 2018.

pluralidades étnicas e culturais. Embora, a distribuição de livros literários tenha sido uma crescente, no ponto de vista quantitativo, nesse primeiro período entre 1997 e 2004¹⁷, o debate sobre qual projeto de literatura o Estado estava promovendo não estava explícito, ainda que seja possível perceber traços do conceito formalista e da perpetuação canônica por meio dos títulos escolhidos.

Em síntese, nesse período, o ideal canônico da literatura universal (com um recorte limitado) e obras clássicas e modernas da literatura brasileira, além de determinados gêneros literários (como poesia, conto, novela peça teatral) estabeleceram os eixos norteadores para composição do projeto literário.

Um segundo momento do PNBE Literário se inicia no ano de 2005, estendendo-se até 2010. É possível realizar essa distinção não apenas pela gestão política posterior ao primeiro período, como pela identificação e publicação dos editais de avaliação e seleção das obras, nos quais breves introduções discutem concepções de literatura. Em 2005, o foco do PNBE Literário contemplou os anos iniciais da educação básica e selecionou cinco acervos, com vinte títulos diferentes cada um. O ponto de partida é construído a partir de uma variedade maior de gêneros textuais: poesias, quadras, parlendas, cantigas, textos de tradição popular, novelas, lendas, fábulas, adivinhas, entre outros, e, pela primeira vez, *clássicos da literatura* não surgem como foco de critério. O processo de seleção para o acervo literário estava inscrito, explicitamente, sob quatro eixos: qualidade do texto, adequação temática, projeto gráfico e representatividade das obras (BRASIL, 2005). Esses três primeiros critérios permanecem ao longo do PNBE Literário até 2014, com algumas variantes, mas tornam-se a base dos critérios de seleção.

Por qualidade do texto literário entende-se a interpretação de que as obras, além de contribuírem para ampliar o repertório linguístico dos leitores, deverão propiciar a fruição estética, desde que desaconselhados aqueles que reproduzam clichês, preconceitos, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2005). Em relação à adequação temática, o edital explana que as obras devem atender aos diferentes contextos culturais, sociais e históricos. Essas concepções demonstram forte influência do campo da linguística, tanto em relação ao repertório da linguagem das obras, quanto da diversidade da estrutura dos gêneros.

¹⁷ Nos anos de 2003 e 2004, o PNBE Literário para os acervos das escolas reproduziu as mesmas coleções de livros do PNBE 1998. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em 20 abr. 2018.

O conceito de literário inicia uma expansão para além do objeto, ao mencionar que diferentes conceitos culturais, sociais e históricos devem ser considerados. É também o primeiro edital que ressalta que a representatividade das obras é um critério relevante para escolha, isto é, diferentes propostas e programas literários – desde aqueles que já firmaram uma tradição e conquistaram o reconhecimento de diferentes instâncias da instituição literária, àqueles que rompem com esta tradição e propõem contemporaneamente novos modelos e princípios (BRASIL, 2005, p. 14). Além disso, títulos selecionados nos anos anteriores não poderiam ser novamente selecionados, fator que, supostamente, contribuiria para uma renovação literária.

O edital do PNBE Literário 2005 manifesta uma transição de uma perspectiva puramente estética e preocupada com as qualidades inerentes aos objetos artísticos e da seleção das obras, desgastadamente escolhidas em anos anteriores, para um início de um novo conceito de literário que passaria a dialogar entre qualidade do texto e pluralidade cultural.

No ano seguinte, em 2006, o PNBE Literário selecionou 75 títulos para os anos finais do Ensino Fundamental. A concepção de literatura passa novamente pelos critérios de qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico, como no ano anterior. Neste ano, por qualidade do texto o programa define as qualidades “textuais básicas (coerência, coesão, progressão, consistência)” (BRASIL, 2006, p. 14), considerando o leitor e a tradição histórica literária, como no caso das obras poéticas, em que “será observada a adequação da linguagem ao público a que se destina e sua coerência tendo em vista os diferentes princípios que, historicamente, vêm orientando a produção e a recepção literária” (BRASIL, 2006, p. 14). Nesse edital, o critério representatividade das obras é extinguido e a inclusão de uma introdução para além dos critérios de seleção é redigida, explicitando qual percepção de literário deve permear todo o processo de escolha. Esse ideal de literatura defende que as obras literárias devem contribuir para “a reflexão sobre a realidade, sobre si mesmos e sobre o outro, desenvolvendo a percepção do jovem e ampliando suas referências estéticas, culturais e éticas” (BRASIL, 2006, p. 14).

Se o princípio estruturalista, desenvolvido por Lévi-Strauss, revoluciona as ciências humanas ao perceber as estruturas inconscientes que regem os esquemas mentais à abertura a alteridade, “estava para sempre selada uma das maiores contribuições que o estruturalismo poderia oferecer aos estudos das ciências

humanas, ao serem quebradas as fronteiras etnocêntricas e dado início ao processo de descolonização cultural” (SOUZA, 2002, p. 28). Nessa perspectiva, o programa literário de 2006 expõe o princípio de uma relação com o contexto do indivíduo leitor, com novas possibilidades a um processo de pensar por outras fronteiras a constituição dos acervos.

Em continuidade ao processo de alternância do PNBE Literário, em 2008, foram incluídas, pela primeira vez, obras distintas para Educação Infantil (60 títulos), além das coleções para os anos iniciais do Ensino Fundamental (100 títulos) e Ensino Médio (139 títulos). Inauguradamente, a introdução do documento oficial cita a importância da relação corpo e as múltiplas linguagens nas inter-relações para produção de significados. A literatura, para o PNBE Literário 2008, simboliza “envolver sentimentos, valores, emoção, expressão, movimento e ludicidade” (BRASIL, 2008, p. 14). Nesse discurso do programa, o foco volta-se para os sujeitos leitores e considera que, como muitos possuem diferentes experiências contornadas por contextos socioculturais distintos dos quais provém, a literatura deve acompanhar essa diversidade. “Os acervos de obras de literatura, além da qualidade e valor artístico, deverão contar com títulos e temática esteticamente diversos, capazes de aproximar as crianças das diferentes realidades e de ampliar suas experiências de leitura.” (BRASIL, 2008, p. 14).

Novamente, no PNBE 2008, qualidade textual é entendida por princípios textuais e trabalho estético com a linguagem, desde que eticamente adequados, isto é, moralismos, preconceitos, discriminação, didatismo ou estereótipos de qualquer ordem não serão aceitos. Há a proposição de um equilíbrio entre os textos que atendam às expectativas do público infantil e a abertura para outros textos que ampliem o repertório de leitura das crianças. O edital ainda cita que devem ser consideradas as variáveis de natureza situacional e dialetal. Nesta edição, ainda, o edital aponta um fortalecimento da função do sujeito e suas práxis corpóreas nos processos de leitura literária.

Segundo Eneida Souza, “se a abordagem estruturalista praticada na antropologia – e em grande parte na crítica literária calcada nesse modelo – ignorava as particularidades enunciativas ao conferir importância mínima à recepção dos discursos, terminava por apagar a figura do sujeito no próprio ato de observação e de análise” (SOUZA, 2002, p. 36), nesse sentido, evidentemente que o decorrer do PNBE Literário não representa rupturas teóricas dos constructos de literatura.

Entretanto, com o passar dos programas, demonstra-se que tanto o ideal de colocar o texto em primeiro lugar, como desconsiderar a importância do sujeito perdem espaço para outras teorias que esboçam as imbricações do perfil dos leitores e da literatura como plano nacional.

Seguindo adiante, o PNBE Literário 2009 cumpriu a função de escolher 300 títulos diferentes para os anos finais do ensino fundamental e outros 300 títulos para o ensino médio. Há um aumento significativo na quantidade de títulos que seriam distribuídos. Os critérios de qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico permanecem sem alterações, estabelecendo uma continuidade do programa anterior. Mas o ideal de literatura desse ano determinou que os acervos deveriam ser “compostos por obras de diferentes gêneros literários, de forma a proporcionar aos leitores o panorama da literatura brasileira e estrangeira” (BRASIL, 2009, p. 13). Essa olhar inédito de panorama literário brasileiro e estrangeiro aliado à sensibilização dos contextos variáveis, apresentados no ano anterior, impulsionam obras inéditas até então no PNBE Literário, como as autorias de: Gabriel Garcia Márquez, João Ubaldo Ribeiro, Maria Valeria Rezende, Mia Couto, Mario Vargas Llosa, Isabel Allende; e títulos, tais como: *Contos e Lendas afro-brasileiros*, de Reginaldo Prandi (2007); *O segredo das tranças e outras histórias africanas* (2008), de Rogério de Andrade Barbosa; *Cadernos Negros 30*, de Kayodê e Esmeralda Ribeiro (2007), *Poemas Negros*, Jorge de Lima (2000), *Contos*, de Silviano Santiago (2006), *Anarquistas graças a Deus*, de Zelia Gattai (2009), *O livro dos abraços*, de Eduardo Galeano (2005). Além disso, a influência da cultura de massa, com a escolha do best-seller, *A menina que roubava livros*, de Marcus Zusak (2007), também mostra indícios de influência para seleção do acervo.

Ao final deste ciclo do PNBE Literário, em 2010, o programa distribuiu obras voltadas para o público infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Foram formados quatro acervos, com 25 títulos diferentes cada um, representando 100 títulos diversos para cada etapa de ensino. Na introdução do documento oficial, o MEC posicionou explicitamente sua definição de literatura, partindo do princípio de que a literatura é um patrimônio cultural a qual todos os cidadãos devem ter acesso (BRASIL, 2010, p. 25). Parte de uma perspectiva mais cultural, desdobrando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e enfatizando o intuito de assegurar a toda pessoa o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade. A literatura é entendida como uma prática social e cultural.

Reconhece que o acesso ao livro ainda é bastante restrito no país, sendo a escola um lugar que deve assegurar esse espaço democrático de acesso aos bens culturais. De acordo com o edital:

Os acervos precisam dar conta da ampla diversidade que caracteriza o público [...] É imprescindível que o processo de produção e seleção dessas obras considere o público escolar a que se destina e tenha clareza da concepção de literatura e leitura que adora. (BRASIL, 2010, p. 25).

Embora os gêneros discursivos ainda permaneçam como um critério principal de escolha, ultrapassam os limites puramente de forma e estrutura, literatura passa a ser “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis da sociedade, inclusive as que aparecem nos ‘causos’ e nos enredos das escolas de samba” (BRASIL, 2010, p. 26). Sobre a constituição dos gêneros, Bakhtin afirma que “Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos).” (BAKHTIN, 1992, p. 301), isto é, os gêneros discursivos atuam como uma estratégia de comunicabilidade, e para o PNBE, do ano em questão, enredos de escolas de sambas, por exemplo, podem mover uma pragmática de sentidos para o público ao qual se destina, sobretudo, à inclusão de jovens e adultos a partir deste edital.

Ainda segundo BAKHTIN (1992, p. 302), na prática, usamos os gêneros discursivos, tanto orais, quanto escritos, com segurança e habilidade, podendo, inclusive, ignorar sua existência teórica. A inclusão de causos e enredos da cultura popular, gêneros até então não lidos como literários pelo programa, são negociados numa rede de sentidos. As experiências com o corpo e as outras linguagens que dialogam por meio dos textos literários são reiteradas. A literatura é conceituada como um projeto de construção da identidade nacional, capaz de mover experiências humanizadoras, no sentido que promove e valoriza narrativas de diferentes grupos sociais, representações de distintas realidades e equilíbrio entre os afetos verbais e não verbais: “mais ampla, experiência estética que envolve sentimento, reflexão, corpo e paixão, uma experiência humanizadora” (BRASIL, 2010, p. 26). “Princípios de valorização da identidade nacional” (BRASIL, 2010, p. 26) e textos que permitam “ver sua realidade retratada, elaborada e recriada de

forma literária nos livros” (BRASIL, 2010, p. 27) são descritos como projeto literário. Essa visão humanizadora da literatura aproxima-se, inevitavelmente, das ideias discutidas por Antonio Candido, em que:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelos menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 1995, p. 244)

Esses três aspectos presentes nas produções literárias, segundo Candido, e também identificados a partir do edital do PNBE Literário 2010, caracterizam que, por meio da literatura, é possível ao homem realizar o exercício da reflexão de sua complexidade no mundo, partindo da estrutura organizada com significados. Entretanto, Candido defende que “sociedades que procuram estabelecer regimes igualitários, o pressuposto é que todos devem ter a possibilidade de passar dos níveis populares para os níveis eruditos” (CANDIDO, 1995, p. 259). Ainda que o crítico mencione que a segregação entre cultura popular e cultura erudita não deve ser estabelecida em esferas incomunicáveis, estando em correlação, sugere a potência universalizante dos grandes clássicos, que “ultrapassam a barreira da estratificação social e de certo modo podem redimir as distâncias impostas pela desigualdade econômica, pois têm a capacidade de interessar a todos” (CANDIDO, 1995, p. 261). A seguir, em seu ensaio, o crítico exemplifica que obras, tais como Fausto, Dom Quixote, Os Lusíadas, seriam leituras com fatores inestimáveis de afinamento pessoal. Deslocando-nos para o contexto atual, parece-nos importante termos zelo ao afirmar que o aprimoramento pessoal e intelectual passaria, obrigatoriamente, pela leitura de um cânone literário. Entendemos, atualmente, que esse caráter humanizador, facilitado por vezes pelo viés literário, não está submetido a uma espécie de ascensão cultural, do popular ao erudito.

Na última fase do programa, no período entre 2011 e 2014, o PNBE Literário ocupou-se dos acervos para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio (2011 e 2013 com mais de 600 obras diferentes escolhidas nesse intervalo) e a seleção para Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (2012 e 2014, com os acervos totalizando 500 títulos). É possível agrupar

esse momento em uma única leitura, pois os documentos oficiais apresentam propósitos bastante semelhantes à construção do projeto literário do PNBE 2010, discutido anteriormente.

No PNBE Literário 2011, a literatura permanece como um caminho que permita fruição estética associada a “novas experiências e a novas expectativas diante da arte, ampliando não apenas os referenciais estéticos, mas, e principalmente, sua capacidade de reflexão diante do mundo que o cerca” (BRASIL, 2011, p.14). “Além da qualidade e valor artístico, deverão contar com títulos, temas, projetos editoriais e gráficos esteticamente diversos, capazes de aproximar os leitores das diferentes realidades e de ampliar suas experiências de leitura” (BRASIL, 2012, p. 23). Por estético, nesta fase, entende-se o trabalho com a linguagem, desde que não apresentem “clichês ou estereótipos saturados” (BRASIL, 2013a, p. 21). O que é perceptível é que as concepções adotadas a partir de 2010 são sintetizadas nos editais seguintes.

Mas quais realidades, de fato, estariam sendo oferecidas para que leitores de todo território nacional possam se ler e ler o outro pela literatura? Numa breve passagem pelo acervo 1, do PNBE Literário 2011¹⁸, dos 50 títulos selecionados, apenas duas obras são de autoria de escritores da região nordeste, nenhum da região norte ou centro-oeste, sendo em sua maioria autores (e não autoras) da região sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Em 2013, o PNBE Literário reafirma que qualidade do texto diz respeito aos textos que “proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto” (BRASIL, 2013a, p. 21).

O caminho do PNBE Literário mostra as nuances de ideais de literatura que contornaram o programa. Desde a ausência de discussão, no PNBE 1997 - que apresentava uma proposição implícita por uma seleção de obras atribuídas lidas com valor literário, perpetuando obras construídas como canônica, tradicionais e do período modernista, descontextualizando a pluralidade cultural brasileira, adotando uma supremacia estética -, até os anos finais do PNBE Literário, entre 2013 e 2014, entrecruzando o caráter formal das estruturas dos gêneros, o trabalho estético com a linguagem, a adequação temática, o projeto gráfico, os direitos humanos e a literatura como uma possibilidade de reflexão de diferentes realidades.

¹⁸ Obras selecionadas, acervo 1 – Anos finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2011).

Desde então, não estabelecendo, necessariamente, rupturas dos campos teóricos, mas integrando num mosaico de escolhas, que ora sobressaiu a literatura como um discurso estético, o texto por si só visto com alto valor literário, percepção que ainda esboça forte influência formalista e estruturalista, ora um discurso que dialogou com outros campos do saber e que pretendia considerar a inclusão do leitor na produção dos significados, na representação dos diferentes grupos e culturas que compõem a realidade brasileira, ainda em transição, de uma corrente estruturalista em transição para pós-estruturalista.

1.2 LITERATURA, CULTURA E IDENTIDADE NO PNBE LITERÁRIO

O PNBE Literário expõe o horizonte de como a literatura torna-se um campo experimental, produzido pelas lógicas do discurso que enveredam o valor do literário. Não só as esferas teóricas e as barreiras disciplinares entram num espaço simbólico de disputa, como também os conflitos que envolvem concepções de cultura, identidade nacional e as vozes dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, como o PNBE Literário estabelece essa fronteira movediça entre a tradição e a renovação desse discurso literário nacional para engendrar sua concepção de literatura?

O nacionalismo literário, nessa oscilação entre o local e universal, civilizado e primitivo é discutido por vários críticos, desde a publicação de *A formação da literatura brasileira*, em 1950, de Antonio Candido. O discurso crítico brasileiro é fundamental nos processos de avaliação dos acervos, pois reverberam influências, novas aberturas políticas e literárias. Eneida Souza (2002) aponta que, “graças a abertura política iniciada no final da década dos anos 1970, o interesse pela pesquisa de temas ligados às minorias, assim como o retorno das questões voltadas para a dependência cultural” (SOUZA, 2002, p. 40), estudar literatura expandiu suas fronteiras para um enfoque mais cultural e interdisciplinar. Ainda segundo a autora, “a revisão dos conceitos de regional, pós-regional, local, global e de outras categorias que garantem a relação entre culturas, constitui um dos traços marcantes da preocupação crítica hoje” (SOUZA, 2002, p. 44). Esse pensamento não deixa de estar presente nos acervos do PNBE Literário, que, ao longo dos anos, foi redefinindo obras que representassem e articulassem tanto a produção literária, que segundo o programa, considerava universal, tanto a literatura que representasse

uma tradição literária.

Eneida Souza (2002) relembra que Candido foi um crítico emblemático nas discussões sobre as relações entre cultura brasileira e estrangeira, pois posicionava a literatura brasileira (e da América Latina) como galhos dependentes de um tronco universal, de tradição europeia: “o nosso vínculo com as literaturas europeias torna-se placentário, não constituindo, portanto, uma opção.” (SOUZA, 2002, p. 50). No prefácio da primeira edição de *Formação da Literatura Brasileira*, Candido manifesta que “a nossa literatura é um galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas [...] estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras” (CANDIDO, 2000, p. 10).

Nesse sentido, a literatura brasileira estaria sempre sujeita a seguir a um modelo estabelecido como canônico e etnocêntrico. Ainda nesse mesmo prefácio, Candido afirma que, “comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra que nos exprime.” (CANDIDO, 2000, p. 10), ou seja, embora nossa produção ocupe de antemão uma segunda ordem, há necessidade de uma literatura que represente nosso povo e nossa cultura, pois nenhuma outra poderia cumprir tal função.

Nessa linha de raciocínio e enfocando os conceitos de *ordem* e *lugar* da literatura nacional, o crítico Roberto Schwarz surge com a expressão *ideias fora do lugar*, pois segundo ele, a representação da nossa realidade estaria condicionada “[...] a partir da importação de ideias filosóficas e políticas europeias, de cunho liberal, incompatíveis com a prática oligárquica e escravagista aqui dominante” (PEDROSA, 1992, p. 300). As *ideias fora do lugar* seriam, portanto, sinônimo de dependência cultural diante das metrópoles colonizadoras e imperialistas. O crítico defende um ideal a ser seguido pelos escritores nacionalistas, que deveriam firmar uma identidade nacional e sua diferença, provocando um *torcicolo cultural* (PEDROSA, 1992, p. 300), como o que se pode ler nas obras de Machado de Assis, por exemplo. Eneida Souza compara que os posicionamentos dos críticos:

Candido e Schwarz se distinguem quanto à valorização das vanguardas no processo de descolonização nacional, ou, usando a expressão de Candido, de ‘desrecale localista’, na medida em que Schwarz considera a ‘poesia pau-brasil’ oswaldiana como representação literária centrada no mito progressista conservador. (SOUZA, 2002, p. 51).

Se são as nossas produções literárias nacionais e não outras que nos

exprimem, ainda que fadada a esse lugar de desprestígio, na visão de Candido, os primeiros acervos literários do PNBE, entre 1997 e 1998, tornaram claro que a seleção estava, sobretudo, pautada pelas obras nacionais de diferentes períodos literários, mas que tivessem algum reconhecimento pela própria crítica. Dos 125 livros escolhidos pelo MEC, sem edital de seleção, 115 são de autoria unicamente masculina; representantes de todas as escolas da historiografia literária¹⁹, desde o barroco brasileiro *Os sermões*, de Antonio Vieira (1650-1680), neoclassicismo de *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1769), o romantismo de *Senhora*, de José de Alencar (1875), o realismo e o naturalismo de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890) e *Obra completa*, de Machado de Assis (1872-1908), o parnasianismo da *Obra reunida*, de Olavo Bilac (1888), o pré-modernismo de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (1915), *Cidades Mortas*, de Monteiro Lobato (1919), *Obras completas*, de Augusto dos Anjos (1912), o modernismo da *Poesia Completa*, de Manuel Bandeira (1917-1930), *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade (1933), a *Antologia poética*, de Carlos Drummond de Andrade (1962), *Capitães de Areia*, de Jorge Amado (1937), *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector (1964).

A única literatura brasileira voltada para o público infantil era escrita por Monteiro Lobato e não fossem os *Contos reunidos*, de Rubem Fonseca (1994) e misto de romance e relato de memória de *Quase memória*, de Carlos Heitor Cony (1995), poderíamos afirmar que o pensamento sobre a literatura brasileira, pela ótica dessa fase, havia parado de ser escrita entre as décadas de 80 e início dos anos 90.

Na crítica literária, títulos como de Afrânio Coutinho, Massaud Moises, Antonio Candido, Roberto Schwarz também foram selecionados para compor os acervos. Sobressaem interesses mais sociológicos nessa fase, com a seleção de obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Viva o Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro. A correlação entre autores nacionais estrangeiros é iniciada apenas no PNBE Literário de 1999, voltado ao leitor inicial dos primeiros anos da educação básica.

As discussões sobre dependência cultural e o que seria uma literatura nacional são importantes porque também é por meio delas que os campos discursivos e semiológicos sobre o literário se entrecruzam para definir concepções

¹⁹ Excepcionalmente, neste parágrafo, as obras citadas são seguidas pelo ano da primeira publicação para ilustrar a trajetória historiográfica da seleção. Em todas demais referências, as datas referem-se ao ano da publicação utilizada para compor o acervo do PNBE e referenciadas ao final deste trabalho.

para composição dos acervos do PNBE Literário como documentos de memória cultural.

Na década de 80, o crítico Silviano Santiago atualiza a questão da antropofagia dos modernistas de 22, defendendo que “a cultura brasileira, assim como a latino-americana em geral, tem trazido como principal contribuição para a cultura ocidental a destruição sistemática de conceitos de unidade e de pureza” (PEDROSA, 1992, p. 301). Surge a expressão do *entre-lugar*, deslizante, clandestino entre “submissão ao código a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão, - ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade” (SANTIAGO, 1978, p. 28).

Nessa perspectiva, universal e nacional estão dialeticamente articulados, e o projeto literário brasileiro não é visto como um simulacro das culturas hegemônicas, pois não faz mais sentido qualquer prática cultural ou política “pautada pelas ideias de originalidade unívoca e autônoma” (PEDROSA, 1992, p. 302). Se pensar que ideal do o discurso nacionalista é pressupor uma fronteira, pelo viés crítico de Santiago a fronteira é o próprio entre-lugar, nas palavras de Pedrosa “propondo-se a definir os limites de determinada natureza física e cultural, ao mesmo tempo explicita seu caráter discursivo, imposto através de critérios, conceitos e práticas analíticas arbitrárias” (PEDROSA, 1992, p. 302).

Enquanto para Silviano Santiago a literatura brasileira está em igualdade com a estrangeira, estabelecendo diálogo e desconstrução na antropofagia, para Luiz Costa Lima (1981 apud SOUZA, 2002) “a tarefa do crítico consiste em teorizar sobre as transposições desse pensamento para o espaço colonizado, elaborando-se, para tal, formas de interlocução com a cultura estrangeira.” (SOUZA, 2002, p. 54), isto é, as formas de interlocução dizem respeito ao método empregado para realizar as análises e as críticas literárias, mas que, segundo o autor, a falta de método e espírito experimental da cultural brasileira podem ser tanto fator positivo para experimentar outras reflexões, ou ainda, servir de condição de dependência e dominado por outras culturas.

O segundo momento do PNBE Literário, que aconteceu entre 2003 e 2010 e foi o período do programa por um mesmo governo, representa uma fase de amadurecimento progressivo do programa, além da transição das discussões do lugar e desse potencial entre-lugar do discurso literário nacional. Iniciando em 2003 e 2004 ainda sem maiores renovações e discussões acerca do ideal nacional

literário, reproduziu tanto a seleção das mesmas obras do PNBE Literário de 1998, quanto dos títulos da ação *Literatura em Minha Casa*, em 2002. Sobre essa ação, cabe ressaltar que os acervos foram compostos por duas vertentes: obras em verso e prosa da tradição popular brasileira, ao lado de uma obra clássica da literatura universal. Essa nomenclatura dada às obras por meio dos editais desperta a atenção, pois ainda que as obras literárias brasileiras tenham sido em maior quantidade selecionadas, são as obras da literatura estrangeira que recebem a alcunha de clássica e universal, enquanto as brasileiras recebem a descrição de obras de tradição popular. Essa distinção entre o popular x clássico logo perde espaço ao longo do PNBE Literário, sendo adotada nos anos seguintes a ideia de panorama da literatura nacional e estrangeira, numa proposta de horizontalizar o eixo de valor.

Ressaltamos que a intenção dessa pesquisa não é desvalorizar obras literárias para a inclusão de outras, mas compreender que são os constructos sociais e culturais, e não universais, que privilegiam obras e autores, em detrimento de outras. Intenta, também, tornar visível a transitoriedade do campo literário engendrado pelo PNBE. Em desenvolvimento contínuo, em meados desse segundo período do PNBE Literário, em 2006, despontaram obras de autores oriundos da América Latina, como: Pablo Neruda e Eduardo Galeano. E, pela primeira vez, a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2013) integrou o programa literário. Cronistas como Moacir Scliar e Luís Fernando Veríssimo também integraram o acervo, ao lado de antologias de cordel e poesia marginal.

Em 2008, o PNBE Literário selecionou o título *A moça tecelã*, de Marina Colasanti (2004), obra importante que desconstrói estereótipos de gênero. Esse movimento de inclusão de obras e autores demonstra ser um período relevante para o PNBE Literário, no sentido em que aponta o princípio de uma proposta de renovação literária. Ainda que nomes de autores consagrados pela crítica permaneçam presentes, como Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa, sem dúvida há um início de seleção por obras que representem um Brasil mais contemporâneo, embora ainda pouco diverso.

Nessa crescente abertura para outras literaturas não eurocêntricas, entre 2009, 2010 e 2011, O PNBE Literário incluiu autores como o colombiano Gabriel Garcia Marques e o angolano Ondjak. Além de títulos, como: *Zumbi*, de Carla Caruso (2005); *Contos e lendas de Macau*, de Alice Vieira (2006); *Palmares a luta*

pela liberdade, de Eduardo Vetillo (2010); *Quilombo Orum Aie*, de André Diniz (2009) Fernandes; e *Omo-obá, histórias de princesas*, de Kiusam Oliveira (2009). Além disso, considerando a faixa etária para qual os acervos se destinam, que compreende, principalmente, leitores em formação na fase da infância e da adolescência, títulos nacionais que dialogassem com as questões da juventude também começaram a ser incorporados nos acervos, como a obra *Meu pai não mora mais aqui*, de Caio Riter (2009), que aborda os conflitos de um jovem diante da separação dos pais.

A terceira e última fase do PNBE Literário, entre 2012 e 2014, demonstra a pretensão de integrar e caminhar para o fim do binarismo entre clássico e popular, reatualizando temáticas e narrativas. Como nas obras *Os dez sacizinhos*, de Tatiana Belinky (2012), os livros sobre o folclore brasileiro de Ricardo Azevedo ou *Dom Casmurro*, em quadrinhos, de Felipe Grecco (2012) que aproximam tradição e contemporaneidade. O título *Até as princesas soltam pum*, de Ilan Brenman (2008), também foi selecionado, contribuindo para desconstrução sobre questões estéticas e comportamentais de gênero.

Se até 2013 havia pouquíssimos ou quase nenhum livro de autoria indígena (ausência que contribui desafortunadamente para a construção da memória e do imaginário coletivo de que cultura e literatura indígenas seriam obras infantis, lidas geralmente, em datas comemorativas), no PNBE Indígena de 2014 há uma tentativa de reparação dessa ausência (como apresentada na primeira seção deste capítulo) e, a partir do PNBE Literário 2014, surgem títulos como *Karu Taru - O pequeno Pajé*, do escritor Daniel Munduruku (2013). Além desses títulos, *Os invisíveis*, de Tino Freitas (2013), que trata sobre as pessoas em situação de abandono e invisibilizadas pela sociedade; *Beabá do Sertão, na voz de Gonzagão*, de Arlene Holanda e Arievaldo Viana (2012); *Cante lá que eu canto cá*, de Patativa do Assaré (2012) também foram agregadas ao acervo.

Se por dependência cultural dos países periféricos podemos entender como a despersonalização “a ponto de o sujeito se apagar como indivíduo e de apelar para o reconhecimento internacional, diluindo-se na imagem alheia ao invés de se impor na sua objetividade” (SOUZA, 2002, p. 79), o PNBE Literário parece não conduzir a esse caminho, apresentando obras e temáticas nacionais. Mas, por outro lado, há uma espécie de dependência cultural no interior da literatura nacional, na qual determinadas narrativas e autorias permanecem à prova de qualquer critério e

presentes ao longo de diferentes anos do PNBE Literário. Ao realizarmos um levantamento dos autores e autoras mais selecionados ao longo do programa literário, percebemos os dados da tabela abaixo.

Tabela 1 - Autores(as) mais selecionados(as) no PNBE Literário²⁰

Autor/autora	1997	1998	1999	2003	2004	2006	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Carlos Drummond de Andrade														12
Graciliano Ramos														12
Jorge Amado														12
Manuel Bandeira														12
Mario Quintana														12
Clarice Lispector														11
Monteiro Lobato														10
Guimarães Rosa														9
Rachel de Queiroz														9
Antonio Callado														8
Ariano Suassuna														8
Cecília Meireles														8
Joao Ubaldo Ribeiro														8
Machado de Assis														8
Jose Lins do Rego														7
Lima Barreto														6

Legenda:

	Autor/a selecionado/a		Autor/a não selecionado/a
--	-----------------------	--	---------------------------

Fonte: Autora (2019), com base nos Editais do PNBE Literário de 1997 a 2014, ver nota 20.

Ao lermos a tabela acima, notamos, de antemão, o privilégio de autoria do gênero masculino: entre os dezesseis autores, apenas três são mulheres. Ao considerarmos a origem de todos os autores, localizamos que são provenientes de diferentes regiões do país (exceto as regiões norte e centro-oeste). O projeto literário do PNBE divulga um ideal de nacionalidade pautado nas obras modernistas, tanto em verso e mais urbana, como em Drummond, tanto em prosa e mais regionalista, como em Graciliano e Jorge Amado. Ou ainda o viés modernista das prosas intimistas, de Clarice Lispector. São os lugares institucionais e simbólicos – como as universidades, os críticos, o mercado, as políticas literárias nacionais – que pautam possibilidades de conceito, como uma tentativa de fixar o discurso literário nacional como único e homogêneo. “Quanto mais se enfatiza a universalidade da literatura, mais ela pode ter uma função nacional” (CULLER, 1999, p. 44), isto é, quanto mais

²⁰ Ao todo, treze acervos foram considerados, de 1997 a 2014. Exceto 2005, pois a relação do acervo não foi localizada.

um programa literário reproduz os mesmos escritores como referência de literatura, mais veiculam padrões de autoridade, de cenários morais, contextos sociais. Segundo Reis, o cânon é um evento histórico, “não é suficiente repensá-lo ou revisá-lo, lendo outros e novos textos, não canônicos e não canonizados, substituindo os ‘maiores’ pelos ‘menores’ (...) o que é problemático, em síntese, é a própria noção de um cânon” (REIS, 1992, p. 8), isto é, a própria noção de que existe um modelo a ser seguido universalmente é contraditória, pois conduz a um processo hierárquico e particular. Como se, primeiro, houvesse uma distinção de melhor ou pior no eixo de valor literário, no qual o nacional possui um valor inferior; e, segundo, produz a dimensão de que literatura universal diz respeito apenas às obras de determinado recorte cultural.

Se a literatura bem como o acervo do PNBE Literário é a tessitura não apenas do espaço disputado e valorizado pelo escritor – como a valorização de um conjunto ideológico selecionado pelo Estado, se são determinadas obras que definem, para o PNBE Literário, a nossa identidade nacional, e considerando que à literatura são atribuídas funções opostas que tanto caminham como um instrumento ideológico que reproduz um conjunto de histórias que seduzem os leitores para que aceitem as estruturas hierárquicas da sociedade, quanto para o lugar onde a ideologia é exposta, como algo que pode ser questionado (CULLER, 1999, p. 45), a literatura reverbera em quem pertence e quem não pertence ou, ainda, denuncia quem deveria pertencer.

Dessa forma, a próxima etapa dessa pesquisa é compreender e analisar como as práticas dos processos de seleção e exclusão, realizadas pelas bancas avaliadoras, articulam-se com as concepções teóricas apresentadas nos editais do PNBE Literário e, por fim, quais as obras corporificam e resultam desse campo discursivo chamado de literário, construído pelo programa.

2 AS REGRAS DA LITERATURA PARA O PNBE LITERÁRIO

Todo gosto é regra.

(Guimarães Rosa)²¹

A questão, agora, ultrapassa o que é ou não literatura para o PNBE Literário. Encaminha-se para compreender como o campo literário do PNBE é construído a partir do entrecruzamento dos discursos das regras de seleção e das obras escolhidas para representá-lo, trazendo à superfície o perfil desse campo poético e narrativo. Para que seja possível esse exercício de aprofundamento, considerando, sobretudo, o tempo destinado a essa pesquisa, faremos o recorte do último edital do PNBE Literário 2013, especialmente, os acervos para os anos finais do Ensino Fundamental II.

Essa escolha justifica-se, primeiro, por ser uma das últimas ações realizadas e por concentrar uma linha crescente sobre as diferentes concepções literárias: desde o privilégio pelo canônico (na primeira fase, entre 1997 e 2000), de panorama literário (inaugurada em 2006) até o ideal de literatura como um direito humano e exercício de reflexão sobre si e sobre as diferentes realidades que nos cercam (inaugurada em 2010); segundo, porque o PNBE Literário 2013 foi o último edital realizado com o objetivo de compor acervos de literatura para os anos finais do Ensino Fundamental II e nos interessa dada proximidade da pesquisadora tanto às obras, quanto ao público leitor, ao exercer a docência de Sala de Leitura, na Prefeitura Municipal de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2015.

O PNBE Literário 2013 aprovou, no total, 180 obras diferentes, organizadas em três acervos, cada um composto por 60 títulos cada. As regras que estruturaram a composição dessas coleções mantiveram-se bastante semelhantes aos editais publicados a partir de 2011. A compreensão do texto literário, para além do caráter estético, também é entendida como um caminho para leituras, reflexões e experiências significativas, individuais e sociais, como aponta ser um eixo central do documento, com a intenção de que os leitores possam interagir com a cultura letrada disseminada socialmente e exerçam sua cidadania.

A introdução dos critérios de avaliação e seleção do PNBE Literário 2013 descreve, ainda, que o programa tem o objetivo de:

²¹ O burrinho pedrês. In: *Sagarana* (ROSA, 2015, p. 73).

Contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma leitura emancipatória, por meio do acesso a textos literários de qualidade, que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca. (BRASIL, 2013a, p. 21)

Uma diferença significativa deste edital para o anterior é a exclusão da noção de literatura como “um dos caminhos privilegiados para que os alunos, sejam crianças, adolescentes, jovens e adultos, que se realizem como leitores autônomos” (BRASIL, 2011, p. 14). Agora, espera-se que as obras ofereçam subsídios para a formação dos leitores da escola pública brasileira (BRASIL, 2013a, p. 21), isto é, a literatura deixa de ser relacionada à ideia de um caminho privilegiado para autonomia leitora, considerando, talvez, que haja outros percursos possíveis, sendo a literatura apenas um deles. Outra mudança sutil, contudo relevante, no documento de 2013, é a ausência de qualquer referência sobre clássicos da literatura universal enquanto critério de escolha; em contrapartida, o edital intenciona “fornecer aos leitores um panorama da literatura brasileira e estrangeira”(BRASIL, 2013a, p.21).

Em ambas as regras citadas acima, há um princípio de desconstrução elitista, mas que só poderá ser confirmado, efetivamente, nas obras escolhidas para representá-los, como veremos adiante. Serão essas obras que irão traduzir o que o PNBE Literário 2013 entende por panorâmica e objetos de representação da diversidade cultural e literária brasileira e estrangeira. Podemos dizer que esse conjunto de obras, portanto, está subordinado a uma estrutura, que faz crer em determinado contexto como panorâmico. Uma espécie de metonímia, na qual parte de uma coleção representaria toda uma produção literária de determinado lugar. Sobre esse processo de compreensão do campo literário, recorreremos ao conceito de Bourdieu e compreendemos que há uma dissimulação na crença produzida pela ficção ou, neste caso, por um acervo literário, como explica o autor “A tradução sensível dissimula a estrutura, na forma mesma na qual apresenta e graças à qual é bem-sucedida em produzir um efeito de crença (antes que de real)” (BOURDIEU, 1996, p. 48).

No caso do PNBE, a estrutura está presente tanto no discurso dos

documentos oficiais do programa, quanto na representação literária das obras, as quais privilegiam classes sociais, gêneros, autores, etnias, temas, regiões para compor as coleções. Nesse sentido, as descrições das obras escolhidas situam-se em um movimento de “fazer ver o mundo social de acordo com as crenças de um grupo social que tem a particularidade de possuir quase um monopólio da produção de discurso sobre o mundo social.” (BOURDIEU, 1996, p. 73).

Analisar as relações entre o campo literário e o de poder acentua como a literatura funciona mesmo como um espaço de agenciamento de vozes e forças, no qual se compõe, decompõe e recompõe diretrizes institucionais. O que até então funcionava como um critério relevante para seleção de um ano, por exemplo, deixa de ser em outro. A partir das intencionalidades descritas na introdução dos critérios de avaliação e seleção do PNBE Literário 2013²², o programa mobiliza e promove seu espaço simbólico. Por espaço simbólico entendemos o campo no qual diferentes agentes lutam, determinam e legitimam seus princípios e representações, ou seja, lugar onde atua um poder simbólico que confirma ou transforma a visão do mundo, de fazer ver e fazer crer, definida por uma relação entre:

os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1996, pp. 14 - 15)

Sendo assim, o PNBE 2013 Literário determinou, segundo sua perspectiva, as palavras de ordem para produzir crenças e visões de mundo sobre o campo literário. Esse sistema, construído nos anos anteriores do programa e revisto nesta ação, começou a ser determinado no final de 2011, com a publicação do edital de convocação para inscrição editores. O processo foi dividido em três principais etapas, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Processo de convocação e seleção das obras do PNBE 2013 Literário - Etapas

Etapa inicial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastramento de editores e pré-inscrição das obras 2. Inscrição e entrega das obras e da documentação
---------------	--

²² O edital e os critérios de avaliação e seleção do PNBE Literário 2013 encontram-se disponíveis anexos a este trabalho.

Etapa intermediária	3. Avaliação e seleção das obras (triagem, avaliação)
Etapa final	4. Resultado 5. Habilitação, aquisição, produção e entrega das obras

Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Logo na etapa inicial, um dos primeiros critérios para o PNBE foi a inscrição das obras pelos editores, títulos representados, portanto, por pessoas jurídicas. Esse requisito implica a relação entre literatura e mercado editorial. A possibilidade de participação depende da relação editora-programa. Neste caso, editoras e autores independentes, de antemão, estariam fora dos requisitos de seleção. Pautado em uma preocupação logística acerca da produção e da distribuição das obras, a exclusão de editoras menores, conseqüentemente, acarreta em um fluxo inferior da autoria que passa ao largo dos grandes grupos editoriais. Aos editores, a regra do edital limitou a pré-inscrição de doze obras, sendo, no máximo, oito obras para cada etapa de ensino, evitando, em alguma medida, o benefício de alguma editora receber uma parcela muito maior no processo de seleção²³.

Segundo o edital 2013, obras selecionadas a partir do PNBE 2008 até o PNBE 2012 não poderiam ser inscritas novamente. Essa restrição temporal demonstra uma contribuição para a decomposição dos cânones literários, mas não uma ruptura de todo, visto que, se alguns títulos anteriores não podem se repetir, outros títulos ou adaptações dos mesmos autores recorrentes estarão garantidos, como, por exemplo, o autor Monteiro Lobato, selecionado em oito editais anteriores do PNBE²⁴ e contemplado com a seleção de três obras diferentes no PNBE 2013: *A Chave do Tamanho* (2010), *A Reforma da Natureza* (2010), e *O Minotauro* (2010).

A questão que se espreita a partir dessa constatação diz respeito à circulação dos bens culturais articulada pelo campo literário no PNBE acerca da liberdade de escolha e da conservação do gosto estético. Eneida Souza atenta que o paradigma entre o novo e o conservador depende de “critérios consensuais de determinada classe social, guiados pela relação entre cultura e poder, cultura e prestígio, critérios tributários da concepção mediatizada e institucionalizada da literatura” (SOUZA,

²³ Contudo, algumas editoras representam uma parcela ou um dos selos de um grande grupo editorial. Dessa forma, podem ser contempladas várias editoras, parcialmente distintas, pois fazem parte de um mesmo grupo.

²⁴ Ver Tabela 1 Autores (as) mais selecionados (as) no PNBE Literário, na seção anterior.

2002, p. 71).

A escolha de Lobato, por exemplo, consagrado como um cânone literário, sobretudo, no interior da literatura infantil, e presente nos três acervos compostos para os anos finais do Ensino Fundamental II, institucionaliza uma espécie de passe-livre, não somente para este autor, bem como para outros que institucionalmente são legitimados. Dos anos iniciais aos finais da Educação Básica, Monteiro Lobato é um nome que surge, para o PNBE Literário, no topo da relação entre cultura e prestígio. E se, por um lado, sabemos que as aventuras da personagem Emília e sua turma no sítio de Dona Benta combinam linguagem e ludicidade, é também essa mesma linguagem que carrega os obscuros preconceitos raciais para a personagem de Tia Anastácia. É nesse sentido que podemos afirmar que ainda que o PNBE Literário tenha a pretensão de apresentar um cenário panorâmico da literatura, o cânone ainda carregado com marcas estereotipadas aparece subordinado a uma regra implícita, tornando a multiplicidade um desafio.

Bourdieu, em *As regras da Arte* (1996), analisa que essa subordinação estrutural se estabelece de maneira desigual entre os autores, dependendo de sua posição e mediações no campo, isto é, as relações entre o mercado, as ligações duradouras, as afinidades de sistema de valores que orientam uma espécie de mecenato generoso pelo Estado (BOURDIEU, 1996, p. 65). A professora Luciene Azevedo (2018), em artigo recente acerca da literatura presente nas obras didáticas destinadas ao Programa Nacional do Livro Didático (2018), constata que há uma pulsão historiográfica que incorpora, muitas vezes, obras de autores canônicos do alto modernismo brasileiro, como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, ao pós-modernismo (AZEVEDO, 2018, p. 192). No caso do PNBE, a escolha de obras representativas da literatura brasileira acaba por reproduzir os mesmos nomes desse período modernista, mas, ao acrescentar obras catalogadas como juvenis, acaba por provocar uma cisão, como se houvesse uma obrigatoriedade literária na qual os mesmos nomes deveriam ser lidos até o modernismo para que, então, a literatura juvenil encontrasse terreno fértil, quase exclusivo, com obras publicadas nas décadas de 80, 90 e na primeira década dos anos 2000.

Essa mediação desigual torna-se visível ao identificarmos em contraponto à recorrência de Lobato, por exemplo, a presença da escritora Carolina Maria de Jesus, com a obra *Quarto de Despejo*, em um dos acervos para os anos finais do Ensino Fundamental II, no PNBE Literário 2013. É preciso olhar pelo viés positivo a

presença da obra nesta seleção, escolhida pela segunda vez após o PNBE 2006. Novamente demonstra-se a tomada de consciência e de sentimento sobre o áspero cotidiano das margens de uma grande cidade brasileira, como na síntese metafórica: “A favela é quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.” (JESUS, 2013, p. 195). A autora escrevia sobre seu lugar, sua condição e sobre o próprio ato da escrita. Mas por que uma obra e uma escritora que representam uma realidade, infelizmente, ainda tão marcante na atualidade foi menos selecionada em processos anteriores do PNBE? Seria, portanto, um exemplo, da reprodução da exclusão da estrutura de classe da qual a autora pertencia e representava. A literatura marginal-periférica²⁵, produzida por autores das margens geográficas também está às margens literárias do PNBE.

Retornando à descrição da etapa inicial da pré-inscrição das editoras, a regra estabelecida pelo edital 2013 estabelece, ainda, quais gêneros textuais serão considerados literários e estarão autorizados a fazer parte da edição do programa, como detalha a relação a seguir.

Quadro 3 - Classificação das obras que podem ou não ser inscritas no PNBE Literário 2013

Podem ser inscritas obras	Não podem ser inscritas obras
<ul style="list-style-type: none"> • Compostas a tinta e/ou acompanhadas de CD ou DVD em Libras; • Obras dos seguintes gêneros literários: poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; obras clássicas da literatura universal; livros de imagens e histórias em quadrinhos; • Obras com ISBN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Já tenham sido contempladas no PNBE a partir de 2008 • Títulos concomitantes nas duas etapas de ensino; • No domínio público (escritas em língua portuguesa); • Preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de referência, de consumo; • Sem ISBN.

Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

²⁵ O conceito de literatura periférica dialoga com as ideias difundidas por Santiago (1978) sobre o texto latino-americano, produzido às margens da metrópole colonizadora, no qual o autor fala de sua própria experiência de vida, contestando, muitas vezes, negando o discurso hegemônico; um ritual antropófago entre a prisão, a transgressão e expressão. A literatura periférica conhecida hoje (diferentemente da geração dos poetas intitulados marginais e oriundos da classe média da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 70, que contestavam padrões estéticos e vias de editoração institucionalizadas) diz respeito a uma geração de autores que, pertencentes às regiões das periferias brasileiras, passaram a explicitar os processos de tensão e exclusão social narrados a partir de suas próprias vivências, complexidades e dimensões internas ao tema (LEROUX; RODRIGUES, 2014) Nas palavras de Allan da Rosa: “A margem pra mim é o que desestabiliza o centro, por isso, mesmo que um dia a gente esteja numa editora grande, vai ser marginal. Marginal é pelo tema, é pela forma, é pela fonte, pela raiz, é pelo público que a gente imagina atingir. Eu penso nos caras que são marginalizados pela cultura quando eu tô escrevendo, eu penso no meu vizinho.” (ROSA apud NASCIMENTO, 2006, p. 60).

Esses critérios são importantes de serem percebidos, primeiro, porque demonstram a estrutura hierárquica do programa, na qual estão presentes os valores: editora / gênero textual; segundo, porque expõem a necessidade do programa em fixar ordens para o discurso literário. Maria Esther Maciel (2009), em *Ironias da Ordem*, afirma que a tentativa de fixar parâmetros nasce do imperativo de sobreviver ao caos da multiplicidade e da diversidade. As categorias ordenadoras são, segundo a autora, criadas para acomodar os seres, as coisas e os conhecimentos em um sistema completo e suficiente ou burocrático de uma dada instituição ou de um campo disciplinar, contudo “as categorias duram apenas até que, pela força das exceções, das diferenças e das descobertas, tenham que ser revistas e modificadas a partir de novos critérios e divisões. [...] Isso graças, sobretudo, ao que é inclassificável” (MACIEL, 2009, p. 16).

Como as ordens de seleção podem ser mutáveis e dinâmicas na representação do literário, gêneros que antes não seriam inseridos no programa passaram a ser ao longo dos anos, enquanto outros ainda sequer são citados no contexto do literário. Ensaio, livros de fotografia, textos documentais, alguns gêneros da literatura oral, cartas, entrevistas são alguns dos gêneros que ainda não fazem parte da categoria do literário para o PNBE 2013. Essa distinção reflete uma visão binária dos conflitos discursivos entre a ficção e a não ficção, entre o verbal e o visual, a oralidade e a escrita, o popular e o erudito. Entretanto, ainda que haja essa tentativa de fixidez dos gêneros, também é próprio da produção literária um movimento de transgressão, sendo quase como um objeto estranho às regras. Mesmo no PNBE 2013 foram selecionados livros que amalgamam gêneros como cinema e literatura, em *A invenção de Hugo Cabret*, de Brian Selznick (2007); ou biografia e fotografia, em *Fotografando Verger*, de Ângela Lühning (2011).

Maciel (2009) relembra que, desde que existem os gêneros, a misturas e os cruzamentos existem como marca da manifestação literária. A partir dos anos 1970, com as estéticas de ruptura e as experiências que ultrapassassem o rigor formal, a mistura dos gêneros passou a ser prática recorrente, desafiando ainda mais as “leis do gênero” (MACIEL, 2009, p. 108). O critério de seleção a partir dos gêneros, pelo PNBE Literário 2013, implica dois caminhos: primeiro, das obras que mesmo com gêneros mesclados conseguem driblar a regra imposta pelo edital; segundo, de obras que sequer fazem parte da classificação e que, portanto, estão fora da norma.

Derrida, em *A lei do gênero*, afirma que “um texto não pertence a nenhum

gênero. Todo texto participa de um ou vários gêneros, não há texto sem gênero, há sempre um gênero e vários gêneros” (DERRIDA, 1992 apud MACIEL, 2009, p. 110). Isto é, por mais que se tente instaurar uma norma e uma linha de demarcação, como propõe o edital do PNBE, é inerente do próprio fazer literário que esses limites sejam ultrapassados.

Ao final dessa primeira etapa de seleção do PNBE, após o cadastramento de editores e de pré-inscrição das obras, por meio de um sistema virtual²⁶, os editores são convocados pelo FNDE para entrega, pessoalmente, da documentação e de seis exemplares exatamente iguais de cada título a ser avaliado. (BRASIL, 2013a, pp. 5-7). O processo é conduzido então à etapa intermediária de seleção: triagem e avaliação dos livros. A triagem, de caráter eliminatório, é voltada à análise dos aspectos físicos, atributos editoriais em conformidade com a documentação entregue. Aprovada essa primeira seleção, segue a avaliação pedagógica, realizada por uma banca avaliadora, geralmente composta por instituições de educação superior públicas²⁷, respeitando os critérios e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Educação e publicados em um anexo fixado ao edital.

Dando seguimento às regras da literatura no PNBE Literário 2013, alcançamos a etapa intermediária, um dos momentos principais no programa, pois define por meio de anexo específico os critérios detalhados para seleção. Assim como em editais anteriores, determina a base qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico como balizadores da avaliação.

Pelo aspecto qualidade do texto o PNBE Literário 2013 entende que os textos literários devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos alunos, propiciar a fruição estética, observadas as qualidades textuais básicas, o trabalho estético com a linguagem, recursos expressivos ligados à enunciação literária, consistência das possibilidades estruturais do gênero literário, adequação da linguagem ao público leitor, coerência e consistência da narrativa, adequação do discurso dos personagens, respeitando as variantes dialetais e situacionais, considerando, ainda, os princípios que, historicamente, orientam a produção e a recepção literária (aspectos melódicos, imagéticos e visuais na produção poética). Por fim, o edital

²⁶ SIMAD – Sistema de Material Didático, disponível no portal do FNDE.

²⁷ Não foram localizados editais de inscrição para instituições educacionais. Provavelmente, as instituições de educação que coordenam os processos de avaliação são convidadas pelo MEC. O CEALE – Centro de Alfabetização, leitura e escrita, da UFMG, por exemplo – é um dos responsáveis, desde 2008, pela avaliação pedagógica de várias edições do PNBE. Disponível em: < <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/25anos/home/detalhes/27>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

menciona que não serão aceitas obras que disseminem clichês os estereótipos saturados. (BRASIL, 2013a)

Nesse discurso oficial, a forma, a linguagem e os valores históricos literários construídos pautam o que é entendido por texto de qualidade. Segundo Eneida Souza, a construção do valor estético conferido ao discurso literário “pode se pautar por critérios de qualidade intrínseca ou por verdades canônicas, assim como pela recusa de um vínculo com a própria rede de construção simbólica que atua nos julgamentos de valor” (SOUZA, 2002, p. 185)²⁸, ou seja, há um deslocamento de uma escolha particular para reprodução de um discurso em diferentes meios, tanto de comunicação quanto institucional. Sendo assim, o valor estético está estritamente associado a um gosto ou a uma interpretação particular da literatura.

Para o PNBE Literário, percebe-se que o discurso oficial ainda está um tanto distante da ruptura com a rede simbólica de valores tradicionalmente construídos, principalmente, ao explicitar levar em consideração elementos aceitos na produção e recepção literárias. A autora ainda cita que há outros polos de discussão para discussão da crítica literária, como a política, o mercado e o diálogo interdisciplinar dos estudos culturais, que não caberiam aos críticos literários exercerem um papel de guardiões da literatura como território intocável aos demais discursos (SOUZA, 2002, p.186). O discurso do PNBE Literário 2013 está nesse entrecruzamento, como se fosse passagem entre a abertura às novas relações políticas, mercadológicas, disciplinares e culturais da literatura, ao mesmo tempo em que ainda exerce, sim, um papel de guardião da tradição e nacionalidade literárias.

O segundo critério de seleção das obras do programa é a adequação temática. Nesse conceito, amplia-se a concepção de qualidade literária, relacionando às temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Nesse ponto, são observadas as possibilidades da obra em ampliar referências estéticas, éticas e culturais do leitor e que permitam a reflexão sobre diferentes contextos socioculturais. Os textos literários, nesse aspecto, deverão proporcionar a participação criativa na leitura e instigar a intertextualidade com experiências leitoras anteriores.

Ainda sobre a questão temática, o edital destaca que ficam excluídas obras que apresentem moralismos, preconceitos, estereótipos ou qualquer tipo de

²⁸ SOUZA, Eneida Maria de. Mais vale um conto que seis vinténs. In: MARQUES; VILELA. **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

discriminação (BRASIL, 2013a). É interessante observar que, para esse critério, as palavras *ética*, *diversidade* e *intertextualidade* dialogam para o ideal de um acervo literário. A intertextualidade, como nos diz Kristeva, na qual “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 74), é um processo relacional de significações, tanto no contexto de produção ou de recepção do texto literário com outros conhecimentos, experiências, vozes, leituras.

Nesse sentido, a proposta do PNBE Literário, embora relevante por estimular uma aproximação entre os elementos intertextuais com diferentes contextos culturais e sociais, para ampliação de princípios éticos, talvez ainda esteja no caminho por estimular experiências outras a partir da noção do múltiplo, da transgressão de outras identidades, do questionamento das diferenças para além de um viés de reconhecimento a favor de uma transformação histórica.

O terceiro e último critério estabelecido pelo edital (BRASIL, 2013a) trata do projeto gráfico das obras e orienta sobre o equilíbrio entre os aspectos gráfico-editorial com os elementos textuais principais ou complementares. O documento menciona a importância da legibilidade e da qualidade da impressão, considerando espaçamento de linhas, tipografia, formato e tamanho de fonte, contudo, sem definir padrões a serem estabelecidos unicamente para contemplação do edital. Isto é, as obras não deveriam ser reimpressas em outro formato gráfico para atender, exclusivamente, critérios do edital.

Os princípios norteadores de avaliação no edital apontam que no discurso oficial há uma preocupação para além de conteúdos, formas ou ficção da literatura, na qual se pretende relacionar a literatura como ponto de partida para o exercício da alteridade. Entretanto, sem citar quais questões temáticas pretende abordar, como se a concepção de multiplicidade estivesse inferida nos critérios de avaliação, não se compromete com questões específicas, desde que estejam a salvo textos literários de qualquer caráter preconceituoso ou moralizante. Se por um lado demonstra uma concepção do programa pelo não cerceamento do fazer literário, por outro lado, não garante que determinados temas e representações sejam contemplados. É um discurso abrangente, que inclui obras como *Orixás, do Orum ao Ayê*, de Alexandre Miranda Silva (2011, narrativa que mescla quadrinhos, épico e o sagrado das mitologias e figuras africanas), mas não garante que em cada acervo

distribuído seja respeitada a Lei nº 11.645²⁹, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, ou ainda sobre obras que tratem sobre as questões dos imigrantes ou da América Latina, por exemplo.

Se as regras da literatura no edital do PNBE Literário 2013 promovem, segundo seus critérios, qualidade textual e temática em uma perspectiva plural de realidades e reflexões, serão as obras que irão responder como essa amplitude foi concebida no texto literário. À literatura em si não cabe uma função, contudo, estando no interior de um programa nacional de formação de leitores, o conjunto de obras fica sendo a projeção de plano literário, que se pretende plural de acordo com os documentos oficiais. Se a “imaginação pública produz realidade” (LUDMER, 2013, p. 9) - nas palavras da professora Josefina Ludmer, imaginação pública seria um trabalho social, anônimo e coletivo de construção da realidade, em um movimento de fusão de tudo que foi visto e ouvido, como uma força criadora da realidade em um regime de “realidadeficção” -, a literatura pode ser uma espécie de lente que atua e produz imaginação pública.

Nas palavras de Ludmer, “esse movimento de imaginação pública ou fábrica de realidade é tudo o que circula, o ar que se respira, a teia e o destino. A imaginação pública seria um trabalho social, anônimo e coletivo de construção de realidade” (LUDMER, 2013, p. 9). Ou seja, não há um controle total da experiência privada, pois aquilo que é público também está dentro, o íntimo e o público se alimentam e tornam-se memória. Neste caso do PNBE, essa maneira de fazer ver a(s) realidade(s) através da literatura é ainda mais acentuada, mas serão os acervos escolhidos, como analisaremos na seção seguinte, que refletirão como essa construção e fusão da imaginação pública e individual literária pode ser alimentada.

2.1 PERFIL DAS OBRAS

Identificar o perfil das obras do PNBE Literário 2013 é transitar por três acervos, com 60 títulos distintos em cada um, destinados aos anos finais do Ensino Fundamental II, que materializam as propostas do programa. É nesse momento que podemos observar como o conjunto literário toma força e transcende a linguagem

²⁹ Lei nº 11.645, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em 15 fev. 2019.

dura e sisuda linguagem do edital de seleção, e passa a ter voz por meio dos personagens, movimento pelos espaços narrativos, corpo por meio dos versos e temas que procuram traduzir o universo juvenil. Levantar o perfil dessas obras é fazer emergir consonâncias ou dissonâncias entre o discurso dessa política pública literária e o que de fato está sendo escolhido para representá-lo.

Sendo assim, o propósito dessa seção é delinear o perfil das obras, identificando autorias, temáticas, personagens, gêneros discursivos, por meio da leitura de obras e sinopses, nos títulos que compõem os três acervos estudados, perguntando como esse corpus literário alinha as concepções estéticas literárias às intencionalidades do programa.

O primeiro perfil a ser traçado nesse conjunto literário diz respeito às vozes autorais, isto é, quem são os escritores e escritoras do PNBE Literário? Quais são suas nacionalidades, gêneros e formações? Partindo da perspectiva, como manifestou Silviano Santiago, em seu artigo *Artelatina* (SANTIAGO, 2002³⁰), de que a produção artística latina deveria funcionar como uma espécie de “guarda-chuva para um grupo setorizado e multivocal de resistência” (SANTIAGO, 2002, p. 57), mais do que um padrão, como afirma o autor:

O melhor meio de comunicação entre quatro ruas que formam um quarteirão não é o das idas e voltas dadas pelos vários percursos em torno do quadrilátero, mas o uso do atalho proporcionado pelas passagens transversais. Decididamente a favor das transversais, contra as hierarquias. (SANTIAGO, 2002, p. 58)

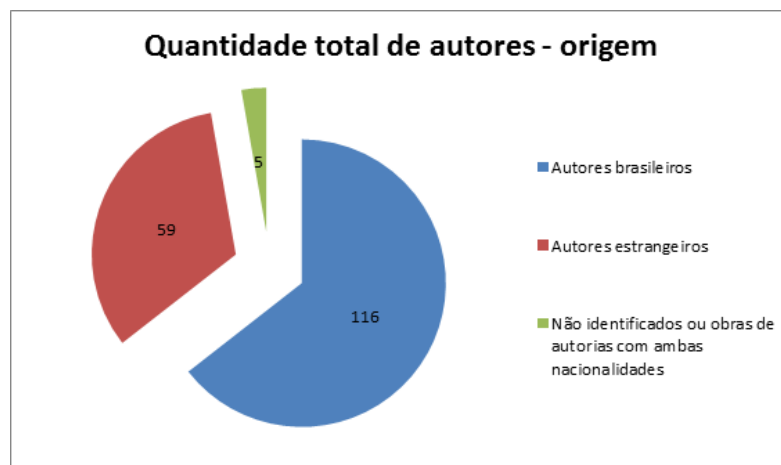
Isto é, uma reflexão crítica a favor de todas as manifestações, sobretudo as não canônicas. É desse olhar que partimos para identificar o perfil das obras, procurando identificar marcas da transversalidade autoral, pois entendemos que somente dessa forma é possível que um acervo leve ao exercício reflexivo das realidades brasileiras, como um dos caminhos para se discutir as relações de identidade e diferença produzidas pela sociedade do norte ao sul do país e na América Latina.

Aproveitando esse ensejo da dimensão territorial, o primeiro levantamento autoral que faremos será sobre a origem (nacionalidade e naturalidade) dos escritores. Observando os três acervos (180 obras no total) destinados aos anos

³⁰ SANTIAGO, Silviano. *Artelatina*. In: MARQUES; VILELA. **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

finais do Ensino Fundamental II do PNBE Literário 2013, identificamos uma maioria de autores brasileiros (116) e uma minoria de autores estrangeiros (59) - como apresenta a figura 1³¹ -, o que demonstra uma preferência do programa pelo panorama literário de autores nacionais.

Figura 1 - Quantidade total de autores - origem



Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Acervo PNBE 2013.

A seguir, procuramos identificar a nacionalidade dos autores estrangeiros a fim de reconhecermos qual concepção de panorâmico estrangeiro estava presente. Nesse interior, encontramos um primeiro desequilíbrio, apresentado na tabela 2. Diante das três coleções, a grande maioria dos escritores são de origem europeia. América Latina, Ásia e África aparecem representados por um ou outro nome e, por vezes, sequer há um único autor de origem africana (como nos acervos 1 e 3). Neste caso, o único autor proveniente da África, autora, na verdade, foi Marina Colasanti, imigrante da colônia italiana em Eritreia, que imigrou para o Brasil ainda criança. Dessa forma, notamos que por panorama da literatura estrangeira o recorte é bastante eurocêntrico e etnicamente homogêneo, como se não houvesse outras expectativas artísticas para além desses limites.

Tabela 2 - Autores estrangeiros por região

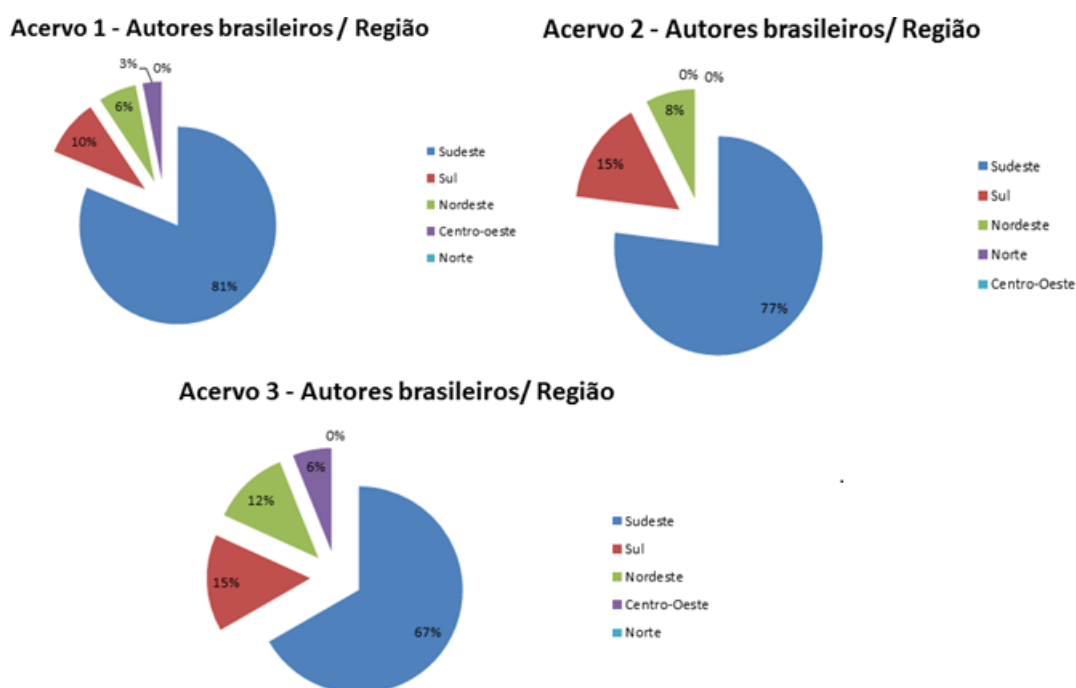
Origem	Acervo 1	Acervo 2	Acervo 3
Europa (diversos países)	17	13	14
América do Norte (Estados Unidos e/ou Canadá)	1	2	2
Outros países da América Latina (México, Argentina)	2	1	3

Ásia (Israel, Taiwan)	1	1	1
África (Eritréia)	0	1	0

Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Ainda sobre autoria e origem, ao olharmos para a autoria brasileira selecionada, por região, a perspectiva cartográfica elitista também é muito marcante (ver figura 2). Dos três acervos distribuídos para os anos finais do Ensino Fundamental II, a quantidade de autores do eixo sul-sudeste prevalece em toda coleção do PNBE Literário 2013, sobressaindo a quantidade de autores da região sudeste, que chega a ocupar 80% de um mesmo acervo. Em todos os acervos inexistem autores da região norte. Os escritores da região nordeste ocupam em torno de 10% da autoria de cada acervo. A região centro-oeste está representada apenas em um acervo, mas inexistindo nas outras duas coleções.

Figura 2- Quantidade de autores por região brasileira



Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

O recorte regional hierarquizado no Sudeste parece engolir as demais parcelas de autorias de outras regiões. Além disso, cabe destacar que não, necessariamente, por uma ou outra região sobressair em maior número, significa que a autoria é diversificada dentro desse contorno, pois ao dizermos que a região

Sudeste representa o maior número de autores, por exemplo, estes são de origem dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Ou seja, para além de um predomínio de regiões, há uma repetição de estados e cidades, dentro dessas regiões, que apontam serem sempre escolhidas, conseqüentemente, reproduzindo a arbitrária noção de que apenas os mesmos estados, dentro de cada região, produziria literatura.

Esses números não indicam, evidentemente, que aqueles que fazem parte de uma determinada região não estejam falando de personagens e espaços poéticos ou narrativos diferentes do lugar que se fala. Contudo, a perspectiva multivocal, como manifestava Santiago (2002), torna-se nesse programa literário bastante reduzido e seletivo, deixando ao relento vozes autorais das outras regiões brasileiras, como as regiões norte, nordeste e centro-oeste. A questão é que sem a transversalidade de vozes, provavelmente, identidades e culturas são produzidas por uma visão centrada, limitada e não múltipla. A perpetuação de autoria eurocêntrica (para escritores estrangeiros) e sulista (para escritores nacionais) cria a falsa realidade de que a literatura só é produzida pelas mesmas vozes e fronteiras, ao mesmo tempo em que engendram crenças distorcidas, encobrendo o espaço de conflito e de forças sobre quem está legitimado ou não a fazer parte do campo literário. Além disso, como o leitor pode se ver e refletir acerca de sua realidade se não há representatividade da diversidade brasileira? Ou então, há uma diversidade pautada no idêntico, como afirmava Silva (2014).

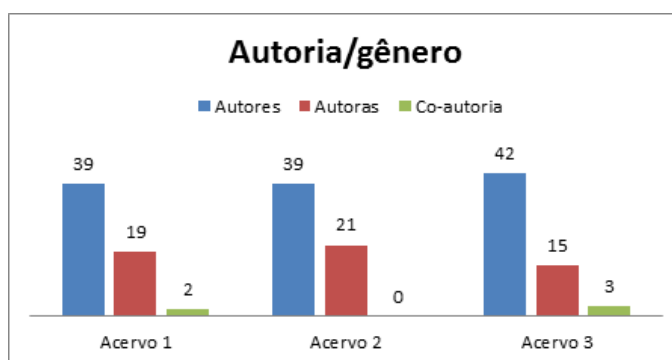
Outra característica interessante acerca do perfil dos autores diz respeito às suas formações e profissões. Ao recortamos como amostra os acervos 2 e 3, localizamos, ao menos, 30 autores que também exercem a profissão de professores universitários, ou seja, um terço da autoria. Formações acadêmicas em Direito, Artes Plásticas, Linguística e Literatura, Jornalismo, Psicologia também são bastante comuns. A grande maioria dos autores possui formação no Ensino Superior, quando não pós-graduação na área de Letras, Literatura e Linguística. Isto é, quem escreve as obras literárias no PNBE representa uma parcela privilegiada no cenário social nacional³². Se a desigualdade na instrução escolar tem caráter regional, o PNBE

³² Embora as taxas de escolarização tenham crescido significativamente, dados do IBGE apontam que na população com 25 anos ou mais, apenas 15,3% tinham concluído o Ensino Superior, em 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo>>. Acesso em: 30 set. 2018.

reproduz a estrutura estatística sobre os níveis de escolaridade no país. Escritores periféricos, de comunidades marginalizadas socialmente, parecem ter pouco espaço nessas coleções. A representação dessa parcela da população, se houver, estará nas vozes alheias.

Nesse âmbito, sobre quem fala e quem é silenciado, não por acaso, temos nos referido ao perfil de autores, no gênero masculino e não no gênero feminino. Neste caso, o termo masculino não se aplica pela generalização, por existirem escritores de ambos os gêneros nos acervos, mas indica a posição privilegiada que os homens ocupam nos acervos (ver figura 3). Mapeando as três coleções para os anos finais do Ensino Fundamental II, identificamos que dois terços dos autores são homens. A estrutura do domínio do patriarcado, como já aponta a crítica feminista, também é reproduzida nesses acervos. Ainda não foi possível uma emancipação da representação e autoria femininas pela seleção de um acervo nacional. Há um avanço ao constatarmos que no primeiro PNBE, em 1997, das 125 obras selecionadas, apenas 7 delas foram de autoria ou coautoria com escritoras. Não por acaso, por exemplo, ao perguntarmos quais autoras lembramo-nos de ter lido na escola pública brasileira, a resposta frequentemente é traduzida pelo silêncio. Essa limitação de escolha de escritoras não apenas reproduz a estrutura dos cânones literários predominantemente de escritores, como reforça o funcionamento do campo literário em atribuir pouco reconhecimento à autoria feminina. Ainda é como se o acervo nacional literário contribuísse para manutenção de determinadas hierarquias sobre o fazer artístico.

Figura 3- Quantidade de autores por gênero



Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Adiante aos limites da autoria, mas ainda no interior dessa questão de

gênero, chegamos ao perfil das obras pelas tramas do texto literário. Seleccionamos, como amostra, o Acervo 1 para traçarmos as características dos protagonistas masculinos e femininos dessa coleção. A princípio, localizamos, por meio da leitura das sinopses, apenas 12 protagonistas femininas ao lado de 27 protagonistas masculinos, em um total de 60 títulos³³. O desequilíbrio deixa de ser somente quantitativo quando observamos as palavras-chave que descrevem esses personagens ou o enredo no qual estão inseridos (ver figura 4).

Figura 4 - Palavras-chave protagonistas masculinos/femininos

Palavras-chave protagonistas e enredos – acervo 1



Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Curiosos, corajosos, heróis, investigadores, cientistas, exercitando sua liberdade em grupos de amigos pelo mundo, enfrentando perigos e desvendando mistérios, enfim, os protagonistas masculinos são marcados, sobretudo, pela extroversão. Por exemplo³⁴, em *A Ilha do Tesouro*, de R. L. Stevenson, “Honra, coragem, aventura e amizade são os ingredientes deste grande clássico para leitores de todas as idades” (2013); ou em *As Aventuras de Tom Sawyer* que, “com seu companheiro Huck, Tom se entrega a todo tipo de bagunça – os dois vivem pregando peças – até o dia em que testemunham um assassinato” (2010); em *Robin Hood*, que “graças à sua bravura e honestidade, conquista um bando de leais e

³³ A relação dos títulos encontra-se no anexo. Foram desconsiderados personagens representados por animais ou outros seres fantásticos, com o gênero indefinido. Também não foi possível identificar um protagonista em antologias de contos ou poemas diversos.

³⁴ As citações a seguir são das sinopses e contracapas dos livros, por essa razão não estão paginadas.

bravos seguidores” (2011); também em *Os heróis do tsunami*, de Fernando Vilela, no qual um “homem empreende uma perigosa aventura para salvar seu filho” (2011). O universo da ciência, da filosofia e das artes surge em narrativas biográficas como em *Charles Darwin: o segredo da evolução*, de Martin Oliveira (2012) e *O menino que queria voar*, de Indigo (2008), sobre as inquietudes filosóficas de Leonardo da Vinci diante dos elementos da natureza da religião.

Distanciam-se das façanhas desses protagonistas, para mergulhar em um universo interior e de descoberta de si, os protagonistas de *Fala comigo, pai!*, de Júlio Emilio Braz, que viaja em busca de seu pai biológico, em uma trajetória na qual “O homem e o menino, partes integrantes de um mundo feito de mar e solidão” (2011), misturam-se em vazios e desalentos. Em *Nem eu nem o outro*, de Suzana Montoro (2011), surge um singular personagem descrito como um “adolescente vítima de um AVC que perde a memória e passa por uma crise de identidade” (2011); o conflito entre memória, identidade e as relações entre o mundo sensível e o inteligível são descritos pela primeira vez para um protagonista masculino. Em *O cara*, de Philippe Barbeau, a ideia de sentimentos que afetam o personagem, um homem que “anda com a cabeça nas estrelas, os pés da felicidade e a alegria dentro do coração” (2009), percebe que passa a ser influenciado por sentimentos de ódio e intolerância ao encontrar um homem estranho. Em *O livreiro do Alemão*, de Otávio Junior (2011), o tom autobiográfico envolve o leitor na transformação pessoal que a descoberta de um livro, neste caso, contada a partir do espaço do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, pode oferecer aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Por outro lado, algumas protagonistas femininas são marcadas como aventureiras e curiosas, percorrem aventuras na ânsia de descobrir novos mundos, entretanto, frequentemente, esse mundo pode ser o interior. Melancolia e angústia são alguns dos sentimentos citados somente para essas protagonistas. Surge também a expressão “mundos encantados”, como em *Aventuras de Alice no Subterrâneo*, de Lewis Carroll (2011). Um sentimentalismo da juventude também aponta estar mais associado às protagonistas femininas, como em *Pó de Parede*, de Carol Bensimon (2010), ou de “angústia” diante do abandono materno, como em *A filha das sombras*, de Caio Riter (2011). A representação literária feminina pende muitas vezes à infelicidade e ainda que o eixo das narrativas de aventuras seja comum a ambos os gêneros, o mote quase sempre é a indagação “quem sou eu?”.

Das 12 obras que compõem esse acervo, metade delas apresenta um movimento discursivo introspectivo e de identidade da personagem alinhado à exploração de novos mundos.

Oposto a esse caráter ensimesmado, dessa representação nas personagens femininas, estão as de tom biográfico, como *Anita Garibaldi, a estrela da Tempestade*, de Heloisa Prieto (2013), e *O ônibus de Rosa*, de Fabrizio Silei (2011). Idealistas, revolucionárias, militantes e vanguardistas por uma sociedade mais justa, as obras retratam uma síntese das lutas de Anita Garibaldi, a favor da causa republicana no Brasil, e de Rosa Parks, mulher negra que enfrenta a situação de segregação racial nos Estados Unidos. A sinopse da obra de Anita destaca o relacionamento entre ela e Giuseppe Garibaldi, uma “intensa paixão que iria levá-los para o centro de um conflito que entrou para a história” (2013), o que antecipa ao leitor um possível condicionamento da figura feminina guerreira motivada por um relacionamento amoroso. Já o enredo que retrata a coragem de Rosa Parks cita a mulher que no interior de um ônibus, no sul dos Estados Unidos, “desafiou a ordem pré-estabelecida quando se recusou a ceder seu assento a um homem branco. [...] Como o gesto corajoso daquela mulher frágil ajudou a mudar o rumo da história” (2011). A narrativa de Parks é contada por um senhor que leva seu neto para conhecer um museu, onde está exposto o ônibus de Rosa e relembra as suas próprias memórias sobre o apartheid.

Em comum, as palavras-chave mistério, descobertas, aventuras e abandono são retratos das narrativas para ambos os gêneros dos protagonistas, contudo os enredos para os personagens masculinos possuem mais atributos de ação e extroversão, e as femininas mais psicológicas e introversão.

No ensejo da narrativa de Parks sobre a questão racial, buscamos quais obras e o perfil das que tratam dessa temática ou trazem elementos para discussão (ver quadro 4 e figura 5). A quantidade de obras, considerando os três acervos, não atinge 10% do total das coleções. É um dado incômodo ao pensarmos que este programa literário foi escrito para um país em que mais da metade da população se declara não branca, segundo dados do IBGE³⁵, resultado da miscigenação dos povos indígenas e africanos. Logo, como a estética literária desse programa

³⁵ “Entre 2012 e 2016, a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%.” Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>>. Acesso em 01 out. 2018.

contempla os debates étnico-raciais que permeiam nossa sociedade atual? Pelo levantamento, sobressai o caráter folclórico, das crenças, e mitológico presente nas obras: *Os gêmeos de Popol Vuh*, de Jorge Luján (2008), sobre a cosmogonia do povo maia-quiché, uma das civilizações pré-colombianas da Guatemala, e das histórias dos semideuses que se valem dos saberes da natureza e da palavra para vencer seus governantes; *Orixas: do Orum ao Ayé*, de Alexandre Miranda da Silva (2011), que aborda a cultura afro-brasileira e os mitos dos orixás; *Moça Lua e outras lendas*, de Walmir Ayala (2012), com o reconto de 19 lendas indígenas brasileiras, sobretudo, do sul do país; *Contos e lendas da Amazônia*, de Reginaldo Prandi (2011), com contos e lendas da Amazônia; *A tatuagem, reconto do povo Luo*, de Rogério Andrade Barbosa (2012), conto de tradição oral da etnia Luo sobre os rituais e costumes das jovens que desejavam se casar, sobretudo da protagonista Duany; e *O negrinho do pastoreio*, de André Diniz (2012), uma lenda popular no sul do Brasil, recontada em quadrinhos e que mistura elementos do sincretismo religioso.

Há outros títulos que estabelecem um trânsito temporal entre passado e presente e envolvem personagens num contexto urbano e moderno na descoberta de suas origens e tradições, como em *Sortes de Villamor*, de Nilma Gonçalves Lacerda (2010), sobre uma Salvador no começo do séc. XIX, e *Aqualtune e as histórias da África*, de Ana Cristina Massa (2012), que a partir de um grupo de amigos que passavam férias na casa de uma de suas avós, descobrem rastros e origens, a partir da revelação de uma lenda africana. Retratos da escravidão estão presentes em títulos como *A escrava Isaura*, de Ivan Jaf (2012); *Você é livre!*, de Dominique Torres (2012), e *Kamazu*, de Carla Caruso (2011). Preconceito racial é o tema principal das obras *Um sonho no caroço de abacate*, de Moacyr Scliar (2002), que compartilha as experiências e os sentimentos de um jovem em uma sociedade com julgamentos preconceituosos contra negros e judeus; e *O ônibus de Rosa*, de Fabrizio Silei (2011). A dura realidade de um país africano em guerra, Guiné Bissau, é contada a partir dos olhos de um jovem protagonista em *Comandante Hussi*, de Jorge de Araújo (2009).

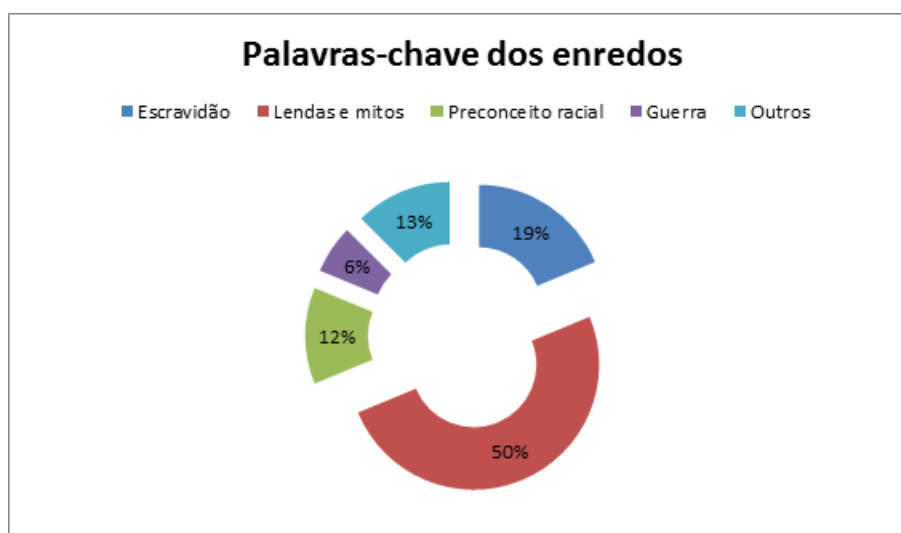
Quadro 4 - Obras/Autores com elementos e/ou temática étnico-racial

Acervo 1
<i>Aqualtune e as histórias da África</i> , de Ana Cristina Massa
<i>Comandante Hussi</i> , de Jorge de Araújo
<i>Antologia de contos folclóricos</i> , de Herberto Sales

<i>O ônibus de Rosa</i> , de Fabrízio Silei
<i>Sortes de Villamor</i> , de Nilma Gonçalves Lacerda
Acervo 2
<i>A escrava Isaura</i> , de Ivan Jaf
<i>A tatuagem, reconto do povo Luo</i> , de Rogério Andrade Barbosa
<i>Contos e lendas da Amazônia</i> , de Reginaldo Prandi
<i>Moça Lua e outras lendas</i> , de Walmir Ayala
<i>Um sonho no caroço de abacate</i> , de Moacyr Scliar
Acervo 3
<i>A turma do Pererê</i> , de Ziraldo
<i>Kamazu</i> , de Carla Caruso
<i>O negrinho do pastoreio</i> , de André Diniz
<i>Orixás: do Orum ao Ayê</i> , de Alexandre Miranda da Silva
<i>Os gêmeos de Popol Vuh</i> , de Jorge Luján
<i>Você é livre!</i> , de Dominique Torres

Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Figura 5 - Perfil das obras sobre temática étnico-racial



Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Ainda no ensejo do percurso temático, observamos quais temas determinam o perfil das obras desse ano do programa. As expressões temáticas que mais aparecem nas sinopses dessas obras, voltadas para o público leitor na faixa etária entre os 11 e 15 anos são: mistérios, aventuras, segredos e descobertas de si e do mundo. Aventuras por épocas ou lugares, ora distantes, como em viagens a outros países, espaços imaginários, ora uma viagem pelo próprio bairro; sozinhos ou em grupos de amigos; mistérios a serem descobertos que resultam em uma mudança significativa na vida dos personagens – passando pelas tramas de terror, roubos e

assassinatos; e experiências sobre de si, geralmente, diante de processos introspectivos, aventuras solitárias psicológicas ou sociais, como a sobrevivência diante da orfandade.

A questão do abandono e ausência dos pais chama a atenção nos acervos deste PNBE. Descobrir as razões que levaram os pais a abandonarem os filhos, a ansiedade pelo retorno ou conhecimento, sobretudo, da figura paterna, são buscas e revelações determinantes para a transformação da vida e da personalidade dos jovens protagonistas, como em *A filha das sombras*, de Caio Riter (2011); *A Mocinha do Mercado Central*, de Stella Maris Rezende (2011); *Fala comigo, pai!*, de Julio Emilio Braz (2011); *O Homão e o menino*, de Luis Cunha Pimentel (2010); *A distância das coisas*, de Flavio Carneiro (2008); *A primeira vez que vi meu pai*, de Márcia das Dores Leite (2012). Ou ainda, a sobrevivência de órfãos diante da uma realidade, seja ela escravocrata, como em *Kamazú*, de Carla Caruso (2011, uma narrativa angolana na qual um garoto angustiado com a situação em que se encontra busca a ajuda dos seres da floresta e de uma sábia anciã para sair dessa situação), seja uma realidade mais lúdica, de fuga ou superação por meio de aventuras, como em *A Invenção de Hugo Cabret*, de Brian Sellznick (2007) e *As aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain (2013).

Outro viés temático do PNBE Literário 2013 são as narrativas que amarram a trama ficcional com dados históricos, políticos e culturais. Desde o retrato de denúncias sociais ou reflexões sobre as condições humanas, como em *A Fábrica de Robôs*, de Karel Tchapek (2012), que apresenta uma peça teatral (publicada originalmente em 1920) na qual um cientista descobre um meio de dar vida a máquinas de aparência humana, sem sentimentos nem criatividade. Surge, então, a palavra *robô* para expressar o trabalho servil e forçado, como uma metáfora da condição humana, além de atentar para os perigos dos fundamentalismos ideológicos. Em *Jacques Cousteau: o mar, outro mundo*, de Manola Rius Caso (2013), a fuga da seca e das relações de opressão na zona rural nordestina são o ponto de partida para o personagem e retirante Justino, um garoto órfão de 12 anos, sair em viagem e busca por uma condição melhor. Também a obra *Diário do outro*, de Ronald Claver (2006), na qual o personagem relembra, por meio de seu diário durante a adolescência, as angústias e incertezas sobre o futuro do Brasil, na iminência da ditadura militar.

Percorrendo a paisagem brasileira para além do cenário urbano, *No longe dos*

Gerais, de Nelson Alves da Cruz (2004), revisita o sertão mineiro e os passos de Guimarães Rosa, mergulhando nas veredas e nos costumes de vida rústicos no interior de Minas Gerais. *Maroca e Deolindo e outros personagens em festas*, de André Luís da Fonseca (2011), conta, de forma leve e em prosas poéticas, uma viagem pelo Brasil, por meio de 12 festas populares que percorrem todas as regiões do país, da festiva Semana da Farroupilha, em Porto Alegre, à manifestação de Marabaixo, em Macapá. O sertão nordestino surge novamente em *Lampião na cabeça*, de Luciana Sandroni (2010), que traça a trajetória de Lampião pelo reconto e criação da narradora Helena, desde a infância até chegar ao adulto e temido cangaceiro. Por fim, nessa amostra, a geografia Amazônica e dos povos da floresta, geralmente, são retratados pelo viés mitológico, como em *Contos de lendas da Amazônia*, de Reginaldo Prandi (2011), já citado anteriormente.

Sendo a maior parte desse acervo de autores brasileiros, o perfil cultural retratado nas obras é, predominantemente, brasileiro. Alguns títulos atravessam fronteiras e apresentam narrativas tradicionais ou de costumes de outras culturas, como em *A tatuagem, reconto do povo Luo* (2012), de Rogério Andrade Barbosa, na qual o cenário é região da África Oriental e traz o costume das garotas de seu povoado, que - para se casar - precisavam ter a tatuagem mais bonita de todas. Entretanto, a protagonista envereda pela desconstrução e questionamento sobre os padrões de beleza que, praticamente, coisificam os homens e as mulheres e que determinam um ideal do que é belo ou não. Ao mesmo tempo, é uma narrativa que respeita as tradições da etnia representada, também propondo uma reflexão sobre os padrões a partir da ótica de seu povo.

Outras culturas também são apresentadas como em *O diário de Gian Burrasca*, de Luigi Bertelli (2012), um diário publicado no início do século XX, na Itália, no qual um menino de nove anos demonstra seu inconformismo diante das hipocrisias e contradições de uma sociedade burguesa, repleta de convenções e preconceitos. Uma sátira descrita pelo olhar e pelo pensamento independentes de um garoto. O universo árabe em *As mil e uma noites*, por Ferreira Gullar (2010), ou as histórias tradicionais da cultura russa como em *A pedra na praça*, de Tolstoi (2012). A inclusão e a valorização de outras culturas em um acervo nacional são uma decisão política. No que diz respeito às culturas negras e africanas, por exemplo, é “uma tentativa de contribuir para que o discurso literário seja de fato dialógico, de modo que não se tenha uma história única circulando no imaginário

dos estudantes” (RAMOS; AMARAL, 2015, p. 204). Tomar conhecimento que em um acervo ainda predomina uma cultura etnocêntrica é importante para agir contra o discurso dessa história única, e, por vezes, agressiva.

Outro elemento das obras deste acervo desenha os contornos da linguagem, em especial, as adaptações e releituras de obras consideradas clássicas em anos anteriores do programa. Por exemplo, obras³⁶ como *Dom Quixote de la Mancha*, de Cervantes (2012), *O Guarani*, de José de Alencar (2013), *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (2011), *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (2012) foram reescritos e distribuídos pelo PNBE 2013 pela linguagem das histórias em quadrinhos. Outra releitura foi *O fantasma de Canterville*, de Edgar de Allan Poe (2012), nos versos da poesia de cordel. Especialmente essa adaptação de um conto de mistério europeu para a poesia de cordel é interessante por, ao mesmo tempo, romper com a imagem estereotipada dos versos de cordel com a temática da seca e sensibilizar o repertório dos leitores para esse gênero popular. Essa característica de promover uma releitura da linguagem sugere uma forma mais acessível para os jovens leitores que resistem à leitura de obras escritas em um espaço e tempo muito distantes de sua realidade repletas de variações históricas. Contudo, essas adaptações contribuem para a manutenção de que determinados títulos alimentem seu *status quo* de cânone literário.

Ainda sobre o perfil da linguagem, as obras que representam a linguagem poética ocupam, aproximadamente, 7% do total dos três acervos (ver figura 6). Um número bastante reduzido diante da totalidade dos acervos. Em comum, os versos demonstram um olhar poético e reflexivo sobre o mundo, sobre a natureza e a vida; sobre a fase da adolescência e sentimentos correntes neste período, caracterizado como um mistério, uma descoberta de mundos interiores e exteriores; sobre animais ou objetos personificados; sobre os sonhos, o cotidiano infantil e juvenil – a poesia, neste caso, entendida como uma brincadeira, em exercício de liberdade e de exploração da linguagem. A poesia no PNBE 2013 passa da reflexão à diversão por meio da experimentação da linguagem poética.

³⁶ Na sequência das obras, os anos de publicação referem-se às versões em histórias em quadrinhos.

Figura 6 - Relação de obras de poesia

Acervo 1	Acervo 2	Acervo 3
<ul style="list-style-type: none"> •Furundum! Canções e cores de carinho com a vida, de Carlos Rodrigues Brandão •Parque de impressões, de Eloésio Paulo •Tiburfi! O álbum de poesia de Tibúrcio, de Jonas Ribeiro •Todos os contos do lápis surdo, Ramiro Osório 	<ul style="list-style-type: none"> •Adolescente poesia – de Sylvia Orthof •Estação dos bichos, de Alice Ruiz •Lã de vidro: diálogos poéticos, de Andre Moura •O mar e os sonhos, de Roseana Murray •Poesia de bicicleta, de Sergio Caparelli 	<ul style="list-style-type: none"> •Menino do mato, de Manoel de Barros •Menino perplexo, de Israel Mendes •O tempo escapou do relógio e outros poemas, de Marcos Bagno •Poetrix, de José de Castro

Fonte: Autora (2019), com base nos dados do Edital PNBE 2013.

Entendemos que o delineado do edital de seleção do PNBE Literário 2013 intenciona uma progressão curvilínea para dar conta das diferentes realidades, repertórios e contextos sociais, culturais, históricos e literários nacionais e estrangeiros. As obras escolhidas para representá-la ainda marcam uma busca por esse ideal, que ora alcança um traçado heterogêneo, ora e, em sua maioria, marca uma linha homogênea.

O perfil das obras do PNBE Literário 2013 parte, sobretudo, dos gêneros narrativos e propõe aventuras e mistérios a serem descobertos pelos personagens. Dos 180 títulos no total dos três acervos, 153 obras são de narrativas em prosa, sendo 55 títulos no Acervo 1, 51 no Acervo 2 e 47 no Acervo 3, divididas entre contos, diários, cartas, biografias, novelas, romance, crônicas. Os enredos introduzem, geralmente, a necessidade de um jovem personagem descobrir-se no mundo, seja pelas viagens para descobertas de novos lugares e aventuras, seja pelas viagens que sobressaem enredos psicológicos, sobretudo, quando trata das relações familiares. Os personagens das narrativas, geralmente, são jovens, grupos de amigos e grupos familiares, e nem sempre seus antagonistas (com exceção dos contos clássicos de aventuras) são representados por outros personagens, sendo, por vezes, um fato histórico, uma realidade social complexa, um sentimento humano.

Descobrir-se no mundo, geralmente, acaba sendo um exercício das protagonistas femininas, enquanto os protagonistas masculinos acabam por descobrir o mundo. A ideia de mundo está bastante centrada pelo olhar da região sudeste do Brasil, que representa a maioria dos escritores das obras, como também

pelo ponto de vista eurocêntrico, que é maioria em relação aos autores estrangeiros. Os diferentes contextos culturais e sociais ficam por conta de uma ou outra obra, que apresenta a realidade periférica ou a lenda de algum povo indígena ou as condições sociais em determinada condição.

Esse exercício de alteridade e de emancipação, proposto pelo PNBE, está pautado, portanto, sobre o que determinado gênero, classe e região pensa sobre o outro. As histórias em quadrinhos, a literatura de cordel e a poesia também estão presentes como uma possibilidade de fruição estética e de ampliação criativa do repertório linguístico como pretende o programa.

2.2 A PRODUÇÃO DO CÂNONE PELO PNBE

A linguagem produz um intercâmbio de saberes, de ordem simbólica, humana, social, cultural. Os signos atuam nesse trânsito entre o referente e o significado. Ou seja, os signos são a ponte entre o cultural e o natural, naturalizando aquilo que é cultural. No caso do PNBE, as obras literárias escolhidas representam esses signos que movimentam esse trânsito, como a escolha cultural de temas, personagens, espaços, enredos, narrativas, naturalizando-os como modelos literários. A escolha cultural, portanto, torna-se um conjunto de sistema simbólico, de conduta humana, inserida em códigos sociais e determinados referentes. E, se há uma inserção simbólica, há uma noção de poder de quem a insere, como e em qual sistema a insere.

No campo literário, há uma noção difundida desde a Antiguidade que determina o que e quem deve ou não fazer parte do campo. O termo cânon, etimologicamente, entendido com um tipo de régua para medir (do grego *kanon*), está inserido nas artes, bem como na literatura, para designar um conjunto de obras, considerado um patrimônio cultural, escrito por grandes mestres, com valores que se pretendem universais e que deveriam perpetuar por diversas gerações. Sabemos que essa perspectiva de valor está sujeita e é construída dentro de uma práxis social e discursiva, como levantamos e discutimos desde a primeira parte deste trabalho. Nesse sentido, como podemos pensar o PNBE Literário 2013 parte desse sistema simbólico de construção de lógicas e legitimação de obras literárias, em especial, da produção do cânone literário brasileiro?

O texto literário, como escreve Jenaro Talens e cita Reis, “não é uma

presença, mas um espaço vazio, cuja semantização está para ser produzida pela práxis historicamente determinada ao leitor” (REIS, 1992, p. 3), o ato da leitura pelo PNBE (primeiramente, pela banca que seleciona o acervo) transforma o espaço vazio em obra literária recomendável para ser lida em todo território nacional. Por essa razão, ressaltamos a dimensão significativa do perfil dessa banca, sobretudo, no que diz respeito à formação dos avaliadores. Grande parte desses profissionais são professores universitários convidados e selecionados pelo MEC e que, portanto, carregam traços de sua formação acadêmica e de seus percursos epistemológicos intimamente ligados ao perfil das universidades.

Fazer emergir a banca de avaliadores seria uma forma de responder à hipótese de que nessa lógica de construção do cânone no Brasil, pelo PNBE, até mesmo as universidades representariam balizas teóricas e discursivas influentes no sistema de legitimação do cânone. Reis (1992) insiste que se pense sobre a mecânica de produção, reprodução, circulação e consumo do texto, questionando como os estatutos do autor, do crítico e do leitor atravessam a história para engendrar o cânone.

A banca avaliadora do PNBE Literário 2013 foi realizada, à convite do MEC, pela Universidade Federal de Minas Geras (UFMG), que compôs uma equipe de oito coordenadores, uma consultora, dois revisores e cinco estagiárias. Foram organizados sete grupos de trabalho para avaliação das obras, e cada coordenador ficou responsável por uma equipe com até dez participantes para realizarem a leitura e a avaliação das obras. Ao todo, foram sete grupos de trabalho. Embora a UFMG tenha sido responsável pela realização da banca, pode convidar professores de outras instituições para coordená-la. Neste ponto, nos interessa observar a formação da equipe responsável pelos grupos de trabalho (ver quadro 5).

Quadro 5 - Formação dos coordenadores dos grupos de trabalho do PNBE Literário 2013³⁷

Coordenador	Formação acadêmica	Vínculo docente
Coordenador 1	Doutora em Literatura Comparada, pela UFMG	Professora da Faculdade de Educação da UFMG
Coordenador 2	Doutor em Letras, pela UFMG	Professor da Faculdade de Educação da UFMG
Coordenador 3	Doutor em Letras, pela UNESP	Professor na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP
Coordenador 4	Doutora em Linguística Aplicada, pela PUC-RS	Professora Associada da

³⁷ Todos os nomes da equipe de trabalho da banca avaliadora do PNBE Literário 2013 foram obtidos por meio do Serviço de Informações ao Cidadão SIC/MEC. Disponível em anexo.

		UFRGS
Coordenador 5	Doutora em Estudos Literários, pela UFMG	Professora da PUC-MG
Coordenador 6	Doutorado em Letras, pela UNESP	Professora da Faculdade de Educação e Letras da UNESP
Coordenador 7	Doutora em Estudos Literários, pela UFMG	Professora da Faculdade de Letras da UFMG
Coordenador 8	Doutorado em Educação, pela UFMG	Pesquisador da Faculdade de Educação da UFMG

Fonte: Autora (2019), com base nas informações do SIC/MEC, ver nota 37.

A primeira observação que realizamos é a de que a maioria dos professores trabalham na mesma instituição de Ensino Superior que realizaram sua formação acadêmica (com exceção de dois coordenadores). Um segundo apontamento é de que a UFMG, convidada para organizar o processo da banca, acabou por selecionar, ao menos, metade dos professores doutores, sobretudo, na área de Letras e Literatura, discentes ou docentes de sua própria instituição. Os demais convidados foram da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. É relevante perceber que todos os coordenadores responsáveis pelo processo de seleção das obras literárias do PBNE 2013 são da região sudeste, bem como os professores responsáveis pela consultoria e revisão da banca.

A formação dos professores responsáveis é notória no campo acadêmico, sobretudo, nos estudos acerca do letramento literário. Contudo, o questionamento que surge é de que forma uma banca tão centralizada em determinada região do país e em uma única instituição, logo, com concepções sobre literatura e cultura muito próximas (se comparada com uma possível rede de diálogo e troca com demais pesquisadores e instituições de outras regiões do país poderia oferecer), pode abranger critérios consensuais para além de seus vínculos e suas fronteiras do pensar, e conseqüentemente, abrangendo outras especificidades implicadas em um acervo na dimensão do PNBE? Será que uma banca avaliadora que não fosse, predominantemente, do eixo sul-sudeste não poderia contribuir para composição de acervos mais heterogêneos e que não correspondessem à reprodução de seus locais de origem, no perfil autoral, por exemplo? Para além da liberdade ou da conservação estética e literária, neste caso, as escolhas são resultado de um campo de trocas e critérios que compartilham dos mesmos consensos.

Nesse circuito de trocas, outro elemento que podemos considerar é saber que

a avaliação dos cursos de pós-graduação em Estudos Linguísticos e Estudos Literários, da UFMG, possuem a nota mais alta atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³⁸, ou seja, muito provavelmente, a escolha do MEC para que a instituição ficasse responsável pela composição da banca avaliadora do PNBE também passa por esse critério simbólico. Em sua interpretação sobre Bourdieu, Reis (1992, p. 8) afirma que o texto, assim como qualquer elemento simbólico, “está engajado num circuito de troca e está permeado por inúmeros e intrincados vínculos com os estratagemas do poder e da sociedade na qual circula de tal modo que o campo literário e cultural reproduz a estrutura de classes”. No caso da banca do PNBE, fica evidente que os elos institucionais e também de poder que possivelmente atuam na escolha das bancas.

Se por algum tempo o PNBE procurou perpetuar os clássicos da escola literária modernista brasileira, chegou à atualidade legitimando seus próprios nomes, valendo-se também de discursos institucionais que envolvem as obras. Bourdieu, em *As regras da arte*, lembra que “o discurso sobre a obra não é um simples adjuvante, destinado a favorecer-lhe a apreensão e a apreciação, mas um momento da produção da obra, de seu sentido e de seu valor” (BOURDIEU, 1996, p.197), nesse sentido, não raro encontramos nas sinopses dos livros escolhidos o selo dado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil de obra “Altamente Recomendável pela FNLIJ”³⁹. Essa interpretação demonstra como uma obra, bem como a produção de um cânone, pode ser feita e refeita infinitas vezes, isto é, pelas diversas ações realizadas por todos aqueles que possuem um interesse simbólico e material pela obra ao “ler, classificar, decifrar, comentar, reproduzir, criticar, combater, conhecer, possuir” (BOURDIEU, 1996, p. 198), no caso do PNBE, tanto a leitura e a recomendação da FNLIJ podem conferir à obra um status de excelência, quanto a própria inclusão do livro na seleção do PNBE pode exercer essa função de selo de qualidade⁴⁰.

³⁸ <https://www.ufmg.br/prpg/avaliacao-da-capes/>

³⁹ A FNLIJ recebe anualmente livros para leitura e análise, voltados para esse público leitor. Após uma seleção pautada nos critérios de qualidade da instituição, cria um acervo das obras Altamente Recomendáveis, composto por dez livros para cada categoria criada. Essa seleção tem o objetivo de orientar a escolha e a compra de livros pelas Secretarias de Educação, escolas e bibliotecas. Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/site/o-que-e-a-fnlij/acoes/item/6-leitura-e-sele%C3%A7%C3%A3o-de-livros-para-crian%C3%A7as-e-jovens.html>>. Acesso em 29 dez. 2018.

⁴⁰ Ao procurarmos as sinopses de algumas obras nos sites de editoras e de livrarias, por diversas vezes deparamos com a síntese do enredo da obra acrescida à informação de “obra selecionada para o PNBE 2013”, o que gera uma espécie de selo orientador de qualidade para o leitor.

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) surgiu em 1968 e, desde então, exerce grande influência no fomento e discussão da leitura infantil e juvenil. Ainda que seja uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos⁴¹, atua em parceria com o sistema editorial, que são seus principais mantenedores, e tem suas ações reverberadas no âmbito público. Um exemplo significativo dessa atuação é a seleção do PNBE Literário de 1999, na qual a instituição foi eleita para selecionar todos os 106 títulos para mais de 36 mil escolas públicas do país. Segundo Lajolo e Zilberman (2004), “essa mobilização do Estado, apoiando e agilizando entidades com livros e leituras, correspondeu, no plano da iniciativa privada, ao investimento de grandes capitais em literatura infantil” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2004, p. 124), seja no próprio aumento de veiculação das obras, seja no lançamento de títulos novos, ou ainda, em modo de fazer literatura com vistas a esse setor que consegue condensar interesses políticos-econômicos-educacionais.

Ao considerarmos o perfil das obras do PNBE Literário 2013, por exemplo, percebemos o quanto os acervos reproduzem essa estrutura social e de classes. As obras que somam a maior quantidade nos acervos são de autoria do gênero masculino, de classes privilegiadas, das mesmas etnias e sexualidades, com exceção de algumas obras, como apresentamos no perfil identificado na seção anterior dessa pesquisa. Isto é, são constructos que, mesmo passando por todo o circuito de seleção, ainda reproduziram uma hierarquia sobre quem tem voz e vez na sociedade, bem como no campo literário. Essa reprodução hierárquica gera uma fissura justamente na ideia de produção do cânone pelo PNBE, pois se uma das intenções do programa era contemplar obras de um panorama literário brasileiro e estrangeiro, como um todo universal, a visão apresentada contraditoriamente ainda se mostra bastante restrita e que, em alguma medida, procurou ser contornada pelo PNBE Temático, em 2013.

Alguns elementos da cultura brasileira ainda surgiram no PNBE Literário de maneira estereotipada. Por exemplo: a figura do indígena como um ser exótico e excluído de qualquer compreensão de modernidade, como o índio Poiranga, retratado na obra *A vaca na selva*, de Edy Lima (2003), e que logo no início da narrativa viaja em cima de um capô de carro, por achar o automóvel uma “tenda andante barulhenta”, e em determinado momento do enredo decide acender uma

⁴¹ Informações obtidas pelo site da instituição. Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/site/o-que-e-a-fnlij.html>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

fogueira porque precisava enviar uma mensagem à sua aldeia. A figura de *O Guarani*, de Ivan Jaf (2013), em quadrinhos, na adaptação de José de Alencar, traz na capa o heroico e forte Peri (com os traços estéticos bastante semelhantes aos dos personagens de super-heróis americanos), contrastando com a fragilidade da branca Ceci em seus braços.

O contraponto a essas figuras ficou o PNBE Temático, que tinha por objetivo oferecer obras que contemplassem a diversidade da sociedade brasileira e distribuiu livros, por exemplo, como *Terra grávida*, de Betty Mindlin (1999), com um conjunto de narrações feitas por sete grupos indígenas e pela primeira vez transcritas para o português. O PNBE Temático representou um grande avanço no sentido de ampliar temáticas e especificidades do contexto brasileiro até então excluídos dos acervos escolares promovidos pelo Estado, embora tenha mantido uma cisão entre essas obras e as dos acervos literários, como expandido na primeira seção desta pesquisa.

Outro fator relevante sobre a lógica de legitimação do cânone pelo PNBE e que une o poder simbólico do livro à produção do mercado diz respeito a uma espécie de fórmula temática que parece funcionar dentro do programa, não apenas como uma palavra-chave do enredo da obra, como também como uma chave para estar inserida no processo de escolha, tais como *mistério* e *aventura* presentes em grande parte das obras escolhidas neste ano do PNBE Literário. No estudo diacrônico que Lajolo e Zilberman realizaram em *Literatura infantil brasileira: História e histórias* (2004), o surgimento de escritores brasileiros produzindo em maior quantidade obras voltadas ao jovem leitor, na década de 50, representou tanto a profissionalização dessa parcela de autoria literária, como também a “produção de obras repetitivas, explorando filões conhecidos e evitando a pesquisa inovadora” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2004, p. 87). Não podemos afirmar que as coleções literárias do PNBE evitaram a inovação literária, pelo contrário, mas ainda encontraram solo fértil para uma renovação literária no interior de uma continuidade temática que foi atribuída a um padrão de literatura destinada aos jovens há mais de 50 anos, o livro de aventuras.

Lajolo e Zilberman afirmam que, “se o livro de aventuras brasileiro não se recusa a pensar a realidade nacional, ele não deixa de optar, na maior parte das vezes, por uma tendência escapista” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2004, p. 111), entretanto, como a proposta do PNBE é de que o livro seja um dos caminhos reflexivos para compreender seus próprios processos de identificação e do meio em

que vive, o programa aponta legitimar uma tendência em não cair em um abismo escapista para promover alguma reflexão social. Nesse caso, somam-se aos textos de aventuras, títulos que trazem uma aparente simplicidade do narrar cotidiano, mas carregam as sombras de uma condição política e social. Convivem no programa, por exemplo, obras como *A reforma da Natureza*, de Monteiro Lobato (2010), escrita durante a Segunda Guerra Mundial, cujo enredo apresenta uma provocação e uma metáfora de como o mundo poderia ser reformado para se tornar um lugar melhor para se viver; *Ordem, sem lugar, sem rir, sem falar*, de Leusa Regina Araújo Esteves (2010), que conta a história de um menino no ambiente opressivo das ruas durante o período da ditadura militar, no Brasil, durante a década de 60; *O gênio do Crime*, de João Carlos Marinho (2009), no qual um grupo de adolescentes busca desvendar o segredo de uma fábrica clandestina de figurinhas, refletindo traços da modernização e da industrialização da década de 70; ou ainda, *Antes que o mundo acabe*, de Marcelo Carneiro Cunha (2008), no qual um pai tenta reconstruir a sua relação com o filho, ao mesmo tempo que expõe uma reflexão sobre a globalização em meados dos anos 2000.

Outro exemplo da lógica temática legitimada pelo PNBE são as narrativas de suspense e mistério. A importação de temas e produtos da indústria cultural norte-americana, somada à produção de livros não necessariamente formativos e pedagogizantes, segundo Lajolo e Zilbermam (2004), favoreceu o fortalecimento na literatura juvenil tanto dos enredos policiais, de suspense e os de ficção científica, desde a década de 70. Essa influência permanece presente, sendo impulsionada por elementos atuais, como em *Contos clássicos de vampiro*, organizado por Bruno Lins da Costa (2012), que reúne textos de diferentes autores europeus sobre o mito do vampiro (assunto que faz bastante sucesso entre os jovens, dada à assimilação com a saga do best-seller *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, 2008), ou ainda *Histórias de mistério*, de Lygia Fagundes Telles (2011), que reúne contos que mesclam o inexplicável e o fantástico a uma realidade possível a nós mesmos diante das perdas da vida, a perda de um sonho, de uma pessoa amada.

Um elemento de renovação literária e legitimada pelo PNBE para esse cânone contemporâneo destinado aos jovens leitores surge nas narrativas que inserem os personagens em um viés psicológico pela busca da identidade. Geralmente, esse esforço está associado a um reconhecimento das raízes familiares ou à compreensão de como determinadas situações sociais afetam suas vidas.

Sobre o processo de busca da identidade narrado, também, como tendência em diversas obras do PNBE Literário 2013, compreendemos que é reflexo tanto da faixa etária a qual os livros destinam-se, a adolescência, fase de transição e de questionamento dos valores, comportamentos e visões de mundo da infância a caminho da fase adulta. Soma-se a esse período o reflexo da fragmentação oriunda das diferentes formas de ser e estar no mundo contemporâneo e globalizado. Na explanação de Hall (1998) sobre as expressões identitárias do sujeito moderno, “as velhas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 1998, p. 7), ou seja, o indivíduo moderno não é o mesmo que estava pautado há tempos atrás na ideia de *mesmidade*, de uma identidade permanente, pelo contrário, o processo de construção de sua identidade acontece em um trânsito contínuo de formações e transformações, entre o local e o global (HALL, 1998). Obras como *Nina*, de David Ausloos (2012), que surgem da indagação da protagonista - *quem sou eu?* - e segue um percurso poético em busca de respostas pelo mundo afora ou *O mundo de Camila*, de Márcia Azevedo Canto (2011), na qual uma jovem inicia uma reflexão sobre sua vida e o seu cotidiano em um momento em que se vê sozinha, enquanto uma faxineira limpa sua casa, são exemplos de como as personagens empregam um esforço no processo de autoidentificação e de reflexividade sobre as realidades, conscientizando-se de que a construção de si passa pela leitura crítica dos pluralismos sociais e culturais dos quais fazemos parte.

Esse trânsito entre o local e global também está inserido no próprio processo de criação literária. Segundo as pesquisadoras Lajolo e Zilberman (2004), a literatura infantil e juvenil nas décadas que se passaram deparou-se com, pelo menos, dois tipos de competidores: a elitização da cultura que colocou a literatura infantil e juvenil, enquanto gênero, em um lugar menor, mas ainda assim capaz de capturar leitores e consumidores e, por outro lado, o consumo e a industrialização da cultura de massas, que influenciaram os hábitos intelectuais, sobretudo, do homem urbano. Diante disso, aliar os interesses dos leitores e editores à indústria cultural pareceu imprescindível para ampliação desse setor cultural e literário, fatores que refletem na produção do cânone pelo PNBE.

Para a socióloga Tânia Pellegrini, em seu ensaio sobre *A literatura e o leitor*

*em tempos de mídia e mercado*⁴², as diferentes técnicas de criação e circulação literárias modificam a produção de literatura, seus modos de fruição e suas definições enquanto prática social e humana, e nesse “quadro contemporâneo, a mediação entre livro e leitor é efetuada por todos os artifícios permitidos pelo casamento entre mídia e mercado”. Um livro com a figura na capa de um personagem famoso da novela, por exemplo, pode ser mais rentável e atrativo do que um autor ou título consagrado pela história e crítica literária. Por exemplo, no PNBE Literário 2013, há livros que conseguiram unir esses interesses, tornando-os mais atraentes às vistas dos jovens leitores, como *A invenção de Hugo Cabret*, de Brian Selznick, publicado originalmente em 2007, adaptado para o cinema em 2011 e selecionado no PNBE em 2013 ou, ainda, o título *O pescador de Ilusões*, de Marcelo Yuka (2012), que apresenta uma adaptação literária para os quadrinhos de umas das letras de música mais tocadas pelas rádios populares do país.

Outro agente influenciador da legitimação do cânone pelo PNBE são as adaptações literárias para as histórias em quadrinhos. Se até então essa possibilidade era pouco explorada, no PNBE Literário 2013 foi bastante utilizada para articular o desafio de manter obras e nomes considerados representativos da história literária nacional e estrangeira em releituras para o jovem leitor da atualidade, imerso cada vez mais em uma cultura visual. *O Quinze*, de Rachel de Queiroz (2012), entre outros títulos citados na seção anterior deste trabalho, figuram essas adaptações e que unem três interesses: da perpetuação de cânones (que interessa tanto ao perfil do plano nacional literário, quanto ao dos avaliadores), do público leitor atraído por essa linguagem e do movimento crescente do mercado editorial para esse tipo de publicação⁴³.

Os quadrinhos, pelo PNBE, estabelecem uma relação dialógica entre obras, por vezes, distantes do interesse dos jovens leitores e as aproximam pela linguagem visual e atraente dos quadrinhos, produzindo uma outra obra, que não é mais a original, tampouco uma obra despreendida de suas referências; a intertextualidade está explícita, servindo até mesmo como despertar para a leitura da obra original. Na fala de uma das coordenadoras substitutas do departamento de seleção de obras do

⁴² O ensaio encontra-se disponível no sítio Memória de Leitura, desenvolvido pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp. O ensaio não possui data de publicação, contudo, está disponível em:

< <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio22.html>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

⁴³ Em 2009, por exemplo, a Cia. Das Letras, umas das grandes editoras brasileiras lançou o selo editorial *Quadrinhos na Cia.*, para publicação exclusiva de literatura em quadrinhos.

PNBE: “O papel do apelo visual, a figura, é algo que atrai demais a criança, é uma forma de ela se interessar para a leitura por um outro formato”, diz Cecília Correa Sampaio, citada por Ramos (2012, p. 225), ou seja, como se a aproximação e a interligação entre os códigos verbal e visual produzidas pelos quadrinhos resultassem em um outro nível de comunicação e de conhecimento para o leitor, próprio do gênero.

Outro elemento a ser considerado no engendramento de seleção do PNBE é o leitor. Se desde sua segunda gestão, o programa literário vem progressivamente investindo para que sejam considerados temas e linguagens que mais se aproximem do público jovem, o PNBE Literário 2013 manifesta o papel que a leitura exerce para construção de subjetividades e da identidade singular. A antropóloga Michele Petit (2009) relembra que a interpretação de que a leitura contribui para a construção de si não é nova, porém ganha novos traços na contemporaneidade:

Se tal contribuição da leitura para a descoberta ou para a construção de si não é nova, ela ganha destaque particular nestes tempos em que, bem mais do que no passado, cabe a cada um construir sua própria identidade. Até pouco tempo atrás, a identidade decorria em grande medida de uma linhagem familiar e de um sentimento de pertencimento étnico, religioso, social. [...] Hoje, cada um deve construir sua identidade e experimentar, bem ou mal, na busca de sentido, valores, referências, lá onde os limites simbólicos não existem, com todos os riscos que isso comporta, particularmente na adolescência. (PETIT, 2009, pp. 11-12).

A noção de uma identidade singular funda-se, geralmente, sobre uma exclusão e conflito, entre aquilo que é meu contra aquilo que é do outro. Dessa forma, a leitura poderia ser o espaço de encontro e abertura a novas sociabilidades, o que não deixa de ser uma das intencionalidades do PNBE.

A seleção do PNBE Literário 2013, ainda que tenha um recorte sociocultural limitado, demonstrou um esforço nessa corrente em que a literatura e o compartilhamento de histórias lidas e contadas poderiam servir como um campo aberto de possibilidades ou gerador, às vezes, de um “sentimento de que os pertencimentos podem ser mais flexíveis” (PETIT, 2009, p. 12). Considerando, como descreve Petit, que nas sociedades tradicionais os jovens reproduziam muito da vida de seus pais, hoje:

As mudanças demográficas, a urbanização, a expansão do trabalho

assalariado, a emancipação das mulheres, a reestruturação das famílias, a globalização da economia, as evoluções tecnológicas etc., evidentemente desordenaram tudo isso. [...] A juventude simboliza este mundo novo que não controlamos e cujos contornos não conhecemos bem. (PETIT, 2009, p. 16)

A leitura, em uma política literária como o PNBE, reflete essas mudanças. Não à toa, por exemplo, há um número expressivo de obras que tratam da questão do abandono e da separação dos pais, das mazelas e violências de algumas cidades brasileiras, pela perspectiva do jovem, que ao mesmo tempo realiza um processo de despertar para uma consciência individual e coletiva. Em *O outro passo da dança*, de Caio Riter (2010), título presente no PNBE Literário 2013, três amigos adolescentes desde a infância se deparam com a urgência de aprender a lidar com a dor e com o amadurecimento diante de um encontro trágico de um deles com uma bala perdida. Essa obra exemplifica que o pensamento seletivo do programa caminha para que a literatura possa ser uma possibilidade para que o jovem exercite o pensamento sobre determinado contexto social, um exercício de autonomia.

A noção de que a literatura também possa servir como um espaço de permissão ao sonho e à imaginação está inserida na lógica do PNBE Literário. Exemplo disso são as obras *Ana e Pedro*, de Vivina de Assis Viana e Ronald Claver (2009), publicado pela primeira vez na década de 90, de dois jovens de classe burguesa que trocam cartas e, em comum, compartilham expectativas, ternura, laços afetivos que se estreitam à vontade de conhecerem-se pessoalmente ou *O mar e os sonhos*, de Rosena Murray (2011), com versos livres e poéticos sobre a relação do eu lírico com diferentes elementos do universo marítimo. Petit (2009) defende que a pluralidade que está em jogo na leitura é bastante significativa no período da adolescência e da juventude, pois permite sonhar e elaborar um mundo próprio, principalmente em meios socialmente desfavorecidos em que, por vezes, só é apresentada a importância de uma leitura *útil* (PETIT, 2009, p. 20).

Na trilha inversa, saindo do leitor para a autoria do PNBE, o programa movimenta uma importante contribuição para manutenção e inclusão de novos nomes no cenário literário. A escolha ora faz perpetuar nomes do período pré-modernista e modernista que parecem inabaláveis (como Monteiro Lobato, Guimarães Rosa, Machado de Assis, Clarice Lispector), ora insere nomes de autores que representam uma fatia considerável na publicação de livros infantis e juvenis na atualidade, como é o caso de Marcos Bagno, autor e professor universitário,

contemplado no PNBE 2013 com seis títulos diferentes (entre autoria, adaptação e tradução), e a autora e roteirista Rosana Rios, também selecionada com seis títulos diferentes.

Essa lógica nos faz pensar em uma espécie de padrão para construção do cânone: um centro com os mesmos autores pré-modernistas e modernistas e uma órbita variante com espaço para escritores contemporâneos, sobretudo, professores universitários, geralmente, de mesma classe social, representando elementos da cultura ocidental. Nesse processo, em comum, a autoria reflete nomes que reverberam e são legitimados em diferentes esferas discursivas – desde o meio acadêmico (com indicação para obras obrigatórias para os vestibulares, leitura e pesquisa nas universidades, fragmentos de obras em livros didáticos), passando pelo mercado editorial (que não esgota em lançar reedições com capas, cores e formatos diferenciados para a mesma obra e mantendo-a em destaque nas estantes das livrarias), além das adaptações para os meios audiovisuais, como animações, filmes e até novelas para televisão.

Se existe um padrão autoral no engendramento do cânone, levantamos o questionamento: quais retratos esses autores constroem a partir dessa perspectiva? Pela dimensão dos acervos e o tempo destinado a essa pesquisa não seria possível analisar a fundo todos os personagens, mas, para iniciar essa reflexão, podemos considerar um exemplo de um dos autores contemporâneos citados acima, Marcos Bagno. Observamos alguns elementos principais nas sinopses de sua autoria ou obras traduzidas, como as aventuras de um garoto órfão; o diário de um homem que “anda com a cabeça nas estrelas, os pés na felicidade e a alegria dentro do coração” e que aprende a transformar o ódio em tolerância (em *O cara*, 2009); um flautista que se diz enfeitiçador de ratos e acaba por, supostamente, enfeitiçar as crianças de um vilarejo; uma árvore que sente e vive o crescimento da cidade e as consequências da urbanização; poemas que exploram as possibilidades e as descobertas da linguagem e de olhares para o mundo com sensibilidade e reflexão.

A tendência retratada pelo autor demonstra não mais uma personificação de objetos ou animais de forma infantilizada; a poesia não como evasão da realidade, mas em contato com ela para produzir novos olhares e pensamentos sobre o mundo, o concreto e o abstrato, a natureza e a sociedade convivendo em uma relação imbricada de ações e consequências. O novo cânone, produzido pelo PNBE Literário, pode ainda estar longe da totalidade da pluralidade brasileira, mas, sem

dúvida, está mais próximo de chegar ao leitor e dialogar com os processos subjetivos que fazem parte desse período da juventude.

Outra questão pertinente a se pensar, partindo da provocação de Michele Petit (2009), é se seriam os cânones “os grandes textos supostamente edificantes, desse ‘patrimônio comum’, como dizem, espécie de totem unificador em torno do qual seria sensato que nos uníssemos”? (PETIT, 2009, p. 18). Pela visão da política pública do PNBE, podemos afirmar que sim. Para além de traçar parâmetros literários, os acervos cumpriram essa tentativa de unir, de norte a sul do país, correntes de pensamento, do imaginário e literárias. Um bloco comum a todas as bibliotecas e unidades escolares, independentemente de suas singularidades.

Em seu artigo intitulado *A agenda básica do Estado Liberal* (2002)⁴⁴, Maria Regina Nabuco trata das questões que envolvem eficiência x equidade nas ações do Estado. Segundo a autora, o “Estado Nacional – por seu tamanho, distanciamento da população, falta de transparência, rigidez – é considerado ineficiente na alocação dos recursos arrecadados” (NABUCO, 2002, p. 64). Essa totalidade que aspira os acervos do PNBE talvez seja muito improvável que se consiga atingir nesse formato até então realizado, justamente pelo distanciamento das especificidades de cada perfil tanto dos leitores, quanto do espaço de leitura de cada escola, pela rigidez com a qual um edital formado por uma única banca consiga atender, por exemplo, aos escritores da região na qual o acervo destina-se e falta de transparência pelos critérios de seleção.

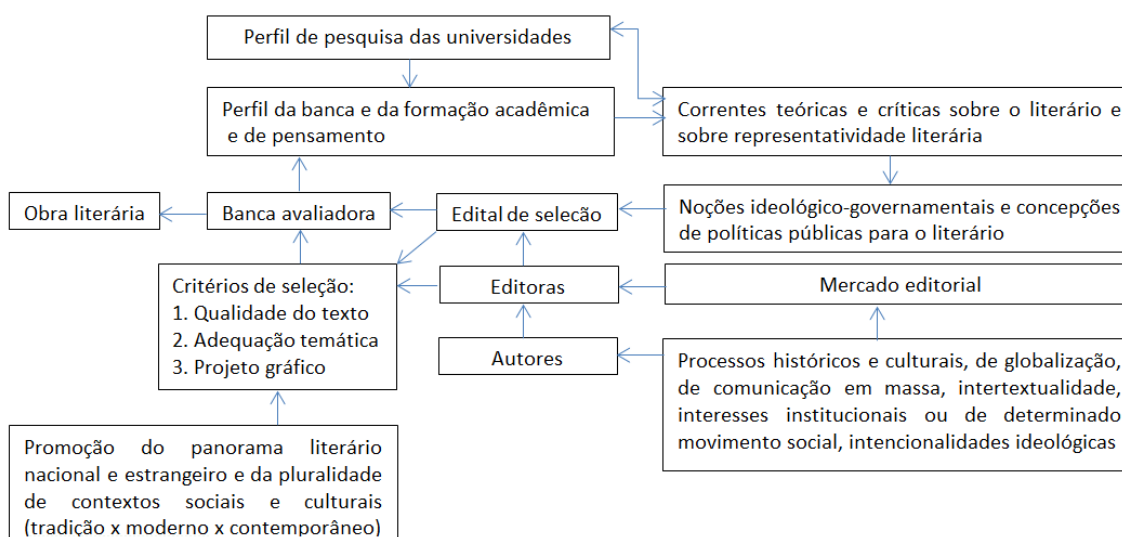
O processo de legitimação de um livro sempre irá esbarrar em uma fronteira silenciosa onde nem todos se sentem representados. Outro ponto levantado pela autora e que cabe ressaltar diz respeito à falta de preparo dos Estados pobres ou em desenvolvimento ao quererem afirmar a identidade de seus cidadãos como Estados-Nação, pois, não estando preparados para situar-se em meio aos fluxos de informação, tornam-se suscetíveis aos fluxos globais em contrapartida aos recursos locais, isto é, como é possível estabelecer um corpo literário que represente uma Nação diante dos contrastes das realidades locais fragmentadas, em constante conflito de afirmação e reconhecimento pelo Estado, pelos circuitos de comunicação e informação globais?

Pensar a produção do cânone brasileiro pelo PNBE Literário é adentrar uma

⁴⁴ Artigo publicado na obra (MARQUES; VILELA (orgs.), 2002)

teia na qual disputam interesses e intencionalidades complexas, pois, se por cânon entende-se o modelo estético, atribuído a um valor supostamente universal e isolado de seu circuito de trocas e contextos para que esse estatuto seja alcançado, por diversidade entende-se um conjunto variado, plural, de culturas, de linguagens, de formas de fazer literatura, indissociável, portanto, do emaranhado histórico e social no qual está inserido. O fato é que, ao reconstruirmos e analisarmos o processo de seleção do PNBE 2013, notamos quais agentes movimentam e influenciam esse campo literário, em síntese, na figura a seguir.

Figura 7 - Campo de legitimação da obra pelo PNBE Literário 2013



Fonte: Autora (2019)

Essas imbricadas relações, como ilustra a figura 7 e a pesquisa até o presente momento, demonstram uma parcela do agenciamento de forças simbólicas que atuam para que as obras dos acervos acabem sendo produtos culturais promovidos pelo PNBE, isto é, como o estatuto do cânone é produzido pelos diferentes agentes de campos e interesses articulando-se e movimentos concepções e sentidos, atravessado por situadas historicidades. Nesse sentido, fica ainda mais evidente que a obra considerada exemplar para fazer parte da formação do imaginário literário nacional faz parte de constructos discursivos não universais.

Na representação do gráfico, ao centro, encontra-se o edital de seleção, que foi considerado como ponto de partida para toda análise. Ligados diretamente a

esse documento estão as editoras e os autores, com setas que direcionam o movimento desses dois agentes em adaptação às regras contidas nos editais. Autoria e seleção intermediadas pelas editoras representam os vínculos institucionais que permeiam a escolha. Editoras e autores também buscam uma identidade literária a partir de influências de processos históricos e culturais, movimentos sociais, interesses de mercado ou ideológicos não são neutros em meio ao processo. Ao mesmo tempo em que o edital de seleção determina os critérios de seleção, também cabe às editoras (e não à autoria) observar se o texto literário encaixa-se nessa forma, que procura promover um panorama literário nacional e estrangeiro entre obras da tradição literária, moderna e contemporânea.

Após o processo de triagem do edital de seleção, cabe à banca avaliadora, influenciada pelos critérios de seleção propostos e pelo perfil de formação acadêmica acerca do literário, definir quais obras estão de acordo ou não com as regras de legitimação. Percebemos que autoria e obra literária estão nas pontas (inferior e esquerda) deste processo, sendo atravessadas pelos fatores apresentados. O perfil acadêmico e as correntes teóricas e críticas sobre o literário direcionam-se também à produção das políticas públicas de promoção da literatura, pois influenciam diretamente as concepções propostas nos editais de seleção. Portanto, o edital de seleção é alimentado por um determinado viés de pensamento que produz suas regras, determina sua banca de avaliadores e seleciona suas obras de interesse em um percurso cíclico.

A obra literária no PNBE, portanto, representa os interesses de um mercado editorial, aliados aos processos culturais e históricos de produção e autoria do panorama literário, desde que aceitos pelos parâmetros teóricos, críticos e políticos da banca avaliadora em consonância com a proposta do governo.

Logo, essa mecânica de seleção do cânone diz respeito às relações de poder dos agentes que movimentam o campo literário, que privilegiam e atribuem valores a determinados autores, gêneros, obras, etnias, grupos sociais, sexualidades, em desprezo a outras, espaço ou um território contestado, como afirma Dalcastagné (2012), sobre quem escreve e sobre quem se escreve ou, ainda, no conceito de Bourdieu (1996), um monopólio sobre a legitimidade literária, ou seja, “o monopólio do poder de dizer com autoridade quem está autorizado a se dizer escritor (etc.) ou mesmo a dizer quem é escritor, [...] ou, se se prefere, o monopólio do poder de consagração dos produtores ou dos produzidos” (BOURDIEU, 1996, p. 256) que,

segundo o autor, organiza-se na oposição entre autonomia e heteronomia aural. Analisaremos, portanto, na próxima seção deste trabalho, como as relações desse poder simbólico estão refletidas na representação do PNBE 2013.

3 UM PROJETO DE REPRESENTAÇÃO E DE RELAÇÕES DE PODER

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?

(Michael Foucault)⁴⁵

A provocação de Foucault, inscrita em *A ordem do discurso* (1996), reflete a nossa inquietude diante do processo de seleção e legitimação literária do PNBE. Deslocando a indagação para o nosso contexto, qual seria o perigo dos projetos literários que ecoam nas estantes das bibliotecas e reverberam nas mãos dos leitores em formação, corroborando para construção de determinados imaginários coletivos? Apoiando-se na hipótese de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 1996, pp. 8-9), que maquinam pelos seus próprios interesses e dominam até mesmo o aleatório, nos interessa pensar, nesse ponto, sobre os acervos e os discursos literários no PNBE, pois também foram controlados, organizados e produzidos, disseminando interesses e poderes de uma cultura literária hegemônica. A produção do discurso, para o PNBE, implica a vontade de institucionalizar o que é legítimo dentro do campo literário, trata-se, como nos ajuda a compreender o pensamento de Foucault, de que “na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1996, p. 20). Nessa proposição, essa seção pretende ler criticamente quais projetos de representação e de poder estão em disputa no espaço do PNBE Literário, a partir das concepções dos documentos oficiais e do perfil das obras levantados nas seções anteriores deste trabalho.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, que também servem de base para os processos de escolha das obras, pois se alinham tanto ao MEC como à Secretaria de Educação Básica, o texto literário é uma forma de representação e estilo, em que a força criativa da imaginação e a intenção estética dialogam para criação literária:

Como representação - um modo particular de dar forma às experiências humanas -, o texto literário não está limitado a critérios de observação fatural (ao que ocorre e ao que se testemunha), nem

⁴⁵ In: *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996, p. 8).

às categorias e relações que constituem os padrões dos modos de ver a realidade e, menos ainda, às famílias de noções/conceitos com que se pretende descrever e explicar diferentes planos da realidade (o discurso científico). (BRASIL, 1998. p. 26)

A representação⁴⁶, nessa perspectiva, não é cópia do real, menos ainda descrição de fatos. Poderia ser entendida então como potência criativa e que está do lado oposto de uma concepção platônica, a qual coloca o mundo como ícone (DELEUZE, 2015, p. 267), isto é, modelo do qual derivam representações ou cópias. Pelo contrário, a concepção dos PCNs aproxima-se do desdobramento da imaginação e da semelhança, como sugere o conceito de Foucault, em *As palavras e as coisas* (1999), no qual a episteme da relação entre significado e significante inaugura uma esfera movediça para estabelecer suas medidas e identidades de representação (FOUCAULT, 1999, p. 94), um signo liberto de sujeições e uma nova relação com a imaginação: “sem imaginação não haveria semelhança” (FOUCAULT, 1999, p. 95).

O termo *representativo* surge como um dos critérios principais de seleção das obras, a partir do edital de 2005 (BRASIL, 2005), justificado e conceituado como:

Tendo em vista a diversidade do fazer literário, a representatividade das obras é um fator relevante na análise. Os títulos devem ser representativos de diferentes propostas e programas literários – desde aqueles que já firmaram uma tradição e conquistaram o reconhecimento de diferentes instâncias da instituição literária, àqueles que rompem com esta tradição e propõem – contemporaneamente – novos modelos e princípios para a produção literária. (BRASIL, 2005, p. 14)

Pela ótica do PNBE Literário, a ideia de representatividade está associada aos programas literários, sejam eles instituídos ou aqueles que procuram romper a tradição literária, em uma proposta de promover modelos da instituição e do fazer literário, mas, sobretudo, representativo como aquele que se destaca diante de uma proposta. O mesmo termo representatividade é conceituado pelo dicionário Houaiss (2009) como “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome”. Este segundo significado, exposto pelo dicionário, aproxima-se da

⁴⁶ Alguns comentários e análises sobre a representação literária no PNBE foram apresentados e publicados pela pesquisadora no VI Encontro Internacional de Estudos Literários (EIEL), na Universidade de Brasília (UNB), em setembro de 2018, como desenvolvimento dessa pesquisa.

relevância para a qual o termo tem sido reivindicado por diferentes grupos sociais na atualidade, sobretudo, pelos grupos considerados marginalizados, sendo esses grupos:

[...] entendidos, em sentido, amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva, que recebe valoração negativa na cultura dominante – que sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério (WILLIAMS, 1998 apud DALCASTAGNÉ, 2012, p. 17)

Nesse sentido, a intersecção entre os documentos oficiais e a produção literária do PNBE não necessariamente dialogam para um mesmo sentido no que tange ao controle do discurso, isto é, se por um lado há uma abertura literária e até mesmo política para novos princípios do fazer literário que possam romper com o tradicionalmente estabelecido, por outro, não há um aprofundamento sobre quem poderia falar sobre quem ou, ainda, sobre a possibilidade de direito à fala também de grupos sociais, frequentemente, silenciados. Tarefa que coube principiar, pelo que apontam os dados levantados nessa pesquisa sobre o histórico de ações do PNBE, ao PNBE Temático, resultante da parceria fundamental com a SECADI⁴⁷.

Dalcastagnè (2012) amplia a questão sobre esse lugar da fala na literatura, ou seja, de “quem fala em nome de quem” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 17), de que o silêncio dos grupos considerados *minorias* está sobreposto por um monopólio de outros grupos dominantes, a que são atribuídos o reconhecimento social e de seus discursos, trata-se da “possibilidade de ‘falar com autoridade’, isto é de que o discurso tem valor e, portanto, merece ser ouvido” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 19). Essa hierarquia literária percorre todos os outros campos discursivos, segundo a autora, sendo mais uma reprodução sobre as disputas de centralidade do domínio discursivo, como explica Foucault (1996).

É possível ver alguns nomes representativos de outras literaturas e grupos sociais nos acervos destinados ao ensino Médio, no mesmo ano do PNBE Literário 2013, como, por exemplo, Ondjaki (escritor angolano), Lande Onawale (pseudônimo

⁴⁷ A SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) criada com o objetivo orientar políticas públicas educacionais em articulação e integração com a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais e públicos de ensino (incluindo a EJA, a educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação do campo e especial) foi extinta por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Atualmente, passam a atuar duas pastas distintas: a Secretaria de Alfabetização (SEALF) e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP).

de Reinaldo Santana Sampaio, escritor baiano), Maria Alexandre Dáskalos (poetisa angolana)⁴⁸. O que nos faz entender que o critério representatividade, especialmente, acerca da autoria, não é um princípio literário para os leitores em formação dos anos finais do Ensino Fundamental.

Essa hipótese fica evidente na publicação do edital de seleção⁴⁹, publicado no final de 2018 para retomada de aquisição de acervos literários pelo MEC. Ficando suspenso de 2014 a 2018, o PNBE passou a ser incorporado no final de 2018 ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático, intitulado agora PNLD Literário⁵⁰. No atual documento, para a etapa do Ensino Fundamental, espera-se que as obras estimulem suas “potencialidades multissemióticas” (BRASIL, 2018, p. 30), além de expandir “o repertório de gêneros literários e de temas, possibilitando que os estudantes entrem em contato com textos que rompam com seu universo de expectativa” (BRASIL, 2018, p. 30). Enquanto para o Ensino Médio, é explicitamente colocado que:

As obras literárias devem, então, alargar o contato com diferentes gêneros e estilos dos mais diversos/as autores e autoras que podem ser contemporâneos/as, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses/as, africanos/as e de outros países. Isso implica que as obras devem aumentar a representatividade das variedades da língua portuguesa e de diversidade no que tange à autoria (expressiva quantidade de autoras mulheres) e no que tange ao contexto de produção (devem ser apresentadas obras, por exemplo, de autores/as africanos/as). (BRASIL, 2018, p.30)

Essa citação evidencia o que está cada vez mais em jogo quando se fala de representação na literatura: as diferentes perspectivas sociais. Nas palavras de Dalcastagnè: “não é mais simplesmente o fato de que a literatura fornece determinadas representações da realidade, mas, sim, que essas representações não são representativas do conjunto de perspectivas sociais” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 16). Nesse sentido, e considerando o mais novo documento de seleção de obras citado acima, dois caminhos são apontados: primeiro, de que há uma fala de

⁴⁸ PNBE Literário 2013 - Acervo Ensino Médio (BRASIL, 2013b).

⁴⁹ O edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias - PNLD 2018 literário foi realizado pelo MEC, em parceria com o FNDE e a SEB (BRASIL, 2018).

⁵⁰ Fato é que o último discurso oficial sobre políticas literárias deu sinais no final da última gestão vigente (muito provavelmente para fazer uso de verbas destinadas para essa finalidade e que ficaram suspensas por, pelo menos, três anos) apontou para um possível novo campo de visão acerca da representatividade, mas vinculando seu projeto literário ao programa do livro didático, isto é, voltando o olhar para a literatura didatizante.

ampliação de diversidade tanto autoral (explicitamente citada a inclusão de autoria feminina), quanto de contextos de produção; segundo, de que esse alargamento e contato com variedades representativas da literatura de língua portuguesa continuará sendo foco apenas da última etapa da educação básica⁵¹.

A ausência de determinados grupos não é exclusiva de determinado segmento da educação, como o recorte que estamos estudando dos anos finais do ensino fundamental em 2013, muito menos do campo literário. Dalcastagnè (2012) enfatiza que “as classes populares possuem menor capacidade de acesso a todas as esferas de produção de discursiva” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 19), da mídia ao ambiente acadêmico, o que traduz as lutas sociais e produz uma certa censura social atribuída aos seus discursos. Como explica Foucault (1996), há princípios sobre o controle discursivo, sendo o primeiro deles a interdição, ou seja, sobre quem ou que se tem o direito de dizer em certa circunstância: “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Essa complexidade é refletida nos acervos do PNBE Literário 2013, ao identificarmos um perfil de obras no qual as mulheres, as comunidades periféricas, os indígenas, os negros, a população do norte e do nordeste ainda têm pouco espaço de fala – seja em relação à autoria, ao protagonismo ou à relevância na trama. Isso não significa que não foram representados de nenhuma forma na literatura, mas que há um segundo princípio operando (FOUCAULT, 1996) depois da segregação, a rejeição. Ribeiro (2017) aprofunda e problematiza o *lugar de fala*, afirmando que não necessariamente o lugar social que se ocupa garante uma consciência crítica e discursiva sobre ele, porém “faz ter experiências distintas outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 71), os discursos e saberes “produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2017, p. 77).

Provavelmente, Carolina Maria de Jesus seja o maior nome desse contra

⁵¹ É justamente nessa etapa do ensino, no Brasil, que os índices de jovens matriculados nas escolas caem significativamente. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em sua pesquisa *Education at a Glance 2018*, somente 69% dos jovens entre 15 e 19 anos estão matriculados na educação, quando a média dos demais países membros da organização aponta para 85%. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018/brazil_eag-2018-73-en#page1>. Acesso em: 22 jan. 2019.

discurso no PNBE Literário 2013, primeiro por não estar destinada ao acervo de obras de referência e estando em um acervo institucionalizado como literário reconhece sua obra como tal; segundo por sua legitimidade no campo de fala. É uma autora periférica emprestando sua voz e perspectiva crítica sobre todos os tipos de fome, no sentido literal e figurado, vivenciados na periferia de São Paulo.

A vontade de verdade e a segregação da palavra há séculos estão autorizadas na sociedade. Se por um lado quem pode ou não falar ainda encontra espaços de deslocamento e rupturas, a busca pela verdade aponta ser, nas palavras de Foucault, mais profunda e incontornável (FOUCAULT, 1996, p. 19). O que está em jogo no discurso de verdade é o desejo e o poder. Sobre o terceiro princípio, a oposição do verdadeiro e do falso, da disputa sobre a vontade de verdade, Foucault cita que essa vontade de verdade, bem como outros modos de exclusão, apoiada sobre um suporte e distribuição institucional, como a pedagogia, o sistema dos livros, uma condução de como o saber “é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Mas o que esse discurso de vontade de verdade, ao pensarmos no PNBE Literário 2013, afirma? Que a voz do jovem que pensa sobre sua própria vida e sobre seu cotidiano está, sobretudo, no espaço urbano, representado pela perspectiva autoral masculina do sul e sudeste. À cultura indígena, por exemplo, coube o reconhecimento das histórias representativas de um imaginário popular como histórias sobre lobisomem, botos que fazem parte da antologia de *Contos Folclóricos*, de Herberto Sales (2012), escritor baiano e membro da Academia Brasileira de Letras, ou *Contos e Lendas da Amazônica*, de Reginaldo Prandi (2011), renomado sociólogo paulista, que traz - além das histórias sobre a mitologia dos povos da Amazônia - um apêndice com “um retrato sintético e objetivo da região, fornecendo dados atualizados de seus três principais aspectos: a floresta, o rio e o homem”⁵². Há duas percepções importantes a serem consideradas: a importância de esses livros estarem presentes, principalmente, a obra de Prandi com informações e questões recentes de um recorte regional praticamente excluído do PNBE Literário, e a outra que fica evidente que ainda falta o reconhecimento da autoria indígena, por sua própria visão de mundo.

⁵² Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=13085>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Essa questão sobre a importância das diferentes perspectivas narrativas fica nítida, por exemplo, ao lermos a obra *O mundo de Camila*, de Márcia Canto (2011), na qual uma garota, aparentemente de classe média que mora em um apartamento, com marcas de variantes linguísticas do sul do Brasil (como *bah*, *guri* e o uso do pronome *tu* para falar com o interlocutor) desce ao *playground* do prédio onde mora, seguindo as ordens da faxineira que trabalha na casa de seus pais, a personagem Leila. Descrita com um sentimento carinhoso por Camila, Leila “fala de um jeito engraçado e é muito séria” (CANTO, 2011, p. 9), além da faxina, também cuida da menina e cozinha para a família. É a própria Camila quem conta que a faxineira precisou ir embora de onde morava anteriormente por não ter dinheiro para comprar nada, “pagavam pouquinho pelas coisas que a família dela plantava, então veio para Porto Alegre” (CANTO, 2011, p. 9). Além de trabalhar na casa de Camila, a faxineira também precisa fazer comidas congeladas para completar a renda.

Ainda no enredo da obra, certa vez, em uma viagem para praia, Camila relembra que passaram “por um lugar assim bem feio e sujo, e a Leila disse que uns primos dela que moram lá. Eles juntam papel e latinha. Ela sempre junta o jornal lá de casa pra dar pra eles. É bem feio aquele lugar, eu não queria morar lá” (CANTO, 2011, p. 10). Depois desse episódio, Camila continua contando com bastante naturalidade, como quem senta para conversar com o leitor, refletindo sobre todas as outras diferentes pessoas que dividem seu cotidiano, amigos com diferentes religiões – budistas, judeus, espíritas, católicos – as rotinas, as relações com pais, as amigas consumistas “que só querem comprar, comprar” (CANTO, 2011, p. 12), as relações com sua família, inclusive sobre a visão política do pai, que pensa que “isso de ser comunista tá ultrapassado” (CANTO, 2011, p. 26) e da mãe, que pelo olhar da personagem é mais paternalista, “quando fica querendo cuidar de todo mundo” (CANTO, 2011, p. 12) e ensina que comunismo é como se fosse uma propriedade coletiva, na qual, por exemplo, é possível dividir os brinquedos porque é “tudo de todo mundo” (CANTO, 2011, p. 27).

O olhar e a fala leve e quase ingênua da personagem descrevem como ela vê as diferenças culturais e sociais a partir de seu lugar de fala. O lugar pobre é apenas *feio* e *sujo*, em uma visão externa, que transmite o não-desejo de fazer parte daquele lugar e não procura falar pelo outro, no lugar do outro. É nesse aspecto que contrasta totalmente, por exemplo, com a personagem de *Quarto de Despejo* (2013), na qual a narradora em primeira pessoa relata que:

Quando estou na cidade, tenho a impressão de que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão de sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2013, p. 36).

Esse exemplo intenciona demonstrar a diferença de diferentes narrativas sobre determinada realidade, é nesse contraste que surgem os questionamentos, a possibilidade do leitor se reconhecer ou não na ficção e de experimentar visões de mundo distintas.

Quando ocorrem essas escolhas, o PNBE deixa de impor uma verdade discursiva e de fato abre margem para o plural. Entretanto, a leitura crítica que fazemos é que narrativas a partir de outras geografias, para que esse debate diverso seja possível, ainda representam um número expressivamente pequeno, como levantado no perfil da seção anterior. E rememorando a pergunta da epígrafe desta seção, a resposta para o perigo das mesmas narrativas serem contadas pelas mesmas vozes é uma perda: da multiplicidade de pontos de vista e das perspectivas a partir de experiências sociais e culturais distintas.

A inclusão de obras que representem um contra discurso não pode ser traduzida para os acervos nacionais como mero exercício de tolerância, na qual um sentimento paternalista determina que devemos respeitar os diferentes cenários sociais, sob um olhar benevolente de tolerância da cultura hegemônica diante da identidade subalterna que deve ser respeitada. Uma leitura em profundidade de cada obra do PNBE Literário que trata das questões sociais, étnicas e raciais seria interessante em uma próxima pesquisa para tratar com mais propriedade essa questão. Contudo, pelo viés panorâmico que este trabalho intenciona, obras que tratam das relações étnico-raciais, sabemos, por exemplo, que nos acervos do PNBE Literário 2013 atingem, no máximo, 10% do total das coleções (ver seção 2.1).

Você é livre, de Dominique Torres (2012), é outro exemplo de como a narrativa pode protagonizar um movimento contrário ao olhar paternalista (não é um contra discurso propriamente autoral, pois foi escrito pela jornalista e ativista francesa a partir de seu trabalho em alguns países africanos), mas é um romance-reportagem, como apresentado pela contracapa do livro e que conta a trajetória de Amsy, um jovem que vive com sua família em situação de escravidão pelo povo

tuaregue no Níger, em pleno século XXI, e que ao se deparar com um homem desconhecido, é convidado para ter uma vida em liberdade na cidade. Da situação da possível venda de sua irmã para outro povo, da relação de sua mãe como ama de leite do filho do senhor que os escraviza à sua condição de escravo que é passada de geração em geração, a obra conta como a luta pela liberdade está muito além de qualquer esforço individual e representa a luta de todo um povo. O jovem passa a refletir até que ponto sua conquista de liberdade é válida se sua família continua refém da escravidão. Além do conflito social e pessoal, a narrativa também expõe um conflito ético e coletivo.

Outra característica das obras é a representatividade em relação ao gênero feminino. Apenas 1/3 das obras são de autoras e menos da metade das obras possuem protagonistas femininas (ver seção 2.1). Reflexo de uma sociedade na qual a desigualdade de gênero ainda parece querer impor o lugar de meninos e meninas. As aventuras para o universo feminino, neste recorte do acervo, envolvem a resolução de mistérios que modificarão a forma como as adolescentes entendem a realidade e suas próprias vidas, como em *A Mocinha do Mercado Central*, de Stella Maris Rezende (2011). Considerado um romance de formação, trata da construção da identidade de uma garota, de uma classe social menos favorecida, que vive em Minas Gerais. A personagem Maria Campos, ao completar 18 anos, tendo conhecido uma amiga fascinada pelo significado dos nomes das pessoas e nas possibilidades de cada nome representar uma personalidade diferente, decide conhecer mais o significado de seu próprio nome e de suas origens. Afinal, só possuía o sobrenome materno e nunca tivera notícias de seu pai.

A partir de então, a garota decide sair da casa de sua mãe para percorrer algumas cidades brasileiras, adotando em cada uma delas outro nome para si, o que significaria, também, outros modos de ser, pensar e sentir o mundo. Esse processo de construção da identidade da protagonista nos remete ao que discute Silva, em *Identidade e Diferença* (2014) sobre a produção da identidade pelas relações que a envolvem, considerando que ela não é uma essência, muito menos fixa ou definitiva. “A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas” (SILVA, 2014, p. 96).

É justamente nesse percurso de viver outras narrativas que a protagonista desconstrói e constrói outros referenciais sobre si e sobre o mundo. Como afirma Maria Campos, a experiência daria oportunidades de aprender coisas que “a pia

cheia de louça e a mãe sozinha não podiam ensinar” (REZENDE, 2011, p. 20). Embora a menina não sentisse falta de um sobrenome paterno, tinha interesse em saber qual seria o nome dessa figura misteriosa e qual o seu significado.

Ao longo da narrativa, além das questões sobre identidade e o abandono do pai, surgem outras como violência e abuso. A mãe da personagem, Bernardina, “a que é firme e resistente” (REZENDE, 2011, p. 27), conta, com um profundo desconforto, que Maria foi fruto de uma violência em um assalto a um ônibus que viajava de Belo Horizonte a São Paulo. “Eu fui profundamente ofendida, mas só eu sabia que *e/le* não era um moço tão cruel assim” (REZENDE, 2011, p. 17). Bernardina explica que o bandido, no ato do crime, foi obrigado a cometer o abuso, pois era isso ou seria morto pelo chefe da quadrilha. Foi um ato covarde, que ele pediu perdão por fazê-lo, mas o consumiu. Talvez como uma saída para esse ato trágico ou uma tentativa de suavizar o ocorrido o desfecho da obra apresenta um encontro entre Maria e Eugênio, o “nobre pelo nascimento” (REZENDE, 2011, p. 101), diretor de cinema com olhos verdes e que Maria imagina que poderia ser seu pai: “Imagina, seria mágico atuar no próximo filme dele” (REZENDE, 2011, p. 111), mas talvez essa história seja tão terrível, que a vida impeça de se concretizar.

A narrativa de *A mocinha do Mercado Central* (2011) explora a concepção do processo de instabilidade e de fragmentação da identidade do sujeito pós-moderno aliado ao processo de construção da juventude. A poesia heterônima de Fernando Pessoa em trechos da obra serve de inspiração tanto para a multiplicidade da personagem, como da percepção de que nós também somos formados por muitas narrativas. Contudo, se por um lado a obra é um exemplo de busca da personagem feminina para além de viagens introspectivas e melancólicas, por outro, há uma linha tênue entre a suavização do abuso e uma saída mágica para o desfecho da narrativa. Há de ler como criticidade esse desfecho em que o pai, que cometeu um ato de violência contra sua mãe, seja representado pelo homem de olhos verdes e, agora, próspero diretor de cinema para não fortalecer uma estética idealizada.

É a partir da observação e da análise do referencial que está presente no PNBE Literário que se pode perceber, da mesma forma, as ausências. Após o perfil panorâmico dos acervos, realizamos um mapeamento do Acervo 1 (BRASIL, 2013 - Acervo), como amostra do que tem sido ou não representado no programa literário. Do total de 60 obras ao menos 11 delas são de títulos já consagrados pela crítica

acerca da literatura estrangeira⁵³. Com exceção de *As mil e uma noites*, recontado por Carlos Heitor Cony (2012) e que apresenta a cultura árabe, todos outros títulos estão centrados na autoria e cultura europeias. Acompanhado de citações como “Nesta seleção de histórias o célebre autor busca as narrativas do ambiente rural russo para tratar com humor e ironia de questões humanas universais” (*A pedra na praça*, de Tolstoi, 2012), além das narrativas longas (com exceção dos contos) serem protagonizadas quase que majoritariamente por personagens masculinos, enquanto as histórias tradicionais brasileiras estão quase sempre associadas ao folclore, chegamos à conclusão de que temas nomeados *universais*, nesta perspectiva do programa, só podem ter voz por autores masculinos, estrangeiros. A questão não é disputar qual autor ou protagonista é mais ou menos universal, mas emergir e compreender que essa concepção não é inerente à obra, mas fruto de um processo de produção que envolve as relações sobre povos e culturas dominantes e dominados.

As tradições africanas, nessa amostra do Acervo 1 (BRASIL, 2013), são citadas em apenas duas obras⁵⁴. Em *Sortes de Villamor*, de Nilma Gonçalves Lacerda (2010), de acordo com a contracapa da obra, “Após um naufrágio, Branca é amparada por Ismê Catureba, que mantém uma casa de ‘acolhida, cura e predição’, e como, ao se cruzarem, suas vidas se modificam para sempre”. Branca é Blanche de Villemaur, de origem francesa e descendente de um Marquês de Villemaur, que é adotada por Ismê, mulher negra que luta para “manter vivas as tradições africanas (o calundu, o saber dos ventos e das ervas)”. O narrador é Caim, que revela um desfecho surpreendente pela luta e libertação de seu povo. O enredo é ambientado em Salvador, na Bahia, retratando identidades que são construídas coletivamente por meio das lutas e resistências.

As protagonistas femininas, no Acervo 1 (BRASIL, 2013)⁵⁵, exploram o mundo

⁵³ São eles: *A ilha do tesouro*, de R. L. Stevenson (2013); *A pedra na praça*, de Tolstoi (2012); *As aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain (2010); *As melhores histórias das mil e uma noites*, de Carlos Heitor Cony (2001); *Aventuras de Alice no subterrâneo*, de Lewis Carroll (2011); *Era uma vez à meia-noite*, contos recriados Edgar Allan Poe (2011); *Fritt-Flacc*, de Julio Verne (2013); *Os pequenos verdes e outras histórias*, de Andersen (2011); *O fantasma de Canterville*, de Oscar Wilde (2012); *Robin Hood*, de Louis Rhead (2011); *Viagem ao centro da Terra*, de Julio Verne (2012).

⁵⁴ São elas: *Aqualtune e as histórias da África*, de Ana Cristina Massa (2012) e *Sortes de Villamor*, de Nilma Gonçalves Lacerda (2010).

⁵⁵ Nas sequência, as personagens das obras: *Aqualtune e as histórias da África* (2012), *A mocinha do Mercado Central* (2011), *Filha das Sombras* (2011), *Nina* (2012), *O mundo de Camila* (2011), *Anita Garibaldi* (2013) e *Sortes de Villamor* (2010).

como forma de descobrir mistérios, geralmente, relacionados à origem familiar e possuem suas vidas transformadas a partir de então: Aqualtune busca as lendas africanas contadas por sua avó; Maria Campos viaja o Brasil vivendo personalidades diferentes e à procura de seu pai; Dora busca a razão pelo abandono de sua mãe e se descobre uma bruxa; Nina faz uma viagem pelo mundo para tentar responder a pergunta “quem sou eu?”; Camila repensa seu cotidiano enquanto espera uma faxina terminar em sua casa; outras protagonistas estão à frente de lutas que representam um povo, como Rosa, que é a protagonista do símbolo de resistência do apartheid; Anita é uma revolucionária que luta nas guerras armadas do Brasil e da Itália; ou Ismê, que resiste para construir um novo país no qual suas tradições sejam respeitadas. Ao que parece, habilidades para solucionar roubos e o desaparecimento de pessoas, em aventuras que mesclam aventura e suspense (tema recorrente com protagonistas masculinos) são protagonizados apenas em duas obras⁵⁶, por Tide e Pia. Essa comparação evidencia o quanto personagens femininas, embora minoria, estão envoltas por uma relação indissociável entre conflitos psicológicos X sociais.

No mapeamento das sinopses e críticas das obras sobram elementos misteriosos - bruxas, fantasmas, vampiros, roubos e desaparecimentos - que são desvendados por grupos de adolescentes, a reflexão sobre o cotidiano nas ruas do bairro e a caminho da escola, seres fantásticos personificados em eu-líricos poéticos, elementos do imaginário popular brasileiro, narrativas eurocêntricas que perpetuam por anos a questão do abandono familiar, angústias, medo, solidão e outros sentimentos que também perpassam a juventude, as relações de amizade, os valores éticos para formação humana e da vida adulta, construção e desconstrução de identidades, viagens solitárias ou em grupos de amigos que exigem coragem, a busca por respostas, a relação do homem com a natureza, o folclore brasileiro, as fronteiras entre ficção e realidade, autores consagrados pela crítica e pelas instituições literárias, alguns relatos de memória de situações de estados de exceção ou de conflitos sociais.

E quais as ausências? As autorias e os contra discursos das escritoras e escritores indígenas, suas histórias e saberes contados a partir de seus olhares, representando uma cultura não estereotipada nem estancada no tempo e no

⁵⁶ Respectivamente: *O caso do elefante dourado*, de Eliane Ganem (2012) e o *Desaparecimento de Katharina*, de Helen Grant (2012).

espaço; as narrativas escritas por mulheres e sua condição de ser e estar na sociedade ainda contaminada pelas práticas machistas; os sotaques e as variedades linguísticas das diferentes regiões do país; a cultura negra, sua estética, seus simbolismos e sua transversalidade cultural e política; a pipa, o asfalto e a terra das periferias brasileiras; os conflitos e as descobertas sobre as opções sexuais; as influências do mundo virtual nas relações reais no universo juvenil; as diferenças e os pontos de encontro étnico-raciais; a cultura para além do olhar ocidental; a comunidade e a cultura latino-americana, dos imigrantes e dos emigrantes; as comunidades caiçaras, ribeirinhas, os sertões para além do cordel; as escolhas políticas que causam assombros reais para além do imaginário de bruxas e fadas etc.

Enfim, se “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, P. 44), o PNBE funciona como esse sistema de ritualização da palavra, no qual contribui para qualificação e fixação dos papéis para os sujeitos que falam. Um plano literário nacional, portanto, é um suporte de sustentação e de distribuição dos diferentes tipos e apropriações dos discursos e que segue procedimentos internos “de classificação, de ordenação, de distribuição” (FOUCAULT, 1996, p. 21), que não geram uma seleção ao acaso de obras e autores.

Se o PNBE Literário, na atualidade, deixa de existir teoricamente (migrando para o PNLD), ainda está vivo e presente como objeto memorialístico e de novas construções no imaginário dos leitores em formação. Tomar consciência das presenças e das ausências, neste plano, é perceber os avanços literários e epistemológicos alcançados, e ainda assim, abrir caminhos para novas representações literárias e escolhas discursivas que promovam cada vez mais a igualdade e contemplem a diversidade.

3.1 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DO IMAGINÁRIO PELO PNBE LITERÁRIO

É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (...) se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.

(NORA, 1993, p. 13)

Os leitores são viajantes; circulam em terras alheias; são nômades que caçam furtivamente em campos que não escreveram.

(CERTEAU, 1980 apud PETIT, 2009, p. 27).

A este ponto da pesquisa, os escritos de Pierre Nora (1993), sobre memória, história e os lugares de memória, nos fazem tomar consciência de que ao mesmo tempo em que realizamos uma leitura crítica da trajetória do PNBE e de um acervo literário específico, questionamo-nos sobre sua reverberação no imaginário e da memória dos leitores. Segundo Nora (1993), memória e história são expressões antagônicas, contudo, enquanto carregam sentidos opostos, articulam-se em complementariedade. A memória é viva, afetiva, carregada por grupos vivos, em constante transformação, espontânea, vulnerável às lembranças e esquecimentos, portanto, presente “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p.9), arraigada no concreto e no objeto.

Enquanto a história é “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p.9), pertence a todos e a ninguém, funciona quase como um instrumento de deslegitimação de um passado vivido. Sendo assim, em um acervo do plano literário nacional coexistem tanto elementos de memória, fragmentos e matéria viva carregada e transformada pelos leitores a partir das obras da coleção, como funciona como um elemento de história, pois a seleção composta para formar o plano literário também exerce uma história possível, portanto predestinada à incompletude, dentro da história.

O PNBE Literário atua com um plano formador de uma consciência literária nacional e, como vimos pelo levantamento das três fases do programa, transita entre um ideal de obras consideradas clássicas pelos agentes de legitimação do campo a uma abertura à literatura contemporânea, sobretudo, para obras que, de fato, direcionam-se a um leitor juvenil, considerando, inclusive, as influências das diferentes mídias, intertextualidades e de outros gêneros. Se “a nação não é mais o quadro unitário que encerrava a consciência de coletividade” (NORA, 1993, p. 12), a identificação nacional passa a ser pensada a partir de um lugar social e coletivo, pelos jovens, mas ainda há ausências de lugares de fala dessa tentativa de representação da nação. Essa mudança não representa um abandono do programa de promoção de uma identificação nacional, mas, ao menos, pensou em considerar que a identidade nacional poderia caminhar para outras classes sociais, outros

períodos literários, outras linguagens, e passos ainda que tímidos, para outras representações.

Nesse sentido, o PNBE Literário torna-se uma memória transformada, ou seja, “vívda como um dever e não mais espontânea” (NORA, 1993, p. 14). E a medida na qual alguns cânones tradicionalmente e historicamente aceitos pela crítica, aos poucos, cedem espaço para o novo, para essa versão adaptada para outra linguagem, para as obras contemporâneas, sobretudo ao leitor juvenil, percebemos um movimento intencional do PNBE de estabelecer, ainda que timidamente, uma ponte entre o passado, o presente e o porvir da sociedade. Tanto as obras, bem como os espaços de leitura onde são socializadas (ou, pelo menos, deveriam ser) são lugares de memória, em três sentidos: “material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p. 21), pois possibilitam um jogo interativo entre a memória e a história, um espaço de resgate e projeção, ramificando quem escreve sobre quem, quem seleciona para quem, quem é o leitor ao qual está destinado. Nesse sentido, um acervo literário nacional não deixa de ser o registro de uma memória, sob o olhar historiográfico e crítico, alimentando uma outra memória – a do leitor e de seu imaginário, ou seja, é um lugar de memória público intelectualmente elaborado, reelaborado, implicando saberes e outras memórias.

É por meio dessas narrativas que os leitores vão compondo seus imaginários e constituindo suas memórias. Ainda sobre esse fenômeno, Polak elucida:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLAK, 1992, p. 2).

Ao perguntarmos para nossos jovens leitores nas escolas públicas ou para nós mesmos, recém-saídos desses espaços de formação, quais personagens estão inscritas em sua memória literária escolar? Quais obras nos lembramos que despertaram alguma identificação? Em quais textos literários nos sentimos representados, em nossa geografia, nossa classe social, nossa cor, nosso gênero, nossa juventude, nossa linguagem? Quais autoras e biografias recordamos ter lido nas salas de leitura? Temos a memória do livre acesso às salas de leitura? Nossa escola tinha bibliotecas e acervos literário? Quais versos, fragmentos, narrativas

recordamos de nossa juventude? Qual memória possuímos ao lembrar dos contos maravilhosos ou daqueles considerados clássicos? Quais personagens e enredos nos fizeram pensar sobre nossa realidade e sobre nossa nacionalidade? Não surpreendente deparamo-nos ou com respostas bastante homogêneas e com vazios. É, então, nesse momento, que começamos a entender que, para além de uma lembrança ou esquecimento individual, há uma constituição de memória permitida coletiva e socialmente pelos planos literários públicos.

Segundo Polak, a memória organizada, “que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante” (POLAK, 1992, p. 4), datas e acontecimentos públicos são disputados, pois serão elementos que ficarão gravados na memória de um povo. Nesse sentido, essa preocupação e organização demonstra que a memória também pode ser um fenômeno político e histórico, neste caso, em conjunto com elementos literários. Polak ainda afirma que “em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (POLAK, 1992, p. 5). Esse sentimento diz respeito, nesse contexto, à imagem de si mesmo e para os outros. Deslocando esse conceito para o contexto do PNBE Literário, herdamos, até então, um sentimento de identidade que nos segrega dos povos originários e de uma consciência de pertencimento à América Latina, por exemplo, ao excluirmos por anos essa literatura de seus planos.

São possibilidades de construção de imaginário que fazem e se refazem. Da mesma forma que a identidade não é fixa (HALL, 1998) e a construção da memória coletiva está sujeita às transformações (POLAK, 1992), um plano nacional literário também está em constante processo de mudança, como vimos ao longo dessa pesquisa. Tanto que iniciamos este trabalho com o PNBE Literário há quatro anos suspenso e iremos concluí-lo com este programa transitando para o PNLD. Com mudanças significativas apresentadas em audiência pública⁵⁷ e com a publicação do mais recente edital para aquisição de obras literárias, incluindo outras diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e novas regras, como: uma banca de seleção de obras (a partir de uma pré-seleção realizada pelo MEC) composta

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/11501-audiencia-publica-apresenta-edital-de-aquisicao-de-obras-literarias>> Acesso em: 31/ jan. 2019.

pelos próprios docentes de cada unidade escolar, conseqüentemente, descentralizando a constituição de acervos únicos, além do detalhamento e limitação de temas⁵⁸ que deverão ser contemplados e regras, inclusive, sobre o formato e o material no qual cada obra deverá ser impressa (BRASIL, 2018).

Enquanto a descentralização do processo de escolha aponta ser um caminho mais democrático para constituição dos acervos, a limitação de temas ao mesmo tempo em que impulsiona a seleção de obras diversificadas e que até então poderiam ter menos notoriedade (tais como: respeito à diferença, vulnerabilidade dos jovens, cultura digital, diálogos com a sociologia, entre outros), também, tensiona a questão de como esses sujeitos estão representados. Isto é, a representatividade tensiona a representação, no sentido em que coloca em xeque lugares e perspectivas distintas sobre uma mesma representação. Ao deslocar o foco da composição do acervo para uma restrição temática, além de ser passível a um recorte específico que não dá conta da multiplicidade de temas e assuntos que perpassam às realidades e identidades, novamente, não garante uma diversidade de autoria e de representatividades.

O PNBE não foge à lógica dos livros didáticos que ainda apresentam uma série de problemas. Avaliadora de obras didáticas do PNLD, a professora Luciene Azevedo aponta que se há um esforço para contornar falhas nesse tipo de obra (como a ampliação de gêneros e modalidades discursivos, a variedade de estratégias cognitivas para compreensão e interpretação textual, o apoio de políticas e documentos oficiais que direcionam a produção desses materiais), há também uma exigência cada vez maior para ser atendida, pois “é preciso também contemplar a diversidade de gênero, as problemáticas étnico-raciais, pluralizar a cultura, oferecendo ao aluno a mediação do passado, das tradições a fim de dar a ele a oportunidade de discutir o presente” (AZEVEDO, 2018, p. 188). O que acontece, no contexto do PNBE que está posto nas estantes há quase vinte anos pelos programas de governo, é o trabalho de mediação entre a tradição e a atualização crítica das novas perspectivas, isto é, sendo um acervo vivo e não totalmente

⁵⁸ Os temas especificados pelo edital PNLD Literário 2018 (BRASIL, 2018, pp. 4-5) para os seguintes segmentos da educação são: Temas da Categoria 5 (4º e 5º anos do Ensino Fundamental): a) Autoconhecimento, sentimentos e emoções; b) Família, amigos e escola; c) O mundo natural e social; d) Encontros com a diferença; e) Diversão e aventura; f) Outros temas. Temas da Categoria 6 (1º ao 3º ano do Ensino Médio): a) Projetos de vida; b) Inquietações das Juventudes; 5 c) O jovem no mundo do trabalho; d) A vulnerabilidade dos jovens; e) Cultura digital no cotidiano do jovem; f) Bullying e respeito à diferença; g) Protagonismo juvenil; h) Cidadania; i) Diálogos com a sociologia e a antropologia; j) Ficção, mistério e fantasia; k) Outros temas.

desprovido de marcas estereotipadas ou lacunares, dependerá de novas leituras possíveis sobre o mesmo, como simulacros libertos de um ideal único de representação. Essa leitura é favorecida pela ótica dos estudos culturais e literários,

pois não é possível também ignorar hoje a importância da noção de cultura para os estudos literários, mas nos manuais didáticos, a ideia de cultura emergente da exposição teórica e das atividades ainda está relacionada à cultura ocidental, humanista e universalizante e esse princípio é responsável pela manutenção de preconceitos inconcebíveis em obras dessa natureza. Em muitas delas, a partir da leitura que propõem de clássicos brasileiros, encontram-se estereótipos difundidos pelo pior senso comum [...]. A desatualização das perspectivas assumidas sobre as obras e as representações que propõem é uma condição antípoda ao objetivo de despertar a acuidade crítica e reflexiva do aluno. (AZEVEDO, 2018, p. 188)

Nesse trânsito de mudanças, ecoa a questão: como podemos pensar a relevância do PNBE Literário, que - embora inativo com esta nomenclatura - continua vivo nas estantes das salas de leitura? E os novos planos literários nacionais em meio às novas diretrizes políticas, educacionais e literárias? Enfim, nesse contexto, como pensar democraticamente e defender a importância da literatura?

Desde as épocas mais remotas, a língua escrita surgiu com a necessidade de controlar, organizar, legislar as sociedades, isto é, desde sempre a escrita atua como uma forma de poder. Poder de uma esfera social sobre outra e do exercício de hierarquia por meio da linguagem. Quando afirmamos a literatura enquanto um direito à juventude, afirmamos também acesso a outras esferas de poder. Ao pensar que podemos representar literariamente, sem estereótipos, e promover a representatividade de grupos sociais marginalizados pelas elites culturais, machistas e econômicas da sociedade por meio de projetos literários nacionais e públicos, provocamos uma fissura nesse eixo hierárquico, para que a sociedade seja pensada por outros olhares também. Distante da noção de que uma sociedade desenvolvida é aquela que passa do acesso da cultura popular à erudita, com a leitura dos clássicos, como afirmava Candido (1995), mas em um trânsito de transversalidades culturais.

A literatura pode ser um meio de resistência aos processos de desigualdade, de marginalização e de opressão. Isto não quer dizer que, ingenuamente, os problemas sociais poderiam ser sanados pela literatura, mas que - por meio dela - é oferecido um espaço para pensar autonomamente os lugares e os sujeitos sociais

que somos. Do espaço público ao espaço íntimo da leitura há muitos fatores de influência, evidentemente, mas Michele Petit (2013), ao compartilhar suas pesquisas com jovens leitores de meios rurais e de bairros menos favorecidos, na França, nos faz pensar também nas possibilidades que a literatura pode oferecer nesses contextos.

Se por um lado a leitura tem o poder de nos levar a regiões desconhecidas, também nos faz tomar consciência de identificações. Embora a concepção da contribuição da leitura para descoberta de si não seja nova, a contemporaneidade oferece um espaço simbólico cada vez mais amplo para que os jovens possam experimentar a construção de sua própria identidade, bem menos enraizada, inclusive, em modelos do passado. Isto é, há uma abertura para que os jovens conheçam e experimentem outras possibilidades de ser e estar na sociedade, seja pelas redes sociais, pelo acesso cada vez mais facilitado aos meios tecnológicos. A literatura não necessariamente perde espaço simbólico, mas se revela presente em outras formas.

A literatura continua sendo um dos espaços nos quais o leitor delinea seus contornos, seja para compreendê-los, seja para ultrapassá-los, como compartilha Petit. O leitor percebe-se “separado, distinto do que o cerca, capaz de um pensamento independente. E isso o faz pensar que é possível abrir seu caminho, seguir com seus próprios passos (PETIT, 2013, p. 42), uma espécie de leitura transgressiva, na qual o leitor, metaforicamente em fuga, ultrapassasse “a soleira da casa, do lugarejo, do bairro. É desterritorializante, abre para outros horizontes, é um gesto, um distanciamento, de saída” (PETIT, 2013, p. 42). Não a literatura enquanto um abandono, mas enquanto um distanciamento para enxergar aquilo que nos move, individualmente, e aquilo que nos move coletivamente.

Esse movimento de busca por identificação pode acontecer por toda a vida, porém é na adolescência em que isso se torna muito mais sensível. Não bastassem as violências exteriores às quais os jovens estão submetidos, o mundo interior também está assustado, inquieto, em busca de respostas. A literatura pode ser esse caminho para que exploremos segredos, medos, fugas, esperanças e que possamos buscar palavras para nomear as questões que nos incomodam. Enquanto discutimos a importância de outras perspectivas literárias serem incluídas em programas como PNBE, por exemplo, os jovens discorrem os olhos pelas prateleiras um pouco menos preocupados com as segmentações dos projetos literários. Buscam personagens

que lhes despertam algum tipo de afinidade, simpatia, interesse, frequentemente encaminhando para algum tipo de empatia. Não por estarem perdidos, mas porque a literatura pode também servir como essa referência de elaboração de subjetividades e de conhecimento. E no caminho, emergem conflitos de toda ordem e interesse em um fluxo imbricado entre a narrativa e o leitor. Nas palavras de Petit, nesse trânsito, os jovens leitores:

encontram às vezes o apoio de um saber, ou, em um testemunho, em um relato, um romance, um poema, o apoio de uma frase escrita, de uma estruturação. Ao poder dar um nome aos estados que atravessam, podem encontrar pontos de referência, apaziguá-los, compartilhá-los. E compreendem que esses desejos ou esses temores que acreditavam serem os únicos a conhecer, foram experimentados por outros, que lhes deram voz. (PETIT, 2013, p. 44)

Ao mesmo tempo em que é movimento de distanciamento dos seus, como afirmou Petit, gera um reencontro de um posicionamento enquanto leitor sujeito e não objeto. Já não somos os mesmos ao fecharmos um livro literário, mesmo aqueles que decidimos abandonar, guardamos seus resquícios que tanto ora alentam, ora atormentam nossos pensamentos. É um exercício de caça furtiva, como refere à epígrafe desta seção, sobretudo, por sentidos, mesmo que não saibamos descrevê-los com exatidão. Aos jovens leitores, diante das descobertas das estruturas discursivas, de poder e de controle que regem a vida, seja individual, quanto coletiva, podem encontrar na literatura um espaço híbrido entre a imaginação, o devaneio, o lazer, o desvio, a resistência, a vida cotidiana, o pensamento crítico, a transformação, a afirmação de suas identificações.

Cabe lembrar, também, que essa potência literária de obras e leitores só é possível desde que dadas as condições para que se estabeleçam sentidos, afetos e o decifrar de códigos linguísticos e simbólicos. Em situações em que as dificuldades do tecido social do leitor incidem em seu repertório e nas suas condições de interpretação, o direito à literatura também está negado e um acervo literário pode lhes parecer mais um instrumento de opressão. Por isso, para além de planos de distribuição de acervos, as políticas literárias precisariam contemplar os processos de formação dos mediadores dessas leituras. Tanto mais democrático todo o processo de seleção dos acervos até as mãos dos jovens leitores, maiores as possibilidades da literatura funcionar como um campo de expansão e transformação de repertórios e (re)existências.

4 ENTRE RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Ir às avessas de um programa literário nacional para compreender como seus emaranhados movimentam concepções, valores, imaginários, discursos e agentes do campo literário é uma tarefa de muitos desafios. É tentar compreender como essa roupagem literária, que veste as estantes e a memória cultural dos jovens leitores nos acervos públicos escolares, foi tecida a partir da aproximação de pensamentos políticos, culturais e literários para cada fase do programa. Talvez, tão complexo quanto fazer uma leitura crítica do PNBE, seja a própria confecção dessas listas de livros, que se supõem necessárias ou apropriadas para o desenvolvimento da leitura, do letramento literário, de um projeto de nação ou como possibilidade de jovens e crianças se construírem. A leitura nos escapa – seja pelos processos subjetivos e cognitivos de interpretação, seja pelas condições coletivas, sociais e culturais de significação. É preciso formar um acervo que alcance as particularidades e as multiplicidades de leitores de cada parte do território nacional, cada vez mais global e tecnológico também. Não há garantias de listas perfeitas, entretanto, analisar um modelo de referência proposto pelo Estado possibilita uma reflexão crítica sobre as intencionalidades, as representações, as construções desses projetos literários, e busca ir além das limitações impostas.

Não é de hoje que a crítica literária e a academia discutem sobre os valores da literatura, bem como o mercado editorial reclama a perda de público interessado e de capital, ao mesmo tempo, em que livros são queimados em praças públicas, *smarthphones* ampliam o acesso à leitura, obras são censuradas pelo Estado, acervos públicos literários são suspensos e obras literárias, supostamente, ameaçadoras de um projeto político conservador servem como argumento em períodos eleitorais. Há, portanto, uma justaposição paradoxal sobre a importância da literatura: como pode ser questionada sobre uma possível perda de interesse, enquanto é considerada tão ameaçadora, sobretudo, aos projetos nacionais e à influência de formação humana? Qual o receio de pensar ou a necessidade de impor ao Brasil uma determinada lógica discursiva?

A resposta é complexa, mas um ponto de partida é diagnosticar as intencionalidades literárias e políticas de cada período literário, segundo o PNBE. Nesse sentido, na primeira seção deste trabalho, mapeamos o programa em três fases, divididas pelas propostas das ações, concepções do literário e pelos governos

que as geriram. No primeiro período e marco de inauguração do programa (1997 a 2002), o foco das ações dividiu-se entre o PNBE Literário e obras de referência, PNBE do Professor e Literatura em Minha Casa, nunca simultaneamente, como se estivessem experimentando o alcance das ações e, aos poucos, cobrindo cada lacuna de acesso e composição de acervo para cada público destinado. Neste momento, é possível perceber que por ideia de literário, o governo realizou uma primeira divisão conceitual: obras de referência (atlas, dicionários, gramáticas, obras de sociologia e de apoio a práxis pedagógica) e obras de literatura (a partir de então, a ideia de literatura estava imbricada aos gêneros discursivos, como romances, poemas, narrativas longas de ficção e obras da literatura estrangeiras consideradas universais e clássicas).

Nesse conjunto, o projeto literário e cultural inserido voltava-se, sobretudo, para dar conta da tradição literária, em publicar obras consagradas dos diferentes períodos literários brasileiros, sendo a maior parte do período modernista: a construção de um imaginário de Brasil, em meio à apropriação de vanguardas e estéticas de países hegemônicos, mas com uma atitude crítica de desconstrução, inserindo uma memória que fosse local, original. A prosa urbana e regionalista, com temas do cotidiano e a expressão de problemas sociais, o verso livre ou a intenção de inaugurar uma estética pela expressão de problemas existenciais figuram nos personagens desse período. É um marco literário importante, contudo, representa ainda a história única sobre a formação do povo, contada por um pequeno grupo da elite intelectual brasileira, por nomes oriundos de processos de legitimação canônica. Ademais, uma literatura bastante distante do perfil do leitor para o qual os acervos destinavam-se, jovens dos anos finais do Ensino Fundamental. Talvez, mais importante que a preocupação com o leitor em desenvolvimento, o projeto literário fosse delimitar os cânones brasileiros. Ao final dessa primeira fase do PNBE (1999-2001), houve o início de uma abertura para as obras mais contemporâneas e voltadas, de fato, às especificidades do público infantil e juvenil.

A segunda fase do PNBE (2003-2010) foi marcada por uma expansão significativa de diferentes ações democráticas para distribuição de acervos literários – de usos particulares e coletivos, firmando-se em meados do período a retomada dos acervos para uso coletivo nas bibliotecas escolares. A publicação de editais com a exposição de critérios de avaliação das obras (qualidade textual, adequação temática, projeto gráfico) e a discussão sobre a literatura tornam mais claros os

projetos do Estado e marcam grandes avanços. Uma literatura que não se mostre clichê, nem preconceituosa, panorâmica da literatura brasileira e estrangeira, em diálogo tanto com o perfil dos leitores como com os direitos humanos. É neste momento que são incluídas no programa obras de escritores de outros países latino-americanos, da literatura contemporânea, obras com intertextualidades mais desveladas com outros gêneros como o cinema, a música, as adaptações para os quadrinhos. O discurso contra hegemônico da escritora Carolina Maria de Jesus passa a fazer parte do acervo, e despontam obras que tratam de contextos e realidades mais plurais e atuais, embora as temáticas que abordem gênero, sexualidade, questões étnicas e raciais ainda não prevaleçam em número expressivo, mas já apontam um caminho que será seguido. Quem lê o acervo deste período pode começar a refletir acerca das diferenças de classes no Brasil, algumas poucas obras sobre as questões e as tensões raciais, uma cultura indígena ainda marcada pelo olhar dos mitos e das lendas contadas pela autoria não indígena.

O terceiro momento do PNBE (2011-2015), na esteira dos avanços conquistados nos últimos anos do programa, caminha em progressão, sobretudo, com a publicação dos PNBE Temático e Indígena (ainda que o PNBE Temático não tenha contemplado obras preponderantemente literárias). O PNBE caminhou da compreensão de literatura enquanto representação de períodos literários para a compreensão de literatura enquanto direito humano. Para tanto, era preciso ir além, pois os editais e as bancas de seleção ainda não contemplavam, em maior diversidade, acervos que dessem voz à história dos diferentes grupos sociais. Sendo assim, os editais dos PNBE Temático e Indígena foram criados, justamente, para preencher um apagamento não só literário, como de representação e de construção de memória e imaginário. Contudo, esses projetos dentro do programa foram descontinuados. O que aponta que determinadas ausências e silenciamentos de gêneros, classes, etnias, raças, sexualidades, nos acervos públicos escolares ainda estão em recente processo de desenraizamento como projeto nacional, e qualquer ação no sentido contrário representaria um grande retrocesso.

Naquela que poderíamos chamar de quarta fase (2016 a 2018), o programa caminhou da suspensão ao abandono, até migrar para outra proposta promovida pelo MEC, o PNLD Literário, mas que até o momento, ainda está em processo de efetivação. Fato é que desde 2015 não havia disponibilização do Programa do Livro PNBE para todas as etapas da Educação Básica. Não porque haja dúvidas sobre o

valor da literatura, o que há, atualmente, é uma dissimulação de quais valores serão difundidos e a instabilidade da definição de projetos.

Diante do mapeamento dessas fases, podemos entender que o imaginário literário aos poucos caminhou de obras consideradas representativas das escolas literárias brasileiras, de autoria preponderantemente masculina e elitista, ainda marcada pela busca de uma imagem nacional, para obras mais contemporâneas, que dialogassem com o jovem de hoje (pela linguagem, pelo gênero, pela temática, pelo projeto gráfico), menos preocupada com um conceito de nacionalidade e mais interessada nos diferentes contextos sociais e na busca das identidades em que os jovens estão inseridos. Há um ápice das histórias de mistérios, medo, suspense. Os jovens personagens protagonizam desde investigações criminais até viagens em busca de suas origens. Nesse novo projeto, era preciso dar condições para pensar a si e ao outro.

Frente às estantes de livros literários das escolas públicas, dois comportamentos são recorrentes: o leitor, seja ele professor ou aluno, que sente-se desolado a encontrar um livro que lhe pareça interessante para dialogar com seus desejos e motivações, pois nada, de antemão, parece afetar a sua relação a sua realidade e a literatura; e o leitor que busca algo que ofereça algum sentido, prazer estético ou instrumento de compressão e faz um trabalho de garimpo nas estantes, ora encontra, ora se perde. Do outro lado, um acervo que ao mesmo tempo parece um corpo tão plural, quanto homogêneo. Talvez, enxergar que não é só nosso gosto ou necessidade individual que determina nossas escolhas diante dos acervos, mas que há um sistema de funcionamento próprio dessas coleções, que também afetam nosso comportamento diante da literatura. Olhando para trás, nesses acervos não vamos encontrar o poeta do sarau periférico que rima nossas realidades, a representação das princesas negras com a valorização de sua estética e sua cultura, um conto indígena contemporâneo, biografias e protagonistas de mulheres que revolucionaram o Brasil, protagonistas que causam identificação com a realidade de muitos jovens, narrativas que nos aproximam de pensar o Brasil como integrante da América Latina, por exemplo.

Quando entendemos o processo de movimentação do campo literário pelo PNBE, identificamos também seus resultados diretamente no perfil das obras, como exposto na segunda seção deste trabalho. O campo literário nacional não é composto apenas por autor – obra – leitor. Fazem parte dele os repertórios, as

instituições públicas – ministérios, secretarias, universidades, mercado editorial, como uma grande rede de agenciamentos discursivos. Isto é, compreendemos que a triagem dos acervos tem início no perfil da banca de seleção (que no caso é realizada há muitos anos por uma mesma instituição, convidando professores de um mesmo eixo regional do país, com suas correntes teóricas e críticas alinhadas à formação acadêmica), passando pela concepção do governo vigente (alinhado com as parcerias de seus ministérios e secretarias, noções ideológicas e de políticas públicas para o literário), até a confecção das regras dos editais, direcionadas aos editores (envoltos pelos processos históricos e culturais de globalização, de comunicação de massa, interesses institucionais e mercadológicos ou de determinados movimentos sociais). Em síntese, o livro que nos surge em mãos nas salas de leitura não é discurso ingênuo, escolhido ao acaso; menos ainda é representação universal da literatura brasileira e estrangeira.

Ao pensarmos no perfil das coleções literárias, em uma leitura crítica, reconhecemos que na sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada para atender certos interesses (FOUCAULT, 1996), como discutido na terceira seção deste trabalho, ao mesmo tempo, coloca como centro desse interesse uma vontade de discurso verdadeiro, isto é, de poder. Entendemos, portanto, que essa política literária nacional passou a ser território sobre quem estava ou não representado nos acervos. Espaço de disputa, os acervos reproduzem as estratificações de classe, gênero, raça e territoriais da sociedade. Ainda são os grupos privilegiados, nessas esferas, que possuem direito à voz no programa literário nacional, produzindo uma hierarquia literária. O que nos alenta é perceber que sendo uma política pública, portanto, submetida ao ciclo de formulação, implementação e avaliação, é um programa em constante mudança. E que, hoje, esse território passa a ser contestado (DALCASTAGNÈ, 2012) e reivindicado por outras vozes.

Mesmo com mudanças em todas as edições do PNBE, uma questão em comum as atravessa: literatura para quem e para quê? Ou, ainda, literatura ao interesse de quem? Se as respostas mudaram ao longo das edições, como apontou essa pesquisa, fato que é que enquanto a literatura foi direito assegurado pelo plano nacional, entendeu que seria um dos meios pelos quais leitores semânticos poderiam ser transformados em leitores críticos. Há lacunas e silenciamentos nos acervos, mas fato é que houve um caminho de progressão no sentido de preenche-

los. É claro que a literatura não pode pôr fim à segregação social que muitos jovens brasileiros, sobretudo, nas escolas públicas se encontram, mas ter o direito literário democrático garantido é como se essas narrativas também lhes dissessem “você podem ir mais longe”, “você também têm direitos”. É um intercâmbio para outros territórios. Uma identificação e deslocamento do ângulo de visão e de pertencimento.

“Quais valores a literatura pode criar e transmitir ao mundo atual? Que lugar deve ser o seu lugar no espaço público? Ela é útil para a vida? Por que defender sua presença na escola?” As indagações postas por Compagnon (2009, p. 20), em sua aula inaugural no Collège de France em 2006, nos é pertinente. O autor cita os desafios diante de uma literatura que é didatizada nas escolas, da concorrência do tempo com os meios digitais e audiovisuais (não das tecnologias livros-aparelhos digitais, pois são meios diferentes, mas do tempo único para ambos), da transição da leitura infantil para a juvenil, do momento de solidão necessário para ler um livro, do medo do sistema linguístico e da defesa de uma literatura que não pareça necessária à sociedade, pois lhe parece menos rentável para o mercado de trabalho. Não estamos alheios a essas implicações. Poderíamos incluir os desafios diante de escolas que mal têm condições básicas para garantir sua vida escolar, das bibliotecas depósitos ou fechadas às muitas chaves, da falta de formação dos profissionais que mediam os livros ou de tempo dos docentes em múltiplas jornadas para conhecer melhor os acervos e apresentá-los aos alunos.

A resposta das perguntas não está na disputa sobre qual discurso – o científico ou o literário – pode mais, como discutido dos séculos XVII ao início do XX. Hoje, talvez, no Brasil, estejamos adentrando outra complexa disputa, entre o discurso verdadeiro e o falso. A literatura, nesse cenário, é um meio de resistência. Sendo fruto de um processo de conhecimento é um modo de resistir aos obscurantismos e preconceitos individuais e coletivos. Podemos percorrer as estantes e deparar-nos com um livro cujos deuses, por exemplo, diferem de nossa formação. Nesse momento, estamos diante de outras verdades. Aproximamos, distanciamos, construímos e desconstruímos sentidos. Temos a possibilidade de melhorar a amplitude da vida, tanto horizontalmente, pelas outras experiências narradas, quanto verticalmente, tomando consciência crítica, profundidade às questões e buscando saídas às submissões. A literatura é, paradoxalmente, um exercício de identificação e reconhecimento de pertencimento, como também de liberdade. Percorrendo as estantes, levamos uns livros para o lado e descobrimos

uma experiência literária que nos faz escapar, por vezes, de uma realidade opressora para um mundo de imaginação ilimitado, um dos conceitos modernos sobre a literatura; ou, para uma profunda identificação e consciência de nosso lugar social, que nos instiga a buscar escapar de determinismos e alienações. A literatura pode nos fazer ver aquilo que vimos todos os dias, mas não tomamos consciência ou, ainda, fazer ver aquilo que nos é privado. A literatura não é a única experiência que pode melhorar os nossos sentidos, nossa ressignificação, nossa sensibilidade e humanização no mundo, mas, talvez, seja um dos meios mais completos de misturar a experiência da vida, com a ficção, o imaginário, os discursos filosóficos e sociológicos, e que, portanto, precisa ser defendida.

Os acervos nacionais têm potencialmente capacidade de afetar, de contribuir com pensamentos e escolhas mais éticas. Como explica Klinger (2014, pp. 81-82), por afeto entendemos os efeitos de uma dinâmica relacional entre os corpos, não no sentido sentimental, mas das possibilidades de agir e ser atingido, em função de uma relação. Dessa forma, concordamos com a defesa da escritora, ao valer-se do pensamento de Spinoza, em que o afeto está no centro do pensamento ético: “Ética como forma de estar no mundo, escolha existencial pela potência” (KLINGER, 2009, p. 82), uma potência de existir no mundo. É preciso que obras literárias continuem chegando às escolas, inquietando alunos e professores a questionarem “por que a biblioteca está fechada?”, “por que este livro e não outro?”, “como essa literatura nos faz pensar e sentir as relações sujeito-sociedade-mundo?”, “que leitor eu sou diante desse acervo?”, “como eu me posiciono diante da fissura do signo que está sendo representado?”, “quais construções de memória e conhecimento eu estabeleço depois do acesso à literatura dos acervos?”. A literatura não nos dará todas as respostas, mas, sem dúvida, poderá contribuir para a construção de algumas delas e para outras tantas perguntas. Na prática, não é a literatura que nos segurará pela mão para nos salvar dos abismos sociais, mas nos oferecerá possibilidades para construir outros modos de existir ou resistir, portanto, uma escolha pela potência de ser.

Uma questão contemporânea para além do que pode a literatura, talvez, seja como acessar essas potências da palavra? Em especial, em um plano literário nacional, sem dúvida, a resposta não está em uma seleção intitulada universal, escrita pela maioria por escritores homens, de uma mesma identidade racial, étnica e regional, acadêmicos de um único eixo do país, como identificado no perfil das

obras. Uma identidade narrativa, como cita Paul Ricoer⁵⁹, que conflui acontecimentos heterogêneos da existência, somente dessa forma a literatura terá um poder emancipador e de libertação das maneiras convencionais de se pensar a vida. Para tanto, é preciso exprimir as exceções, a voz dos diferentes grupos, as diferentes realidades e questões da juventude e contribuir para a construção de imaginários descolonizados. A identidade narrativa de um plano literário nacional precisa refletir as diferentes identidades que nos constituem.

Ao final deste trabalho, compreendemos que não poderíamos ter feito um recorte de um corpus específico desde, pois não haveria compreensão do campo, da transformação do programa literário ao longo dos anos e de como os editais estiveram atentos ao campo das discussões literárias. Esse caminho de pesquisa nos direciona para duas novas possibilidades futuras: continuar os estudos sobre o próximo plano literário nacional, suas rupturas e continuidades ou, ainda, a partir das lacunas presentes no panorama analisado, selecionar uma das abordagens temáticas para aprofundamento.

Outra consideração importante é a de perceber que o PNBE estimula demandas no campo literário, isto é, movimenta tanto as práticas de leitura, quanto o mercado editorial. A centralidade dada ao programa, ao longo dessa pesquisa, teve o intuito de enfatizar nosso objeto de pesquisa, porém ressaltamos que o PNBE não é o único gerador de todas as políticas ou produções do campo literário e de formação de leitores. Isto é, o programa faz parte de uma dinâmica, na qual emerge concepções literárias, propõe um edital que dialoga com o mercado editorial, estimula novas práticas de leitura e abertura do campo para novas autorias, de modo que todos esses agentes estão ligados entre si, em um campo relacional, e não estático. Nesse sentido, aprofundarmos a percepção de como o campo literário negocia com as demandas das políticas públicas e movimenta as práticas de leitura ainda faz-se pertinente.

Uma das principais conclusões que alcançamos com essa pesquisa panorâmica foi compreender criticamente que, embora o corpo literário do PNBE possua uma superficialidade heterogênea, suas bases de seleção, legitimação de cânones e concepções literárias ainda são bastante homogêneas, mas em processo contínuo de melhoria, pois o retrocesso nunca serviu de caminho ao PNBE. E se os

⁵⁹ In: COMPAGNON, 2009, p. 49.

acervos sempre foram pensados para construção de uma sociedade mais justa, desde o acesso aos bens culturais, agora pede a presença de outros intérpretes da literatura e da cultura. Provavelmente, seja esse o melhor percurso que o PNBE, agora, PNLD Literário possa aperfeiçoar e produzir.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Trad. Antonio Guerreiro. Lisboa: Ed. Presença, 1993.
- AZEVEDO, Luciene. Sonhando com tempestades: a leitura literária e o livro didático. In: Simone Silva; Julio Pereira. (Org.). **Língua Portuguesa e Literatura no livro didático. Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Pontes Editores, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2005**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura a serem distribuídas às escolas públicas do ensino fundamental, no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2006**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2008**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2009**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2010**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Especial. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, 2011**.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Especial. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE**, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE**, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de referência para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE Temático**, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE**, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE Indígena**, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2018 Literário**, 2018.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CANTO, Marcia. **O mundo de Camila**. Porto Alegre: Editora Projeto, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 2015. p. 259-271.

DERRIDA, Jacques. The Law of Genre. In: _____. Acts of Literature. Edited by Derek Attridge. New York, 1992. p. 221-252.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nankin Editorial, Parábola Editorial, 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

EIKHENBAUM, et al. **Teoria da Literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016. p. 139-227.

HOUAISS. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antonio Houaiss; Editora Objetiva, 2009.

JAKOBSON, Roman. A novíssima poesia russa (1921). In: EIKHENBAUM, et al. **Teoria da Literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Global, 2013.

JOBIM, José Luis. História da Literatura. In: **Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

KLINGER, Diana. **Literatura e ética: da forma para a força**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: História e histórias. São Paulo: Ática, 2004.

LEROUX, Liliane; RODRIGUES, Renata Oliveira. Deslocamentos da nova literatura marginal: os sentidos de periferia e o livre ficcionar do artista. **Antares**. V. 6, n. 12, jul/dez 2014.

LUDMER, Josefina. **Aqui América Latina**: uma especulação. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MACIEL, Maria Esther. **As ironias da ordem**: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (orgs.). **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NABUCO, Maria Regina. A agenda básica do Estado Liberal. In: **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NASCIMENTO, E. P. **Literatura marginal**: os escritores da periferia entram em cena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP**, São Paulo, v. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

PEDROSA, Célia. Nacionalismo Literário. In: **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2009.

POLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PLATÃO. Livros III e X. In: **A República**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2014.

RAMOS, F. B.; AMARAL, L. M. Diversidade na sala de aula: representação da cultura afro-brasileira. In: **Revista Eletrônica de Educação**. V. 9, n. 2, p. 301-319, 2015.

RAMOS, Paulo. **A revolução do gibi**: a nova cara dos quadrinhos no Brasil. São Paulo: Dervir, 2012. p. 225.

REIS, Roberto. Cânon. In: **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REZENDE, Stella Maris. **A mocinha do Mercado Central**. Ilustrações de Laurent Cardon. São Paulo: Globo, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificante, 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2013.

ROSA, Guimarães. O burrinho pedrês. In: **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTIAGO, Silviano. Artelatina. In: MARQUES; VILELA. **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Caderno Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Eneida Maria de. Mais vale um conto que seis vinténs. In: MARQUES; VILELA. **Valores: arte, mercado e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

WILLIAMS, Melissa S. **Voice, trust, and memory: marginalized groups and the failings of liberal representation**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ACERVOS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 652. Estabelece sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Distrito Federal, n. 94, 20 mai. 1997. Seção I pp. 10350-10351

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola: Obras selecionadas, PNBE 2013.

BRASIL. Ministério da Educação; Centro de Alfabetização, leitura e escrita da Universidade Federal de Minas Gerais. PNBE na escola: Literatura Fora da Caixa. Brasília: MEC e Secretaria de Educação Básica, 2014.

APÊNDICE A – Referências das obras citadas dos acervos

PRANDI, Reginaldo. Contos e Lendas Afro-Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BARBOSA, Rogério de Andrade. O segredo das tranças e outras histórias africanas. São Paulo: Scipione, 2008.

BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (org.). Cadernos Negros 30. São Paulo: Quilombhoje, 2007

SANTIAGO, Silviano. Contos. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

LIMA, Jorge de. Poemas negros. São Paulo: Editora Global, 2000

GATTAI, Zelia. Anarquistas graças a Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2005.

ZUSAK, Marcus. A menina que roubava livros. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. Viva o Povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COLASANTI, Marina. A moça tecelã. São Paulo: Global Editora, 2004.

CARUSO, Carla. Zumbi. São Paulo: Callis Editora, 2005.

VIEIRA, Alice. Contos e lendas de Macau. São Paulo: Edições SM, 2006.

VETILLO, Eduardo. Palmares a luta pela liberdade. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

DINIZ, André. Quilombo Orum Aie. São Paulo: Editora Best Seller, 2009.

OLIVEIRA, Kiusam. Omo-obá, histórias de princesas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

RITER, Caio. Meu pai não mora mais aqui. São Paulo: Biruta, 2009.

BELINKY, Tatiana. Os dez saczinhos. São Paulo: Paulinas, 2012.

ASSIS, Machado de; (Adap. GRECCO, Felipe). Dom Casmurro em quadrinhos. São Paulo: Devir, 2012.

BRENMAN, Ilan. Até as princesas soltam pum. São Paulo: Brinque-Book, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. Karu Taru – o pequeno pajé. Porto Alegre: Edelbra, 2013.

FREITAS, Tino. Os invisíveis. Santo André: Casa da Palavra, 2013.

- HOLANDA, Arlene; VIANA, Arievaldo. Beabá do Sertão, na voz de Gonzagão. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.
- ASSARÉ, Patativa. Cante lá que canto cá. São Paulo: Editora Vozes, 2012.
- LOBATO, Monteiro. A reforma da natureza. São Paulo: Editora Távola, 2010.
- LOBATO, Monteiro. O minotauro. São Paulo: Editora Távola, 2010.
- LOBATO, Monteiro. A chave do tamanho. São Paulo: Editora Távola, 2010.
- SELZNICK, Brian. A invenção de Hugo Cabret. São Paulo: SM, 2007.
- LÜHNING, Ângela. Fotografando Verger. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2011.
- SILVA, Alexandre Miranda. Orixás, do Orum ao Ayê. Barueri: Nobel, 2011.
- STEVENSON, R. L. A Ilha do Tesouro. São Paulo: Farol Literário, 2013.
- TWAIN, Mark. Tom Sawyer. São Paulo: Melhoramentos, 2010.
- RHEAD, Louis. Robin Hood. Barueri: Manole, 2011.
- VILELA, Fernando. Os heróis do tsunami. São Paulo: Brinque Book, 2011.
- OLIVEIRA, Martin. Charles Darwin: o segredo da evolução. Belo Horizonte: Editora Miguilim 2012.
- INDIGO. O menino que queria voar. São Paulo: Escala, 2008.
- BRAZ, Júlio Emilio. Fala comigo, pai! Rio de Janeiro: Rovel, 2011.
- MONTORO, Suzana. Nem eu nem o outro. São Paulo: Editora Moitará, 2011.
- BARBEAU, Philippe. O cara. São Paulo: UDP, 2009.
- OTÁVIO JUNIOR. O livreiro do Alemão. Rio de Janeiro: Marcelo Duarte, 2011.
- CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no Subterrâneo. São Paulo: Abril Educação, 2011.
- BENSIMON, Carol. Pó de Parede. Porto Alegre: Dublinense, 2010.
- RITER, Caio. A filha das sombras. São Paulo: Edelbra, 2011.
- PRIETO, Heloisa. Anita Garibaldi, a estrela da Tempestade. São Paulo: Sociedade Literária, 2013.
- SILEI, Fabrizio O ônibus de Rosa. São Paulo: Edições SM, 2011.
- LUJÁN, Jorge. Os gêmeos de Popol Vuh. São Paulo: UDP, 2008.

- AYALA, Walmir. Moça Lua e outras lendas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.
- PRANDI, Reginaldo. Contos e lendas da Amazônica. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARBOSA, Rogério Andrade, Tatuagem, reconto do povo Luo. São Paulo: Editora Gaivota, 2012.
- DINIZ, André. O negrinho do pastoreio. Rio de Janeiro: Ygarapé, 2012.
- LACERDA, Nilma Gonçalves. Sortes de Villamor. São Paulo: Scipione, 2010.
- MASSA, Ana Cristina. Aqualtune e as histórias da África. São Paulo, Editora Gaivota, 2012.
- JAF, Ivan. A escrava Isaura. São Paulo: Anglo, 2012.
- TORRES, Dominique. Você é livre! São Paulo, Autêntica, 2012.
- CARUSO, Carla. Kamazu. Rio de Janeiro: Mundo Mirim, 2011.
- SCLIAR, Moacyr. Um sonho no caroço de abacate. São Paulo: Global, 2002.
- ARAÚJO, Jorge de. Comandante Hussi. São Paulo: Editora 34, 2009.
- REZENDE, Stella Maris. A Mocinha do Mercado Central. São Paulo: Globo, 2011.
- PIMENTEL, Luis Cunha. O Homão e o menininho. Belo Horizonte: Abacatte, 2010.
- CARNEIRO, Flavio, A distância das coisas. São Paulo: SM, 2008.
- LEITE, Márcia das Dores. A primeira vez que vi meu pai. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2012.
- TCHAPEK, Karel. A Fábrica de Robôs. São Paulo: Hedra, 2012.
- CASO, Manola Rius. Jacques Cousteau: o mar, outro mundo. Belo Horizonte: Miguilim, 2013.
- CLAVER, Ronald. Diário do outro. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CRUZ, Nelson Alves. No longe dos Gerais. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- FONSECA, André Luís. Maroca e Deolindo e outros personagens em festas. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SANDRONI, Luciana. Lampião na cabeça. São Paulo: Rocco, 2010.
- BERTELLI, Luigi. O diário de Gian Burrasca. São Paulo: Autêntica, 2012.
- GULLAR, Ferreira. As mil e uma noites. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- TOLSTOI. A pedra na praça. Rio de Janeiro: Rovellet, 2012.

- CERVANTES; (Adap. VIANA, Antonio). Dom Quixote. Barueri: Manole, 2012.
- ALENCAR, José de; (Adap. VETILLO, Eduardo). O Guarani. São Paulo: Scipione, 2013.
- POE, Edgar de Allan; (Adap. TAVARES, Braulio). O fantasma de Canterville. São Paulo: Leya, 2012.
- MATUCK, Rubens; BRANDAO, Carlos. Furundum! São Paulo: Ciranda de Letras, 2011.
- PAULO, Eloésio; NUNES, Sebastião. Parque de impressões. Belo Horizonte: Dubolsinho, 2012.
- RIBEIRO, Jonas. Tiburfi! São Paulo: Brinque Book, 2011.
- OSORIO, Ramiro. Todos os contos do lápis surdo. São Paulo: Paulinas, 2011.
- ORTHOF, Sylvia. Adolescente poesia. Barueri: Rovel, 2010.
- RUIZ, Alice. Estação dos bichos. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- MOURA, André. Lã de vidro: diálogos poéticos. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2009.
- MURRAY, Roseana. O mar e os sonhos. Belo Horizonte: Abacatte, 2011.
- CAPPARELLI, Sérgio. Poesia de bicicleta. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- BARROS, Manuel. Menino do mato. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2010.
- MENDES, Israel. Menino Perplexo. Porto Alegre: Dublinense, 2010.
- BAGNO, Marcos. O tempo escapou do relógio e outros poemas. Curitiba: Positivo, 2011.
- CASTRO, José. Poetrix. Belo Horizonte: Dimensão, 2011.
- LIMA, Edy. A vaca na selva. São Paulo: Gaudi Editorial, 2003.
- MINDLIN, Betty. Terra grávida. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ESTEVES, Leusa Regina Araujo. Ordem, sem lugar, sem rir, sem falar. São Paulo: Scipione, 2010.
- MARINHO, João Carlos. O gênio do Crime. São Paulo: Global Editora, 2009.
- CUNHA, Marcelo Carneiro. Antes que o mundo acabe. Porto Alegre: Projeto, 2008.
- COSTA, Bruno Lins (org). Contos clássicos de vampiro. São Paulo: Hedra, 2012.
- TELLES, Lygia Fagundes. Histórias de mistério. São Paulo: Schwarcz, 2011.

AUSLOOS, David. Nina. São Paulo: SM, 2012.

CANTO, Marcia. O mundo de Camila. Porto Alegre: Editora Projeto, 2011.

YUKA, Marcelo. O pescador de Ilusões. São Paulo: Leya, 2012.

QUEIROZ, Rachel; (Adap. SHIKO). O Quinze. São Paulo: Ática, 2012.

RITER, Caio. O outro passo da dança. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

VIANA, Vivina de Assis; CLAVER, Ronald. Ana e Pedro. São Paulo: Saraiva e Siciliano, 2009.

SALES, Herberto. Contos Folclóricos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. São Paulo: Global, 2013.

CONY, Carlos Heitor. As melhores histórias das mil e uma noites. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

POE, Edgar Allan; (adap. e org. BARBOSA, Rogério Andrade). Era uma vez à meia-noite. São Paulo: Galera Record, 2011.

VERNE, Julio. Fritt-Flacc. São Paulo: Pulo do Gato, 2013.

Andersen. Os pequenos verdes e outras histórias. São Paulo: Berlendis, 2011.

VERNE, Julio. Viagem ao centro da Terra. São Paulo: DCL, 2012.

GANEM, Eliane. O caso do elefante dourado. São Paulo: Verus Editora, 2012.

GRANT, Helen. Desaparecimento de Katharina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

ANEXO A – Edital de Convocação para inscrição e seleção de obras



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2011 – CGPLI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE 2013

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), faz saber aos editores que se encontra aberto **o processo de inscrição e seleção de obras de literatura para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio das escolas públicas que integram os sistemas de educação federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.**

1. DO OBJETO

1.1. Este edital tem por objeto a convocação de editores para o processo de inscrição e seleção de obras de literatura destinadas aos alunos do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio matriculados nas escolas públicas que integram os sistemas de educação federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito do PNBE.

2. DOS PRAZOS

2.1. As etapas de cadastramento de editores, pré-inscrição e inscrição das obras serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1.1. Cadastramento de Editores e Pré-inscrição das Obras

Do dia 29/12/2011 até as 18h do dia 14/02/2012

2.1.2. Inscrição/entrega das Obras e da Documentação

De 27/02/2012 a 02/03/2012, no período das 8:30 às 16:30 horas.

3. Da Caracterização das Obras

3.1. Serão aceitas para participar do processo de inscrição e seleção obras de literatura que atendam ao disposto no **subitem 1.1** e demais critérios deste edital.

3.2. Cada obra poderá ser pré-inscrita em apenas uma das seguintes composições:

3.2.1. tinta; e

3.2.2. tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS.

3.3. As obras de literatura que forem adquiridas para o PNBE 2013 deverão ser entregues obrigatoriamente no formato digital acessível MecDaisy, conforme disposto no **item 8**.

3.4. As composições indicadas no **subitem 3.2** deverão ser apresentadas em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** deste edital.

3.5. As obras deverão ser pré-inscritas em apenas uma das etapas de ensino previstas no **subitem 1.1**, ficando excluída do processo a obra que for pré-inscrita concomitantemente nas duas etapas de ensino, independente da composição.

3.6. As obras de literatura poderão ser pré-inscritas nos seguintes gêneros literários:

3.6.1. poema;

3.6.2. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;

3.6.3. romance;

3.6.4. memória, diário, biografia, relatos de experiências;

3.6.5. obras clássicas da literatura universal;

3.6.6. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.

3.7. Serão aceitas traduções de obras literárias.

3.7.1. Os critérios de tradução utilizados e sua adequação ao público leitor serão também avaliados, conforme consta no **anexo II** deste edital.

3.8. Serão aceitas antologias, desde que se explicitem, em prefácio, o(s) critério(s) que justifica(m) a organização. Os critérios utilizados na organização e sua adequação ao público a que se destinam também serão objeto de avaliação.

3.8.1. Para fins deste edital, considera-se antologia a reunião de textos de um ou mais autores, organizados em torno de uma proposta editorial consistente.

3.9. As obras deverão apresentar-se em volume único e só poderão ser pré-inscritas individualmente, ainda que façam parte de coleções.

3.10. Caso a obra contenha anexos ou similares indispensáveis a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado.

3.11. A obra a ser entregue no momento da inscrição deverá ter todos os exemplares exatamente iguais e ter a mesma edição informada na pré-inscrição.

3.12. Não poderão ser pré-inscritas obras:

3.12.1. que já tenham sido adquiridas para o PNBE a partir de 2008, ainda que os direitos autorais pertençam a outros editores e/ou que apresentem projetos gráfico-editoriais diferentes;

3.12.2. em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;

3.12.3. preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de referência.

3.12.4. que apresentem lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam o leitor a realizar atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.

3.13. As obras entregues tanto na etapa de inscrição como na etapa de aquisição e distribuição, deverão atender às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008 e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

3.14. As declarações solicitadas nos **anexos V, VI e VII** só deverão ser apresentadas pelos editores na etapa de habilitação, caso a obra seja selecionada.

4. DA COMPOSIÇÃO DOS ACERVOS

4.1. Para os anos finais do ensino fundamental serão formados três acervos distintos de obra de literatura, com até 60 (sessenta) títulos cada, num total de 180 (cento e oitenta) títulos.

4.2. Para o ensino médio serão formados três acervos distintos de obras de literatura, com até 60 (sessenta) títulos cada, totalizando 180 (cento e oitenta) títulos.

4.3. Os acervos serão formados pelo MEC, de acordo com o resultado da avaliação e com os

objetivos do Programa.

4.3.1. O MEC poderá, se for necessário e resguardadas as especificidades das faixas etárias, deslocar obras de literatura de uma etapa para outra, visando atender à diversidade do conjunto de acervos literários.

4.3.2. O MEC se reserva o direito de adquirir somente a obra em formato impresso em tinta, mesmo quando esta estiver acompanhada de formato acessível, previsto no **subitem 3.2.2.**

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. O editor e/ou seu representante interessado em participar deste certame deverá observar as condições de participação regulamentadas pelo Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, e a Resolução/FNDE nº 07, de 20/03/2009.

5.2. Poderá participar do processo de inscrição e seleção toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no país que atenda as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

5.3. Poderá participar do processo de inscrição e seleção consórcio de empresas, desde que pelo menos uma de suas consorciadas seja brasileira.

5.4. No caso de participação em consórcio, a liderança caberá à empresa consorciada que detiver o maior capital social.

5.5. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

5.6. A empresa consorciada não poderá participar do processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente.

5.7. Não poderá participar do presente processo de avaliação e seleção a empresa:

5.7.1. declarada inidônea;

5.7.2. suspensão de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

5.7.3. punidas com impedimento de contratar com o Poder Público;

5.7.4. estrangeira que não funciona no país.

6. Dos Procedimentos

6.1. Do Cadastramento de editores

6.1.1. Será aceito somente cadastramento de editores com personalidade jurídica e que o formalizarem formalizado, por meio de um responsável devidamente identificado no Sistema de Material Didático – SIMAD disponível no portal do FNDE: www.fnde.gov.br, no link “SIMAD”.

6.1.2. Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico, entre o FNDE e o editor interessado, recomenda-se que se efetue no sistema de e-mail configurações de liberação, de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br”. Ou seja, caso possua recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, estes recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br”.

6.1.3. Para se cadastrar no SIMAD, os editores deverão solicitar login e senha pelo email preinscricao@fnde.gov.br. Aqueles que já possuem acesso deverão solicitar a revalidação da senha.

6.1.4. Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico corporativo para comunicação com o FNDE.

6.1.5. Os editores deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE por intermédio do endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br ou por intermédio do portal

www.fnde.gov.br.

6.1.6. O FNDE não se responsabilizará por cadastramentos de editores não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.1.7. Os editores deverão registrar no SIMAD razão social da empresa, nome fantasia e marcas/selos, quando houver.

6.1.7.1. Entende-se por razão social a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.

6.1.7.2. Entende-se por nome fantasia a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular do título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público. O nome fantasia deve constar no cadastro do SICAF.

6.1.7.3. Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.

6.2. Da pré-inscrição das obras

6.2.1. A pré-inscrição é o prévio cadastramento das obras e dos respectivos autores ou sucessores legais, que atendam às disposições deste edital. Deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD, exclusivamente por meio da *internet*, no portal do FNDE: www.fnde.gov.br, no link "SIMAD".

6.2.1.1. No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.

6.2.2. Cada editor poderá pré-inscrever até 12 (doze) obras no total, sendo o limite de no máximo 8 (oito) obras para cada uma das etapas de ensino prevista no **subitem 1.1**.

6.2.3. Cada obra poderá ser pré-inscrita exclusivamente em uma das composições definidas no **subitem 3.2**, ficando excluída do processo quando identificada sua dupla pré-inscrição.

6.2.4. As composições de obras previstas no **subitem 3.2** que forem adquiridas para o PNBE 2013 deverão ser entregues obrigatoriamente no formato digital acessível MecDaisy, conforme disposto no **item 8**.

6.2.5. Somente serão pré-inscritas obras com ISBN.

6.2.6. Razão social, nome fantasia e marca/selo constantes na obra devem estar em conformidade com as registradas no cadastramento dos editores, disposto no **subitem 6.1**.

6.2.7. Os dados registrados na pré-inscrição das obras deverão estar em conformidade com os constantes no contrato de edição e nos livros, inclusive nas capas.

6.2.8. Estará excluída do processo do PNBE 2013 a obra cujas especificações técnicas informadas no SIMAD quanto ao número de páginas, número do ISBN, quantidade de cores da capa e quantidade de cores do miolo forem diferentes da obra entregue, excetuando-se divergência decorrente de atualizações cadastrais especificamente do editor.

6.2.9. Será excluída do processo a obra de literatura que for pré-inscrita concomitante nas duas etapas de ensino previstas no **subitem 1.1**, independente da composição registrada no SIMAD.

6.2.10. A obra pré-inscrita não poderá ser substituída ou mesmo alterada em nenhuma das etapas previstas neste edital. Caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados do SIMAD, não detectados na etapa de triagem, será deliberado na etapa de controle de qualidade, preservando-se a qualidade da obra.

6.2.11. O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras não concretizada por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falha de

comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.2.11.1. Será de inteira responsabilidade dos editores a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE em etapas do processo de aquisição.

6.2.12. Os editores participantes do PNBE 2013 deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE, por intermédio do endereço eletrônico www.fnde.gov.br.

6.2.13. Para fins de prova de pré-inscrição da obra, só será aceita a ficha técnica do material impressa em PDF do Relatório emitido pelo SIMAD.

6.3. Da Inscrição/Entrega da Documentação e das Obras

6.3.1. A inscrição compreenderá a entrega da documentação e dos exemplares das composições de obras previstas no **subitem 3.2**, devidamente pré-inscritas.

6.3.2. A inscrição/entrega deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD ou por procurador constituído.

6.3.2.1. Caso a inscrição seja realizada por um procurador constituído, deverá ser apresentada procuração com reconhecimento de firma e em papel timbrado da empresa.

6.3.3. Somente serão inscritas/recebidas as obras e respectiva documentação que forem pré-inscritas no SIMAD, nos termos do **subitem 6.2**.

6.4. Da Inscrição/Entrega da Documentação

6.4.1. Os editores que realizarem a pré-inscrição de obras serão convocados pelo FNDE para entrega, em dia, mês, horário e local a serem previamente agendados, da cópia do Contrato de Edição e/ou do instrumento legal pertinente, inclusive de sub-rogação e/ou representação, que obrigam os autores da obra e o editor entre si ou com terceiros, no(s) qual(is) deverá(ão) constar o título da obra, idêntico ao título informado no cadastramento efetuado na fase da pré-inscrição.

6.4.2. O documento exigido no subitem **6.4.1** poderá ser apresentado por qualquer processo de cópia, desde que autenticado e reconhecido firma por cartório competente.

6.4.3. Obras pré-inscritas cujos documentos são redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

6.4.4. A apresentação do contrato de edição, prevista no **subitem 6.4.1** não isenta ou substitui a entrega dos documentos que serão solicitados aos editores no processo de habilitação descrito no **item 9** deste edital.

6.5. Da Inscrição/Entrega das Obras

6.5.1. Os editores que realizaram a pré-inscrição serão convocados pelo FNDE ou por empresa contratada para este fim, para entrega das obras em dia, horário e local previamente agendados.

6.5.2. Deverão ser entregues 06 (seis) exemplares de cada obra exatamente iguais para serem avaliados.

6.5.2.1. Os exemplares das obras deverão estar embalados e identificados externamente com título, editor, etapa de ensino a que se destina e a indicação do tipo de texto/gênero da obra.

6.5.3. Os exemplares das obras entregues deverão guardar conformidade com as especificações informadas no SIMAD por ocasião da pré-inscrição das obras, prevista no **subitem 6.2** deste edital. Todas as características do projeto gráfico e editorial devem ser mantidas caso a obra seja selecionada.

6.5.3.1. Será excluída a obra inscrita/entregue cujas especificações técnicas quanto ao número de páginas, número do ISBN, largura, comprimento, quantidade de cores da capa e quantidade de cores do miolo estiverem incorretas em relação as informações constantes no SIMAD.

6.5.4. Não serão aceitos bonecos ou protótipos.

6.5.5. Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após o processo de avaliação.

6.5.6. A 1ª capa e a ficha catalográfica dos exemplares da obra inscrita deverão apresentar dados iguais aos constantes nos contratos de edição e as informações cadastradas no SIMAD.

6.5.7. O editor deverá disponibilizar, oportunamente, conforme orientação a ser fornecida pela SEB/MEC, a imagem da primeira capa de cada obra inscrita, com as seguintes especificações: CMYK, 300 DPI e Formato TIF.

6.6. Da comprovação da Inscrição/Entrega da Documentação e das Obras

6.6.1. Para efeito de confirmação da inscrição, será emitido Comprovante de Inscrição/Entrega, após serem conferidos os exemplares das obras e a documentação.

6.6.2. Somente será admitida a inscrição da obra e emitido o respectivo comprovante mediante entrega conjunta de toda a documentação e dos exemplares da obra, sendo vedado o recebimento parcial.

7. Da Avaliação e Seleção das Obras

7.1. Da triagem

7.1.1. A triagem das obras será realizada em caráter eliminatório, com o objetivo de examinar os aspectos físicos e atributos editoriais das obras inscritas, em conformidade com os requisitos estipulados no edital.

7.2.1.1.1. As obras eliminadas na etapa de triagem serão excluídas por não atendimento aos requisitos de admissibilidade estipulados neste edital.

7.1.2. As obras, tanto quanto a documentação, que não atenderem às exigências contidas no **Anexo I** deste edital serão excluídas.

7.1.3. Havendo contradição entre os dados constantes na documentação, na capa e na ficha catalográfica da obra entregue na fase de inscrição e os dados preenchidos no SIMAD, a obra será excluída.

7.1.4. Na hipótese de a obra ser excluída na etapa da triagem, os motivos da exclusão poderão ser disponibilizados ao editor mediante solicitação formal ao FNDE.

7.2. Da avaliação

7.2.1. A avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições de educação superior públicas, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, e as especificações e critérios fixados nos **itens 1 e 3** e no **Anexo II** deste edital. Caso não atendam aos princípios e critérios estabelecidos, as obras serão excluídas.

7.2.2. O processo de avaliação realizado no âmbito deste edital poderá ser utilizado pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em futuras aquisições, para este ou outros programas e ações.

7.3. Da Divulgação do Resultado

7.3.1. A relação das obras selecionadas para o PNBE 2013 será publicada no Diário Oficial da União, mediante Portaria do MEC e divulgada nos portais: www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br.

7.3.2. Os pareceres referentes à análise das obras não selecionadas poderão ser disponibilizados ao editor após 30 dias da divulgação do resultado, mediante requisição formal à Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC.

7.3.3. Os pareceres ficarão disponíveis para os editores pelo período de 120 dias da divulgação do resultado.

7.3.4 É vedado o uso das informações constantes dos pareceres para divulgação das obras em propagandas, catálogos ou similares.

7.3.5. Serão convocados para a etapa de habilitação os editores que tiverem suas obras selecionadas.

8. Da Acessibilidade

8.1. Fica admitida para o PNBE 2013 a pré-inscrição de obras na composição acessível tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS, prevista no **subitem 3.2.2**.

8.2. As obras que forem adquiridas para o PNBE 2013 deverão ser convertidas para o formato MecDaisy, que consiste em uma solução tecnológica para a geração de livros em formato digital acessível, permitindo a reprodução audível por meio da gravação ou síntese de fala, a navegação pelo texto, a reprodução sincronizada dos trechos selecionados, a ampliação de caracteres e a conversão para o Braille.

8.3. Receberão as obras em formato MecDaisy as escolas da rede pública que tiverem registrados alunos e professores cegos nos anos finais do ensino fundamental e/ou do ensino médio.

8.4. O MecDaisy deverá ser apresentado em DVD.

8.5. A remuneração do material em formato MecDaisy será objeto de negociação específica, que levará em consideração tanto os custos de adaptação do conteúdo quanto de reprodução das cópias físicas.

8.6. O atraso ou o não atendimento do fornecimento do material em formato MecDaisy resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.

8.7. Só será aceita obra em LIBRAS se acompanhada da respectiva obra em tinta.

8.8. Na etapa de inscrição, deverão ser entregues os documentos solicitados no **subitem 6.4** também para as obras em LIBRAS, no que couber.

8.9. Na inscrição, sem prejuízo dos exemplares solicitados no **subitem 6.5.2** deste edital, para a composição tinta acompanhada de CD ou DVD em LIBRAS deverá ser entregue mais 1 (um) exemplar da obra.

8.10. As obras em LIBRAS serão avaliadas com base nas especificações técnicas constantes nos **subitens 3 e 4 do anexo III** deste edital.

9. Do Processo de Habilitação

9.1. A habilitação será realizada por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

9.2. O processo compreenderá a habilitação do editor e da obra.

9.3. O editor que tiver obras selecionadas na etapa de avaliação será devidamente notificado por ofício quando do início da etapa de habilitação.

9.3.1. Entende-se por editor a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais da obra e a qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição.

9.4. Para habilitação do editor, o FNDE realizará consulta online ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, na IN/MARE nº05/95, no Decreto nº 3.722/01, Decreto 4485/02, IN/MPOG 02/10 e respectivas alterações.

9.4.1. O SICAF é o registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal e tem como

finalidade cadastrar e habilitar pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.

9.4.2. A habilitação do editor será efetuada por meio de pesquisa aos dados cadastrais, dados de seus representantes e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF.

9.4.3. Os editores deverão manter regularizada a situação no SICAF como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal.

9.4.4. Informações sobre cadastramento no SICAF podem ser obtidas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br ou na central de atendimento 0800-9782329.

9.5. A habilitação da obra ocorrerá pela análise da documentação exigida no **Anexo IV** deste edital, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais.

9.5.1. As obras selecionadas na forma do **item 6** deste edital somente serão adquiridas, produzidas e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial da obra no mercado.

9.6. Será considerado habilitado o editor que, por meio dos documentos previstos no **Anexo IV** e da consulta ao SICAF, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

9.7. Toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser encaminhada datada e assinada pelo administrador da empresa ou por seu procurador público.

9.7.1. Caso a documentação seja apresentada por procurador, deverá ser encaminhado também o instrumento público de procuração, conferindo poderes expressos de representação junto ao FNDE.

9.8. Os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **Anexo IV**, poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticados por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação, mediante a apresentação dos documentos originais.

9.9. Os editores terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de envio do e-mail de convocação do FNDE, para encaminhamento da documentação exigida no **Anexo IV**, sob pena de exclusão do processo.

9.10. A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, tem a prerrogativa de promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos.

9.10.1. As diligências e exigências requeridas pela Comissão Especial de Habilitação serão realizadas pelo envio de e-mail ao endereço eletrônico constante da ficha cadastral a ser preenchida pelo editor quando da etapa de habilitação.

9.10.1.1. Nos casos em que a Comissão Especial de Habilitação expedir diligência, o habilitando terá 5 (cinco) dias corridos para cumpri-la, sob pena de o editor ser considerado não habilitado ou sua(s) obra(s) ser(em) excluída(s), na forma do **subitem 9.12** deste edital.

9.10.1.2. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências requeridas será a data de envio do e-mail expedido pelo membro da Comissão Especial de Habilitação ao endereço eletrônico informado no SIMAD.

9.11. Para verificar se foram observados os prazos assinados pela Comissão Especial de Habilitação, será considerado como termo final o seguinte:

9.11.1. A data de postagem efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, caso os documentos sejam encaminhados por meio de SEDEX ou carta registrada;

9.11.2. Data de entrada no protocolo do FNDE, caso a documentação seja entregue pessoalmente.

9.12. Do processo de habilitação poderá resultar:

9.12.1. Habilitação do editor sem exclusão de obras;

9.12.2. Habilitação do editor com exclusão de obras;

9.12.3. Não habilitação do editor.

9.12.4. A habilitação do editor sem exclusão de obras possibilitará a ele prosseguir nas demais etapas previstas neste edital.

9.12.5. A habilitação do editor com exclusão de obras possibilitará a ele prosseguir nas demais etapas previstas neste edital somente quanto às obras não excluídas.

9.12.6. A não habilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

10. Dos Processos de Aquisição, Produção e Entrega

10.1. Após o processo de habilitação formal dos editores, o FNDE procederá à execução das demais etapas do processo previsto neste edital.

10.1.1. Serão convocados para a etapa de negociação os editores habilitados pela Comissão Especial de Habilitação instituída pelo FNDE.

10.2. Da Negociação

10.2.1. O FNDE por intermédio de Comissão Especial de Negociação convocará os editores habilitados para procederem à negociação de preços.

10.2.2. Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá, em atenção ao princípio da economicidade, deixar de contratar obraselecionada.

10.2.3. O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

10.2.4. O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio a ser enviado pelo FNDE.

10.2.5. A não negociação de preço para aquisição excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

10.3. Do contrato administrativo

10.3.1. O FNDE formalizará os contratos administrativos com os editores após a negociação dos preços.

10.3.2. O FNDE verificará por meio de consulta virtual ao SICAF, os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor.

10.3.2.1. Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e modificações posteriores.

10.3.2.2. Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

10.3.2.3. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

10.3.2.4. A apresentação de garantia contratual, nos casos em que se fizer necessária, é condição para assinatura do contrato administrativo.

10.3.2.5. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) cláusula(s)

referente(s) ao controle de qualidade.

10.3.3. A critério e interesse da Administração Pública, o FNDE poderá prorrogar o contrato com base na Lei 8.666/93.

10.4. Da produção

10.4.1. Após a assinatura do contrato, os editores estarão aptos a iniciar a produção das obras adquiridas a serem distribuídas aos alunos da rede pública do país.

10.4.2. As obras, em qualquer das composições definidos no **subitem 3.2** deste edital, deverão conter na primeira capa os selos do programa fornecido pelo FNDE.

10.4.3. Não serão aceitos selos impressos ou adesivados tanto nas capas como no miolo da obra, exceto aqueles fornecidos pelo FNDE.

10.4.54. Só serão aceitos razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, tanto nas capas como no miolo da obra, daquele contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não serão admitidos outra razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, ainda que pertença a um mesmo grupo econômico.

10.4.5.4.1. A disposição contida no **subitem 10.4.4** aplica-se também ao editor que receber a cessão dos direitos autorais após a obra ter sido pré-inscrita no SIMAD.

10.4.65. O editor contratado deverá apresentar, conforme determina a Resolução nº 1, de 28 de janeiro de 2010, instituída pelo Comitê de Publicações do Ministério da Educação, certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil pelo INMETRO.

10.4.76. Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras avaliadas e selecionadas para o PNBE 2013, ou seja, os livros deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no programa, salvo disposição em contrário a ser informado previamente pelo FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

10.5. Do controle de qualidade

10.5.1. Por ocasião da produção das obras, o FNDE, ou a instituição contratada para este fim, realizará controle de qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não-conformidade constantes da Resolução nº 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

10.6. Da entrega

10.6.1. As obras serão entregues diretamente pelos editores ao FNDE ou instituição indicada para este fim, que se responsabilizará pelo processo de mixagem das obras.

11. Das Disposições Gerais

11.1. Este edital não dispensa o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

11.2. A inscrição das obras implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irrevogável, dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias posteriores.

11.2.1. A pré-inscrição das obras não implica qualquer benefício futuro em processos de avaliação de obras para os Programas do Livro.

11.3. O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal junto ao SICAF, bem como a documentação referente às obras

adquiridas.

11.3.1. Sem prejuízo da documentação exigida durante o processo de habilitação, nos termos do **item 9** deste edital, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

11.3.1.1. A recusa pelos editores em apresentar os contratos mencionados no **subitem 11.3.1**, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderá ensejar a não contratação pelo FNDE.

11.4. Constitui obrigação do editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras selecionadas com base no presente edital.

11.4.1. O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de adquirir a obra selecionada, quando tiver ciência de litígio envolvendo a obra.

11.5. O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das obras, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.6. A inscrição da obra não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direitos a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital e na produção da obra, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, seleção e negociação.

11.7. Será de inteira responsabilidade dos editores a veracidade das informações fornecidas ao FNDE.

11.8. Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores a documentação e as obras apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da seleção.

11.9. Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no SIMAD, na coleção entregue e nos documentos apresentados no ato da inscrição, salvo:

11.9.1. nos dados cadastrais do editor; e

11.9.2. disposição em contrário a ser informada previamente pelo FNDE.

11.10. As etapas previstas neste edital estarão sob a integral responsabilidade:

11.10.1. do FNDE: cadastramento dos editores e pré-inscrição das obras;

11.10.2. do FNDE e da instituição a ser por ele contratada: inscrição/recepção das obras e da documentação, bem como triagem efetiva das obras inscritas;

11.10.3. da Secretaria de Educação Básica: pré-análise, avaliação pedagógica, avaliação dos formatos acessíveis e seleção das obras;

11.10.4. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE: habilitação dos editores;

11.10.5. da Comissão Especial de Negociação/FNDE: negociação dos preços das obras;

11.10.6. dos Editores: produção e postagem;

11.10.7. do FNDE e da instituição a ser por ele contratada: controle de qualidade;

11.10.8. da instituição a ser contratada pelo FNDE: mixagem e distribuição;

11.10.9. do FNDE e das Secretarias de Educação de Estados, Municípios e do Distrito Federal: acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

11.11. De acordo com as responsabilidades, conforme definido no **subitem 11.8** deste edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco “F” – Edifício FNDE – CEP: 70070-929 – Brasília/DF – telefones (61) 2022-5542, FAX (61) 2022-4438, e à SEB, por meio da Coordenação-Geral de Materiais Didáticos, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 6º andar, sala 612 – Brasília/DF – CEP 70047-900, e pelo telefone (61) 2022.8419.

11.12. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos por escrito, endereçados ao FNDE ou à SEB, conforme o caso.

11.13. Situações não previstas neste edital serão analisadas pelo FNDE, pela SEB e pela SECADI, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

11.14. Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a)** Anexo I – Critérios de Exclusão na Triagem;
- b)** Anexo II – Critérios de Avaliação e Seleção;
- c)** Anexo III – Especificações Técnicas;
- d)** Anexo IV – Processo de Habilitação;
- e)** Anexo V – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial;
- f)** Anexo VI – Modelo de Declaração de Domínio Público para Obras Originalmente Escritas em Língua Estrangeira;
- g)** Anexo VII – Modelo de Declaração de Domínio Público para Textos Escritos em Língua Portuguesa integrantes de antologias.
- h)** Anexo VIII – Modelo de Formulário de Habilitação.

Brasília, 29 de dezembro de 2011.

José Carlos Wanderley Dias de Freitas Maria do Pilar Lacerda Almeida e
Silva

Presidente do FNDE

Secretária da SEB

Cláudia Pereira Dutra

Secretária da SECADI

ANEXO B – Critérios de avaliação e seleção do edital de convocação 08/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA

PNBE 2013

INTRODUÇÃO

ANEXO II CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

As obras de literatura a serem avaliadas e distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola 2013 deverão contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma leitura emancipatória, por meio do acesso a textos literários de qualidade que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca.

O que se espera dessas obras é que elas ofereçam subsídios para a formação de leitores autônomos, apreciadores das várias possibilidades de leitura que um texto literário pode oferecer. É objetivo do PNBE 2013 que os alunos possam apropriar-se de práticas de leitura e escrita de forma a interagir com a cultura letrada disseminada socialmente, promovendo o pleno exercício da cidadania.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os acervos serão compostos por obras de diferentes tipos e gêneros literários, de forma a fornecer aos leitores um panorama da literatura brasileira e estrangeira.

A qualidade do texto, a adequação dos temas aos interesses do público-alvo, a representatividade das obras e os aspectos gráficos serão considerados critérios para a seleção de uma determinada obra.

Assim sendo, a avaliação recairá sobre os seguintes aspectos:

1.1. Qualidade do texto

Os textos literários devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos leitores e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição estética. Para tanto, serão avaliadas as qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem. Serão objeto de avaliação a exploração de recursos expressivos e/ou outros ligados à enunciação literária, a consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto, a adequação da linguagem ao público pretendido, a coerência e a consistência da narrativa, a ambientação, a caracterização das personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens a variáveis de natureza situacional e dialetal e o desenvolvimento do tema em harmonia com os recursos narrativos. No caso dos textos em verso, será observada a adequação da linguagem ao público a que se destina, tendo em vista os

diferentes princípios que, historicamente, vêm orientando a produção e a recepção literária, em especial os que se referem à exploração dos aspectos melódicos, imagéticos e/ou visuais na produção poética. No caso das traduções, é importante que sejam mantidas as qualidades literárias da obra original.

No caso das histórias em quadrinhos, será considerado como critério preponderante a relação entre texto e imagem e as possibilidades de leitura das narrativas visuais.

Não serão selecionadas obras que apresentem clichês ou estereótipos saturados.

1.2. Adequação temática

Serão selecionadas obras com temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Essas obras deverão estar adequadas à faixa etária e aos interesses dos alunos do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio. Entre outras características, serão observadas a capacidade de motivar a leitura, a exploração artística dos temas e o potencial para propiciar uma experiência significativa de leitura - autônoma ou mediada pelo professor - e para ampliar as referências estéticas, culturais e éticas do leitor, contribuindo para a reflexão sobre a realidade, sobre si mesmo e sobre o outro.

As obras em verso deverão propiciar a interação lúdica na linguagem poética.

Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente opinião/comportamento do leitor, mas, ao contrário, deverão proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando o leitor a estabelecer relações com suas experiências anteriores e outros textos.

Não serão selecionadas obras que apresentem moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem. Da mesma forma, não serão selecionadas obras que apresentem didatismos, que contenham teor doutrinário, panfletário ou religioso.

1.3. Projeto gráfico

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal. Deverá garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizada(s), do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto e da qualidade do papel e da impressão.

A biografia do(s) autor(es) deverá ser apresentada de forma a enriquecer o projeto gráfico-editorial e promover a contextualização do autor e da obra no universo literário. Igualmente, outras informações devem ter por objetivo a ampliação das possibilidades de leitura, em uma linguagem adequada ao público a que se destina e com informações relevantes e consistentes. Não serão selecionadas obras que apresentem erros crassos de revisão e/ou impressão.

ANEXO C – Banca de Avaliadores PNBE 2013

Dados do Pedido

Protocolo	23480001225201941
Solicitante	Thaísa Vasconcelos
Data de Abertura	21/01/2019 10:29
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	11/02/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Banca de Avaliadores do PNBE Literário 2013
Detalhamento	Bom dia. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia. Estou estudando os projetos literários públicos, no caso, o PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola. Para dar andamento em minha pesquisa preciso da informação sobre a banca de avaliadores escolhida pelo MEC para seleção do PNBE Literário 2013.

Dados da Resposta

Data de Resposta	23/01/2019 17:38
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e em atendimento ao pedido protocolado por Vossa Senhoria junto ao Serviço de Informações ao Cidadão SIC/MEC, esclarecemos que a avaliação pedagógica das obras literárias do PNBE foi realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.

Localizamos nos arquivos da COGEAM o relatório final do PNBE, entregue pela da UFMG, onde contam as seguintes informações sobre as equipes de avaliação do PNBE 2013:

Coordenadores de Equipe:

Aparecida Paiva

Doutora em Literatura Comparada

Professora da Faculdade de Educação da UFMG

Carlos Augusto Novais

Doutor em Letras

Professor da Faculdade de Educação da UFMG

João Luís Cardoso Tápias Ceccantini

Doutor em Letras

Professor da UNESP – FCL Assis

Luciene Juliano Simões

Doutora em Linguística Aplicada

Professora Associada da UFRGS

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Doutora em Estudos Literários

Professora da PUC-MG

Renata Junqueira de Souza

Pós-Doutora em Educação

Professora da Faculdade de Educação da UNESP

Silvana Maria Pessôa de Oliveira

Pós-Doutora em Estudos Literários

Professora da Faculdade de Letras da UFMG

Rildo Cosson

Pós-Doutor em Educação

Pesquisador do GPELL/Ceale/Fae/UFMG.

Consultoria:

Professora Magda Soares

Doutora em Educação

Professora Emérita da Faculdade de Educação da UFMG

Revisores:

Luiz Morando e Márcia Soares Guimarães

Estagiárias:

Fernanda Rohlfs Pereira (Pedagogia)

Juliana Gomes dos Santos Valverde (Pedagogia)

Karina Aparecida Gonçalves Lima (Pedagogia)

Marcella Lopes Franca (Pedagogia)

Mariana Nonato Matos (Pedagogia)

Em anexo encaminhamos a relação dos avaliadores por grupo de trabalho, o Edital PNBE 2013 e o catálogo de obras selecionadas do PNBE 2013.

Atenciosamente,

Chefe de Gabinete

Secretaria de Educação Básica

Ministério da Educação

Responsável pela Resposta	Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Básica
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Secretária da Secretaria de Educação Básica
Prazo Limite para Recurso	04/02/2019

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação básica

Número de Perguntas

1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
21/01/2019 10:29	Pedido Registrado para para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
23/01/2019 17:38	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação